

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ANDRÉ COURA RODRIGUES

Manuais didáticos e conhecimento histórico na Reforma João Pinheiro: Minas Gerais,
1906- 1911

SÃO PAULO

2009

ANDRÉ COURA RODRIGUES

Manuais didáticos e conhecimento histórico na Reforma João Pinheiro: Minas Gerais,
1906- 1911

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título
de mestre em Educação

Área temática: História da Educação e Historiografia

Orientadora: Professora Dra. Circe Maria Fernandes

Bittencourt

SÃO PAULO

2009

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

371.34(81.51) Rodrigues, André Coura

R696m

Manuais didáticos e conhecimento histórico na reforma João Pinheiro : Minas Gerais, 1906-1911 / André Coura Rodrigues ; orientação Circe Maria Fernandes Bittencourt . São Paulo : s.n., 2009.

--- p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração : História da Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Livro didático - História (1906-1911) – Minas Gerais 2. História da educação – Minas Gerais 3. Escola primária 4. História – Estudo e ensino 5. Reforma do ensino – Minas Gerais 6. Manuais I. Bittencourt, Circe Maria Fernandes, orient.

AGRADECIMENTOS

À professora Circe Bittencourt, pela acolhida confiante, carinhosa, amiga e sempre bem-humorada.

Aos meus pais, Afonso e Graça. Por compreenderem minha ausência e pelo conforto de saber que estão à minha espera.

Aos meus irmãos Daniel e Denise. Pela amizade que veio tarde, à distância, mas na hora certa.

Aos amigos de Belo Horizonte, que me fizeram sofrer de saudades durante três anos. Elaine, Jô, Virna, Cliver, Roberto e Diego. Ao Jacson, amigo querido, por vigiar os meus passos. Ao Paulo B., pelos primeiros incentivos.

Ao Mário e à Kamila, pra sempre *Carlinhos* e *Zé*: tríade, trinômio, trindade, trio, trinca, três, tripé, tríplice, tribo... os amigos que não querem ter juízo nem razão.

Àqueles Dois - Marquito e Fabrício - por permitirem minhas fugas pro Rio.

Aos novos amigos de São Paulo: saudoso Jorgito (e Feijão). Júlio e Márcio, por aturarem minhas obsessões domésticas. Ao Aldair, que se torna mais especial a cada dia. À Lili Magal, pelo bem-querer tácito, que se revela quando deve. À Andréia Martins, pela acolhida generosa. Ao Júnior, pela participação curta que, espero, tenha continuidade. À Lícia, pelas tardes na Paulista.

Ao pessoal do LIVRES, pelo suporte e pelas boas discussões. À Roze, pela amizade sabor de brisa.

Aos professores Bruno Bontempi e Carlota Boto, pela generosa e bem-cuidada participação no exame de qualificação.

Aos queridos do Gephe, que sabem que a ciência fica muito melhor com o tempero do afeto. Aos professores Cynthia Greive, Irlen Antônio, Carla Chamon, Luciano Mendes e Thais Nivia.

Ao Nelson, Ricardo, Antônio, Akio, Beto, Luiz (...). Por provarem que São Paulo também é cidade pra se amar.

Ao querido Evgeny, que deixou mais leve os últimos dias de escrita.

À Coseas, pela experiência engrandecedora de viver no Crusp.

À equipe da biblioteca da FE-USP e da Secretaria da Pós-Graduação, por usarem a boa medida do rigor.

À FAPESP, pelo apoio fundamental da bolsa concedida.

*Já não coleciono selos. O mundo me inquizila.
Tem países demais, geografias demais.
Desisto.
Nunca chegaria a ter um álbum igual ao do Dr.
Grisolia,
Orgulho da cidade.
E toda gente coleciona
os mesmos pedacinhos de papel.
Agora coleciono cacos de louça
quebrada há muito tempo.
Cacos novos não servem.
Branco também não.
Têm de ser coloridos e vetustos,
desenterrados -faço questão - da horta.
Guardo uma fortuna em rosinhas estilhaçadas,
restos de flores não conhecidas.
Tão pouco: só o roxo não delineado,
o carmesim absoluto,
o verde não sabendo
a que xícara serviu.
Mas eu refaço a flor por sua cor,
e é só minha tal flor, se a cor é minha
no caco de tigela.
O caco vem da terra como fruto
a me aguardar, segredo
que morta cozinheira ali depôs
para que um dia eu o desvendasse.
Lavar, lavar com mãos impacientes
um ouro desprezado
por todos da família. Bichos pequeninos
fogem de revolvido lar subterrâneo.
Vidros agressivos
ferem os dedos, preço
de descobrimento:
a coleção e seu sinal de sangue;
a coleção e seu risco de tétano;
a coleção que nenhum outro imita.
Escondo-a de José, por que não ria
nem jogue fora esse museu de sonho.*

Carlos Drummond de Andrade. *Coleção de cacos.*

RODRIGUES, André Coura. *Manuais didáticos e conhecimento histórico na Reforma João Pinheiro: Minas Gerais, 1906-1911*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2009.

RESUMO

Este trabalho recupera a história do livro didático e do ensino de História em Minas Gerais no período compreendido entre os anos de 1906 e 1911, no início do vigor da Reforma do Ensino João Pinheiro. Acompanhamos o processo de reestruturação da escola promovida pelo então Presidente de Estado João Pinheiro, o Secretário do Interior Carvalho Britto e os demais sujeitos envolvidos com os processos educativos naquele momento da história do estado (diretores, inspetores, professores). Elegemos a disciplina História por entender que esse conhecimento se encontrava sob influência da política republicana mineira, de modo que esta fizesse dela instrumento de divulgação dos valores da nova ordem instituída. Através da investigação da história do livro, realizamos investimento nas demais instâncias responsáveis por sua escrita, divulgação, circulação e demais relações estabelecidas com a instrução pública primária em Minas Gerais. Em nossas pesquisas, nos deparamos com uma situação onde diversas forças compunham um cenário de conflito de interesses dentro e fora da escola, colocando os dispositivos de instrução no centro das discussões. Revelamos as identidades e estratégias dos sujeitos envolvidos com as transformações, tanto na ordem regulamentar das disposições oficiais quanto na prática cotidiana da escola, tendo o objeto livro localizado na interseção entre esses dois momentos.

Palavras-chave: Manuais didáticos. História da Educação. Minas Gerais. Reforma João Pinheiro. Ensino de História. Primeira República.

RODRIGUES, André Coura. *Didactics books and teaching of History in the Reform João Pinheiro: Minas Gerais State, 1906 – 1911*. Education Faculty. São Paulo University., 2009.

ABSTRACT

This search recovers the history of didactics books in Minas Gerais State in the period between the years 1906 and 1911, at the beginning of the Education Reform João Pinheiro. We followed the process of restructuring of school promoted by the President of State João Pinheiro, the Secretary of Interior Carvalho Britto and other individuals involved with the educational processes at that moment of the history of the State (school directors, school inspectors, teachers). We had chosen the discipline History because we believe that this knowledge was under the influence of the republican politic from Minas Gerais State, and the politicians used it as an instrument to disseminate the values of the new order established. Through research of the history of the book, we made investments in other instances responsible for its writing, divulgation, distribution and other relationships with the public primary education in Minas Gerais State. In this research, we were faced with a situation where different forces made up a scenario of conflict of interests inside and outside school, making the devices of school instruction at the center of discussions. We reveal the identities and strategies of the subject involved with the school transformations, in the official order of the regulations and in the school daily, with the school books in the intersection between them.

Keywords: didactics books. History of education. Minas Gerais State. School Reform João Pinheiro. Teaching of History. Republic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 - Trajetória da pesquisa e delimitação do objeto.....	09
2 - Fundamentação teórica e metodologia.....	12
3 - Estrutura do trabalho.....	21

CAPÍTULO I: Reforma João Pinheiro em Minas Gerais: a produção didática entre discursos e estratégias de escolarização.....

23

1– O ensino primário na Reforma João Pinheiro.....	24
1.2 – O programa de ensino da Reforma João Pinheiro.....	28
1.3 – Considerações sobre as repercussões da Reforma.....	32
1.3.1 – Livro didático nas repercussões da Reforma.....	34
2 – A editora Francisco Alves e o Estado de Minas Gerais.....	37
3 – O complexo circuito do livro em Minas Gerais.....	42
4 – O tempo escolar e suas implicações no cotidiano das crianças pobres.....	55

CAPÍTULO II: Conhecimento histórico em Minas Gerais no início do século XX: da produção institucional à produção didática.....

59

1 – Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e Arquivo Público Mineiro: produção e estratégias de circulação do conhecimento histórico.....	61
2 - O currículo e o programa das disciplinas <i>História do Brasil</i> e <i>História de Minas Gerais</i>	69
2.1 - O programa de <i>História do Brasil</i>	72
2.2 – O programa de <i>História de Minas Gerais</i>	81
3 – Considerações sobre a autoria dos livros de História.....	86

CAPÍTULO III: Livros de História em Minas Gerais: trajetórias, formas e conteúdos.....	100
--	-----

1 – <i>Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio</i> , de Joaquim Felício dos Santos.....	102
2 – <i>Efemérides Mineiras</i> , de Xavier da Veiga.....	111
3 – <i>História Antiga das Minas Gerais</i> , de Diogo de Vasconcelos.....	121
4 – <i>Geografia do Estado de Minas e noções de História do mesmo Estado</i> , de Francisco Lentz Araújo.....	132
5 - <i>Rudimentos de História Pátria</i> , de Estevam de Oliveira.....	139
6 – <i>Fastos da História de Minas</i> , de Pedro Bernardo Guimarães.....	147

REFERÊNCIAS

Bibliografia.....	155
Fontes Impressas.....	161
Fontes Manuscritas.....	162

INTRODUÇÃO

1 - Trajetória da pesquisa e delimitação do objeto

Este trabalho é resultado de um percurso iniciado em 2003, durante o último ano de graduação em História, realizado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Naquele ano iniciei as atividades como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), na Faculdade de Educação da UFMG, sob orientação e coordenação do professor Dr. Luciano Mendes de Faria Filho, período em que participei de atividades vinculadas a projeto de pesquisa¹ que investigava a história da constituição do campo pedagógico em Minas Gerais do século XVIII até a década de 1970.

A experiência no grupo de pesquisa proporcionou aquisição de conhecimentos fundamentais para a escolha e construção do objeto desta pesquisa: as leituras realizadas; as reuniões de orientação; os seminários de iniciação científica; a participação em congressos de história e história da educação; as incursões aos arquivos da cidade de Belo Horizonte, do interior do estado de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; e as ocasiões de confraternização entre os membros do grupo de pesquisa. Todos esses momentos foram bastante significativos e configuraram-se como oportunidades de trocas de experiências acadêmicas.

O contato com as fontes foi a atividade que exerceu maior influência sobre a escolha do objeto de pesquisa e decidiu sobre suas delimitações. Foi investigada e coletada rica documentação do acervo no Fundo da Secretaria do Interior do Arquivo Público Mineiro, composto por relatórios de inspetores do ensino, de diretores de grupos escolares, de professores, coleções de leis e decretos oficiais, inventários das escolas, ofícios de secretários do Interior e de presidentes de Estado das fases iniciais do regime republicano.

¹ Projeto Integrado de Pesquisa *Escolarização, culturas e práticas escolares: investigação sobre a constituição do campo pedagógico em Minas Gerais (1750-1970)*, realizado no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação da FaE/UFMG, financiado pelo CNPq e FAPEMIG.

A busca pela documentação se estendeu à Hemeroteca Estadual de Minas Gerais, onde foi possível manusear periódicos oficiais, jornais de época e revistas. Semelhantes registros foram reveladores de estratégias adotadas pelos sujeitos para dar visibilidade social às transformações sofridas pela educação pública na década de 1910 em Minas Gerais. Por outro lado, esses veículos de comunicação também foram portavozes de grupos que não estavam diretamente ligados à educação naquele período, mas que exerceram algum tipo de influência nos processos de instrução e colaboraram para a delimitação do campo pedagógico no âmbito da Reforma João Pinheiro.

Como consequência desses levantamentos iniciais, partimos para acervos de outra natureza, onde pudéssemos encontrar os manuais didáticos investigados nesta pesquisa. Foram investimentos realizados em diversas bibliotecas da cidade de Belo Horizonte, no interior de Minas Gerais, na cidade de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro. Entre as instituições visitadas, podemos destacar: Biblioteca do Arquivo Público Mineiro; Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa; Biblioteca do Centro de Alfabetização e Letramento da UFMG; Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP; Biblioteca do Livro Didático da FE-USP; Biblioteca Mário de Andrade; Biblioteca do Instituto Cultural Amilcar Martins; bibliotecas de escolas públicas tradicionais de Belo Horizonte e cidades do interior de Minas Gerais; e Biblioteca Nacional. As visitas realizadas a esses acervos foram fundamentais para dar prosseguimento à trajetória da pesquisa, pois neles pudemos acessar, ler e eventualmente copiar os objetos que se configuraram como nosso alvo central de investigação e principal fonte documental.

A inserção no Programa de Pós Graduação da FE-USP, no ano de 2006, trouxe importantes contribuições para o desenvolvimento da pesquisa. As disciplinas cursadas, as atividades acadêmicas realizadas, os eventos e produções científicas, as reuniões de orientação, as discussões realizadas no âmbito do LIVRES², significaram oportunidades de redefinição do referencial teórico, da metodologia e do objeto de pesquisa.

A pesquisa manteve o projeto inicial cuja proposta é investigar o conhecimento histórico contido nos manuais didáticos e nos livros que serviram de referência para a escrita desses manuais, que circularam nas salas de aula do ensino público primário de

² Projeto temático *Educação e Memória: organização de acervos de livros didáticos*. Biblioteca do Livro Didático. Banco de Dados LIVRES. Financiado pela FAPESP.

Minas Gerais nos primeiros anos da República, mais especificamente no período de implantação da Reforma João Pinheiro, realizada em 1906 pelo então Presidente de Estado João Pinheiro e o Secretário do Interior Carvalho Britto, e que vigorou por aproximadamente quinze anos.

A proposta inicial tinha como objetivo percorrer a trajetória do livro didático baseando-se no seu processo de produção (autoria, publicação), circulação (relações entre editoras, livraria e poder público), na investigação dos seus conteúdos (conhecimento histórico - saber escolar) e nas suas possíveis formas de leitura (recepção, apropriação, usos). Articulada à reforma educacional promovida naquele período.

No decorrer da trajetória no programa de pós-graduação, acompanhando pesquisas sobre livros didáticos analisados em perspectivas históricas, constatamos a crescente valorização das investigações dos processos de recepção das obras pelo público consumidor. A história da leitura tem se fortalecido enquanto campo de pesquisa, muitas vezes apresentada como imprescindível na tentativa de se compreender a trajetória do objeto livro. As pesquisas que tentam recuperar as práticas de leitura dos livros didáticos revelam que estas fazem parte de um processo específico, tenso e contraditório de aprendizagem e, para alcançá-lo, faz-se necessário considerar os usos desses materiais realizados pelos diferentes sujeitos em situações escolares (BITTENCOURT, 2004). Tal perspectiva foi considerada importante para nossa pesquisa. No entanto, uma dificuldade constante para os pesquisadores tem sido a falta de registros que permitam fazer considerações a esse respeito. Os vestígios das formas de leitura são escassos e muitas vezes não encontrados, o que limita o trabalho do historiador interessado nesse aspecto. Talvez a alteração mais significativa do projeto original seja devido a essa mesma dificuldade. Ao longo do trabalho de campo não encontramos registros suficientes que permitissem encaminhar a pesquisa para esse viés de investigação. Assim, esta proposta se limitou a percorrer a trajetória do livro didático baseada no seu processo de produção, circulação e de constituição de seus conteúdos.

Outra significativa alteração ocorreu em relação ao período estudado, situando a delimitação cronológica com maior cuidado. O projeto original sugeria que fosse estudado todo o período de vigência da Reforma, abrangendo os anos da década de 1910 até 1920. No entanto, após o trabalho de campo e as orientações, o período se

restringiu aos primeiros anos de vigor da mesma. As razões são diversas e entre elas está a sucessão no governo de Minas e as novidades introduzidas no ensino público primário. Em 1911, o novo Presidente de Estado Júlio Bueno Brandão, eleito no ano anterior, realizou, junto ao Secretário do Interior Delfim Moreira da Costa, uma série de alterações nos textos regulamentares da Reforma. Há indícios de que esse momento significou um novo marco para a instrução no estado. A completa reorganização do Conselho Superior de Instrução, órgão responsável pela circulação didática naquele período, foi uma dessas alterações que nos levou a repensar a delimitação do tempo. Além dessas mudanças identificadas, também levamos em consideração a reorganização na distribuição das disciplinas e dos conteúdos de cada uma delas, tanto para o ensino das escolas normais quanto para a escola primária, com ampliação da produção didática, mas que foi acompanhada, após o ano de 1910, por um escasso discurso reformador pelos sujeitos que se dedicaram à educação nesse período. Assim, a periodização ficou delimitada entre 1906 e 1911.

2 - Fundamentação teórica e metodologia

Para Faria Filho, a noção de escolarização é entendida com um duplo sentido. O primeiro deles entende escolarização como:

o estabelecimento de processos e políticas concernentes à ‘organização’ de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados. (FARIA FILHO: 2002, 111)

Já o segundo sentido atribui à escolarização “*o processo e a paulatina produção de referências sociais tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados*”. Aqui o autor está atento ao que denomina de “*conseqüências sociais, culturais e política da escolarização*” (FARIA FILHO: 2002, 111).

A partir do sentido do termo escolarização, mais especificamente, do entendimento do processo da escolarização do social, FARIA FILHO (2002) destaca

entre os elementos-chave da composição do fenômeno educativo: os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e práticas escolares. Para a compreensão desses elementos, a noção de escolarização torna-se importante, por possibilitar uma visão ampla de como a escola se configurou, tanto naquilo que se refere aos fatores que lhes são internos e que marcaram a sua produção, como nos fatores externos que marcaram a sua relação com a sociedade. Nesse olhar amplo para o fenômeno da escolarização do social, a noção de cultura escolar ocupa um lugar de particular importância. Isso pelo fato dela “*permitir articular, descrever e analisar, de forma muito rica e complexa, os elementos-chave que compõem o fenômeno educativo*” (FARIA FILHO: 2002, 112).

As discussões realizadas acerca da constituição da nova cultura escolar pretendida pela elite política mineira naquele período permitiram pensar suas intenções enquanto prescrições para a escola que se inaugurava. O problema que se coloca está relacionado à tentativa de se entender essas novas instituições educativas a partir do redirecionamento do olhar para seu funcionamento *interno*. Este trabalho, portanto, se constituiu enquanto investigação interessada em revelar a escola enquanto prática, não contemplando apenas as informações transmitidas pela documentação de caráter oficial. A *cultura escolar* constitui, assim, base conceitual, conforme enunciação de Dominique Juliá:

(...) um conjunto de normas que definem saberes a ensinar e condutas a incorporar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas ordenadas de acordo com finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sócio-políticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem que se leve em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas normas. (JULIÁ: 2001, 15)

Um meio de investigação que tem sido bastante utilizado nas últimas décadas e mostra bons resultados quando se tenta compreender a constituição da cultura escolar, tem sido o estudo das disciplinas escolares, que colabora no exercício de redirecionamento do olhar para o interior das instituições:

(...) para evitar a ilusão de um total poder da escola, convém voltar ao funcionamento “interno” dela. Sem querer em nenhum momento negar as contribuições fornecidas pelas problemáticas da história do ensino, estas têm-se revelado demasiado “externalistas”: ela limitou-se a uma história das idéias, na busca por origens e influências. (...) É de fato a história das disciplinas escolares, hoje em plena expansão, que procura preencher essa lacuna. Ela abre, em todo caso, para retomar uma metáfora aeronáutica, a “caixa preta” da escola, ao buscar compreender o que acontece nesse espaço particular. (JULIÁ: 2001, 9 - 44)

Entre as diversas possibilidades de abordagem oferecidas pela investigação histórica das disciplinas escolares, o estudo dos manuais didáticos recomendados para as escolas apresenta-se como um dos mais instigantes e produtivos. O livro escolar é um dispositivo pedagógico central do processo de escolarização, pois nele estão refletidos os entendimentos dominantes de cada época, relativos às mobilidades da aprendizagem e ao tipo de saberes e de comportamentos que se deseja promover (MAGALHÃES, 1999).

Considerando-se essas dimensões do manual didático, é possível, por intermédio dele, interpretar métodos e práticas de ensino de determinado tempo e lugar. O livro escolar, ao fazer parte da cultura da escola, não integra essa cultura de forma arbitrária. Ele é organizado, veiculado e utilizado com alguma intencionalidade, já que é portador de uma dimensão da cultura social mais ampla (BITTENCOURT, 2008). Dessa forma, elegemos esse material como instrumento privilegiado de análise sobre a mediação que a escola realiza entre a sociedade e os sujeitos escolares, o que significa interpretar parte de sua função social.

Pensar o livro escolar significa pensar a mediação possível entre o currículo prescrito e o currículo praticado (GOODSON, 1995). Ele é, ao mesmo tempo, objeto que traz em si uma prescrição e objeto que re-significa as normas prescritas. Portanto, é portador de informações que explicitam práticas escolares, como parte do material que compõe o trabalho pedagógico ao longo do tempo. O livro didático apresenta e organiza conteúdos explícitos das disciplinas escolares. E isso explica sua importância para o entendimento da concretização do saber escolar por intermédio das disciplinas:

A história dos conteúdos é evidentemente seu componente central (da história das disciplinas), o pivô ao redor do qual ela se constitui. Mas seu papel é mais

amplo. Ela se impõe colocar nesses ensinos em relação com as finalidades às quais eles estão designados e com os resultados concretos que eles produzem. (...) A descrição de uma disciplina não deveria se limitar à apresentação dos conteúdos de ensino, os quais são apenas meios utilizados para alcançar um fim (...). Cabe-lhe (ao historiador das disciplinas) dar uma descrição detalhada do ensino em cada uma de suas etapas. (CHERVEL: 1990, 187)

Dessa forma, o livro didático passou a ser considerado nossa fonte fundamental ao mesmo tempo em que se constituiu em objeto central da investigação. Devido a essa sua condição, achamos importante abordá-lo também a partir de suas dimensões materiais, por intermédio da investigação de seu processo de produção, como mercadoria que obedece a certas regras de mercado. Nesse aspecto, foram importantes as investigações acerca de seu processo de editoração, das políticas públicas de compra, distribuição e observação de suas características físicas. Enfim, as várias redes sociais que implicam no circuito do livro (MUNAKATA, 1997). Quando associamos essas informações às transformações promovidas por ocasião da Reforma, percebemos a crescente aproximação entre o livro didático e a nova forma escolar imposta: o manual passa a ser produzido para cumprir as expectativas do tempo da escola. Naquele momento da história, quando se intensificam as relações entre o poder público e as editoras, essa relação se torna mais evidente, devido à expansão da indústria do livro. Expansão, esta, motivada pela disseminação da escolarização no estado: quanto mais alunos matriculados, mais livros deveriam ser adquiridos para atender à demanda.

Diversas foram as disciplinas ministradas no ensino público primário mineiro nos primeiros anos da república. Portanto, os manuais também se diversificaram em relação ao tipo de conhecimento que veiculavam. A escolha pelo conhecimento histórico escolar se deve, entre outras razões, por acreditarmos que o seu ensino esteve associado a projetos mais amplos de uma política de formação de cidadãos aptos a compartilharem os valores divulgados pelo novo regime político:

Considerando o período do Brasil independente, no qual o Estado passou a assumir a gestão da educação, verifica-se o papel que o ensino de História ocupou, como importante elemento de formação moral, cívica e política das crianças e dos jovens. Pouco a pouco, conteúdos, procedimentos metodológicos e materiais didáticos foram sendo definidos e apresentados como instrumentos daquela formação, de modo que fossem capazes de atender às diretrizes de grupos politicamente dominantes. (FONSECA: 2003, 71)

Diante dessas afirmações, optamos por analisar o ensino de História também enquanto importante instrumento de formação e condicionamento de uma nova ordem política instaurada recentemente no estado. Os sujeitos responsáveis pela divulgação dessa política entendiam a educação escolar como importante veículo de transmissão de um conjunto de valores direcionado para a formação de indivíduos que compartilhassem e reproduzissem os ideais elaborados por eles. E os manuais didáticos receberam especial atenção por parte das autoridades, devido à sua condição de objeto que foi construído para ser depositário desses valores. Portanto, merecedor de atenção e cuidados por parte da elite política, tanto no seu processo de elaboração quanto no de distribuição:

O espaço escolar está associado intrinsecamente à construção do livro didático, considerando que a escola é, fundamentalmente, uma instituição contraditória onde dominação e conflitos convivem no cotidiano de alunos e professores (...). (BITTENCOURT: 2008, 09)

Situado o objeto central da pesquisa, tornou-se necessário entendê-lo em sua complexidade. Por revelarem práticas, se constituíram enquanto instrumentos fundamentais de trocas realizadas também entre alunos e professores. Essa foi mais uma razão que nos levou a considerá-lo enquanto fonte principal e objeto deste trabalho, por intermédio da articulação com outras fontes que revelaram práticas na sala de aula.

De acordo com CHOPPIN (1999), os manuais escolares podem ser analisados a partir de quatro dimensões, que contemplamos neste trabalho:

- produto de consumo, dependente das políticas educativas, da evolução demográfica e da capacidade de produção e difusão das empresas;
- suporte de conhecimentos escolares: depositário de conhecimentos e das técnicas que determinada sociedade julga necessários para aquisição e perpetuação de seus valores;
- veículo de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura, participando ativamente do processo de socialização, de aculturação do público ao qual é direcionado;

- instrumento pedagógico, o qual se apresenta inseparável das condições e métodos de ensino de seu tempo.

O critério de seleção dos livros didáticos utilizados nesta pesquisa tornou-se preocupação fundamental. A escolha das obras iniciou-se pela lista publicada anualmente pelo Conselho Superior de Instrução, órgão responsável por sua seleção, adoção, compra e distribuição em Minas Gerais. Após esta primeira etapa, procuramos indicações sobre os livros em outros documentos. Foram investigados inúmeros inventários de escolas públicas, que eram enviados regularmente à Secretaria do Interior, como parte das obrigações dos diretores. Também foram valiosas as informações extraídas da troca de correspondência entre o poder público, a editora Francisco Alves e também entre os autores e o Estado. Por fim, também encontramos informações dessa natureza a partir da leitura das correspondências entre os diretores, professores, inspetores e o governo, sobretudo quando esses funcionários da educação solicitavam livros à Secretaria do Interior, reclamavam sua ausência, agradeciam as remessas do mesmo ou pediam que alguma obra fosse aprovada pelo Conselho Superior.

Para a compreensão das representações dos sujeitos envolvidos com a educação no período, tornou-se imprescindível o cruzamento com fontes de outra natureza. Dessa forma, realizamos levantamento intenso das mesmas, de maneira a poder criar o entendimento de suas articulações.

Iniciamos a investigação pelo Fundo da Secretaria do Interior de Minas Gerais do Arquivo Público Mineiro, que guarda a maior parte das fontes oficiais do período inicial da República que trazem informações sobre a educação. Partimos para a busca por fontes que possibilitassem a construção de um panorama político da época, em que a escola se inserisse como instituição reprodutora dos valores veiculados pela elite republicana. Nessa remessa, foram investigadas as produções textuais relacionadas à Reforma João Pinheiro, como a lei que autorizou a execução e as suas primeiras disposições legais, que funcionaram como diretrizes do plano reformista. Entre elas, destacam-se: regimento interno dos grupos escolares e das escolas isoladas; leis e decretos estaduais referentes à criação e regulamentação das novas categorias profissionais da educação - como diretores e inspetores; estipulação do tempo escolar,

pautado na seleção do calendário anual letivo e das horas de trabalho do ensino primário.

Em seguida, foram priorizadas as buscas por informações relativas à constituição da disciplina *História do Brasil* no currículo da escola primária e da disciplina *História de Minas Gerais*, do ensino normal. Foram encontrados os programas de ensino aprovados pelo poder público estadual nos dois níveis de ensino. Além da aprovação dos temas e da distribuição dos horários, também foram encontradas sugestões de formas de abordagem de cada disciplina, para auxílio dos professores que atuariam junto às crianças do ensino primário.

No momento seguinte do trabalho de campo, nos dedicamos à procura de documentos produzidos por sujeitos que estavam vinculados aos processos educativos. Especialmente os funcionários do governo que, apesar da sua condição, muitas vezes se encontravam em situação de não comprometimento com a manutenção da imagem do Estado. Entre esses documentos, destacam-se: relatórios de inspetores de ensino e diretores escolares; notas de trocas realizadas entre o governo e a livraria Francisco Alves; pedidos e reclamações de professores de escolas isoladas e grupos; relatório de prestação de serviços da seção responsável pelo movimento do material didático, enviados ao diretor da Secretaria do Interior; periódicos comerciais, públicos e escolares (jornais, revistas, boletins). Nessa procura, nos deparamos com informações que sugeriam outras interpretações a respeito do funcionamento do ensino primário pretendido pelos agentes reformistas. Enfatizamos a busca por vestígios que estivessem relacionadas ao desempenho das disciplinas históricas e da circulação dos manuais que serviam de suporte para a fluência desse saber. Além dos registros do desempenho insuficiente dos alunos nas lições de História em diversas instituições do estado, foram encontrados registros de falhas no envio e recebimento dos manuais, por diferentes motivos.

O conjunto dessa documentação, quando analisada e entrecruzada, nos permitiu desvendar situações bastante peculiares da história da educação mineira. A partir dela construímos um quadro das relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos envolvidos com os processos educativos no período. Entendemos como a escola se instituiu e se transformou a partir da re-elaboração das influências que lhe eram externas, não deixando também de se posicionar enquanto instituição que colaborou para a conformação da sociedade daquele tempo.

Nesse exercício de compreensão das práticas escolares mineiras, nossa incursão às fontes se fez por meio de algumas perguntas, que foram relevantes para desvendar a história da educação que se encontra embutida em tais documentos, pois estão neles, ainda silenciada a história que se deseja explicar: Quais procedimentos e objetos foram disponibilizados para circular no interior da escola e quais constituíram as práticas escolares? De que maneiras os sujeitos escolares lidavam com os procedimentos e objetos que lhe foram impostos? Quais representações foram construídas a partir dos usos prescritos (estabelecidos pelas estratégias de imposição) desses procedimentos e objetos?

Quando encerramos a coleta dos documentos, nos deparamos com uma lista de treze obras que continham conhecimento histórico. São elas:

- *Rudimentos de História Pátria*, do inspetor escolar Estevam de Oliveira.
- *História Antiga das Minas Gerais*, de Diogo de Vasconcellos.
- *Efemérides Mineiras*, de Xavier da Veiga.
- *Geografia do Estado de Minas e noções de história do mesmo Estado*, de Francisco Lentz Araújo.
- *Fastos da história de Minas*, de Pedro Bernardo Guimarães.
- *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio. Província de Minas Gerais*, de Joaquim Felício dos Santos.
- *História do Brasil*, de João Ribeiro.
- *Histórias de nossa terra*, de Júlia Lopes.
- *História Pátria: o Brasil de 1831 a 1840*, de Moreira de Azevedo.
- *Pontos de História do Brasil*, de Carlos Ferreira Timões.
- *Diário de Vera Cruz*, de Diogo de Vasconcellos.
- *Breves Noções de Geografia e História do Município de Carangola*, de Lopes Neves.
- *Notícia histórica da fundação e criação do município e cidade de Queluz*, de Américo Souza Lima.

Entre todas essas obras, apenas as seis primeiras foram contempladas neste trabalho. As razões que nos levaram a fazer essa seleção são diversas. Os cinco últimos livros acima relacionados não foram encontrados. O livro de Júlia Lopes pertence ao acervo da Biblioteca Nacional e tivemos grande dificuldade de reprodução do volume.

Mas a razão da sua exclusão foi por se tratar de uma obra literária: mesmo que apresentasse conhecimento histórico no seu conteúdo, preferimos tratar apenas daquelas específicas de História. O livro de João Ribeiro foi encontrado com relativa facilidade e chegamos mesmo a realizar algumas considerações sobre ele. No entanto, quando o trabalho estava concluído, percebemos que havíamos feito um estudo que não acrescentava informações significativas além daquelas já realizadas em outros estudos sobre a produção historiográfica do autor.

Esta decisão se mostrou bastante conveniente, pois os demais autores da lista são mineiros, comprometidos, sobretudo, com a produção histórica sobre o estado de Minas Gerais. Alguns deles vinculados aos institutos responsáveis pela elaboração da história no Estado, enquanto outros se envolveram diretamente com as transformações promovidas pela Reforma João Pinheiro. Dessa forma, este trabalho, no que tange à produção do conhecimento histórico e seus meios de divulgação, se configurou como uma investigação comprometida com um conhecimento específico de sujeitos que, de maneira direta ou indireta, participaram do projeto de elaboração e imposição da nova cultura escolar mineira. Autores como Júlia Lopes e João Ribeiro ficariam à margem de tais discussões.

Diante das escolhas realizadas, o objeto a ser investigado apresentou-se mais adequado ao quadro teórico-metodológico concebido pela Nova História Cultural, que tem marcado o campo investigativo da história da educação, afirmando-se no estudo das formas de representações que grupos humanos diferentes vivenciam e produzem na sua realidade. Nesse sentido, sua proposta volta-se para o interesse de como tais grupos humanos representam-se a si mesmos e como representam, de variadas maneiras, o mundo no qual vivem as pessoas e, também, como produzem os objetos e as práticas culturais e como são produzidos por eles.

Essa opção se explica pelo fato de ser uma abordagem favorecedora do diálogo com as fontes que foram utilizadas e por permitir a análise pontual, delimitada e exaustiva das particularidades dos discursos, das práticas e dos produtos culturais dos vários agentes produtores da cultura e da forma escolares. Interessa, aqui, conhecer como foram construídas as representações de tais práticas escolares na configuração do espaço escolar, com vistas a explicar o projeto de modernidade que flui das experiências da escola mineira.

A utilização da noção de *representação* desenvolvido por Roger Chartier é de grande importância, se constituindo como referencial para a análise. É uma noção que o

autor lança mão para designar “o modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler por diferentes grupos sociais” (CHARTIER: 1990, 09).

3 - Estrutura do trabalho

Este texto foi organizado em três capítulos.

O primeiro deles, intitulado *Reforma João Pinheiro em Minas Gerais: a produção didática entre discursos e estratégias de escolarização*, realiza discussões preliminares e abrangentes sobre o tema da pesquisa. Caracterizamos o movimento reformista da escola mineira que teve início em 1906, suas estratégias de imposição e alguns resultados produzidos no cotidiano das salas de aula. Em seguida partimos para o entendimento do papel desempenhado pelo livro didático como elemento associado ao governo, através das relações do Estado com as editora Francisco Alves. O circuito do livro no estado também foi nossa preocupação nesse capítulo, quando identificamos os sujeitos envolvidos nesse processo. Para encerrar, apresentamos discussões sobre o público-alvo da Reforma, a partir de sua caracterização e as relações que estabeleceram com a instituição escolar.

O segundo capítulo, intitulado *Conhecimento histórico escolar em Minas Gerais no início do século XX: da produção institucional à produção didática*, abordou o processo de construção do conhecimento histórico em Minas Gerais realizado pelo Arquivo Público Mineiro e pelo IHGMG. Investigamos que tipo de conhecimento era produzido, suas formas de circulação e os sujeitos envolvidos nesse processo. Em seguida, analisamos os programas das disciplinas *História do Brasil* e *História de Minas Gerais*, do ensino primário e da escola normal. Discutimos como esses elementos se vincularam ao projeto educacional mais amplo pretendido pela elite republicana mineira. Como consequência desse investimento, as formas de avaliação também foram contempladas. Para encerrar a temática de construção do saber histórico, e direcionar a investigação para sua constituição nos manuais didáticos, a análise recaiu sobre as trajetórias particulares de cada autor, suas relações com a educação no período e com a construção desse saber.

O terceiro capítulo, intitulado *Livros de História em Minas Gerais: trajetórias, formas e conteúdos*, foi inteiramente dedicado à investigação dos conteúdos dos manuais didáticos. A partir de uma prévia divisão que levou em conta as propostas de

cada livro, foram elencados temas comuns e particulares para cada um deles: concepções de periodização; concepções sobre os sujeitos da história; representações dos elementos étnicos (negro e índio); história local e história nacional.

Com este trabalho, pretendemos oferecer e ampliar as contribuições para o entendimento da constituição da nova cultura escolar elaborada pela elite política republicana mineira nos primeiros anos do século XX, por intermédio da análise do conhecimento histórico veiculado pelos manuais didáticos e todos os demais elementos que estiveram ao seu redor.

CAPÍTULO I

REFORMA JOÃO PINHEIRO EM MINAS GERAIS: A PRODUÇÃO DIDÁTICA ENTRE DISCURSOS E ESTRATÉGIAS DE ESCOLARIZAÇÃO

Neste capítulo foi apresentada discussão preliminar mais abrangente sobre a pesquisa. Inicialmente fizemos a caracterização da reforma do ensino ocorrida no Estado de Minas Gerais a partir do ano de 1906. Reforma, esta, que abrangeu os níveis de ensino primário e normal. A análise se baseia, sobretudo, nas informações contidas em documentação de caráter oficial, visando o entendimento de como o Estado construiu e pôs a circular os ideais reformistas. As transformações ocorridas no ensino normal serão tratadas em momento posterior, sobretudo no que disser respeito às discussões realizadas sobre as alterações sofridas pelo programa da disciplina *História de Minas Gerais*, presente no currículo de formação do professorado.

Quais os objetivos da Reforma? Quais as intenções pretendidas pelos sujeitos envolvidos com sua elaboração e execução?

Em seguida, a análise recai sobre o papel desempenhado pelo livro didático enquanto instrumento vinculado ao poder público, tendo sua origem associada ao Estado. Para tanto, foi abordada a relação estabelecida entre o Estado de Minas Gerais e a editora Francisco Alves. A referida editora foi o principal agente fornecedor de livros didáticos ao poder público no período estudado e as fontes encontradas permitiram que fossem reveladas as relações de trocas estabelecidas entre esses dois agentes, Estado e editora: compra, distribuição e circulação do material didático.

Também foram discutidas questões relativas ao caminho percorrido pelo livro didático no estado, onde procuramos identificar os sujeitos envolvidos nesse processo e como suas atitudes fizeram com que esse material tivesse uma trajetória bastante diversificada.

Por fim, neste capítulo foram apresentadas as discussões sobre o público ao qual todo esse movimento reformista estava destinado, destacando a concepção que seus articuladores tinham a respeito da infância que pretenderam escolarizar. Qual era o público-alvo da Reforma? Foi utilizada bibliografia específica produzida sobre Minas Gerais referente a esse assunto.

1– O ensino primário na Reforma João Pinheiro

De acordo com discussões já realizadas por FARIA FILHO e VAGO (2000), o estado de Minas Gerais apresentava-se em profunda crise econômica e política nos anos que se seguiram à instalação do regime republicano. Essa situação se materializava no cotidiano das cidades, podendo-se conferir nas ruas a condição de miséria e ignorância de grande parte da população, especialmente a mais desprovida de recursos. Tal constatação fortaleceu a certeza de líderes políticos e de intelectuais republicanos de que era preciso criar uma política para se alterar essa realidade. A educação passou a ser considerada, desde então, um meio estratégico para realizar essa transformação, um verdadeiro recurso civilizatório. A difusão do ensino tornou-se fundamental no processo de expansão e consolidação dos ideais divulgados pela elite republicana mineira, tal qual ocorreu anteriormente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Dentre os principais problemas que precisavam ser solucionados na escola estava a ausência de um espaço construído especialmente para o ensino. Ao lado dessa preocupação, estavam também outras: a dificuldade de manter alunos de diferentes níveis de aprendizagem na mesma sala de aula; falta de controle do Estado sobre as escolas; falta de material didático; baixa frequência dos alunos.

Diante desse impasse, a preocupação com a construção ou adaptação de prédios apropriados à manutenção do ensino tornou-se central nas discussões dos agentes reformadores:

No ano de 1897, Henrique Augusto de Oliveira Diniz, Secretário dos Negócios do Interior (responsável pelas questões afeitas à instrução pública) do governo do Presidente Bias Fortes, mostrou-se preocupado em expandir a instrução pública por considerá-la essencial para a consolidação do regime republicano: **‘A República será verdadeiramente amada quando constituir-se em sentimento consciente do povo e a difusão desse sentimento fundamental só poderá ser generalizada e fortalecida pela instrução’**. (grifo no original) (FARIA FILHO e VAGO: 2000, 34)

Outra evidência dessa preocupação pode ser constatada na fala do Presidente de Estado, Francisco Salles, antecessor de João Pinheiro, em *Mensagem* publicada no jornal Minas Gerais, periódico oficial do governo:

Como já tive oportunidade de dizer-vos e confirmo neste momento, o ensino público primário é o serviço que na atualidade mais atenção e até mesmo sacrifício merece dos altos poderes do Estado, pelo influxo direto e decisivo que

exerce na formação da sociedade. (...) A solução do problema está em fornecer elementos de estímulo ao professor que se distinguir no exercício do magistério; aumentar seus vencimentos; fiscalizar convenientemente o ensino; fornecer prédios regulares às escolas com o necessário mobiliário. (MINAS GERAIS, 15/06/1906, p. 4)

Dessa forma, o combate ao analfabetismo e a permanência das crianças na escola tornaram-se metas dos republicanos mineiros. Segundo FARIA FILHO (1996), a solução para isso poderia ser alcançada a partir da instituição da obrigatoriedade do ensino, mas não com o modelo de escola que existia até aquele momento. Modelo, esse, que deveria ser extinto, pois já passava a ser associado aos demais elementos pertencentes ao passado arcaico monarquista:

Ora, as escolas isoladas eram um texto que, quando lido pelos agentes e profissionais da educação e boa parte da população, evocavam uma realidade muito distante daquela projetada pelos “textos” urbanísticos. Por isso, não significavam um rascunho a ser aperfeiçoado, mas, algo a ser substituído, apagado da cena das cidades, e, ao mesmo tempo, algo produzido na memória como passado que fora (ou deveria ser) extirpado para dar lugar ao novo. (FARIA FILHO: 2000, 45)

Diante desse quadro, inspirados pelos eventos ocorridos em São Paulo por ocasião da implantação da Reforma Caetano de Campos, entre outros movimentos disseminados pelo país, os agentes envolvidos com a educação pública mineira (sobretudo o Secretário do Interior Carvalho Britto, principal idealizador, e o Presidente de Estado, João Pinheiro), através da Lei 439 de 28 de setembro de 1906, lançaram mão das novas diretrizes que organizariam a escola mineira nas próximas décadas. Dentre as alterações sugeridas por esses sujeitos, destacam-se: fazer da escola um espaço de formação intelectual e física; estabelecer a gratuidade e obrigatoriedade do ensino; promover a seriação das turmas; adoção de métodos simples, práticos e intuitivos; novos programa de ensino e condições de matrícula; novo calendário escolar; quantidade de alunos por professores; frequência mínima; penalidades e processos avaliativos; reclassificação do professorado em efetivos (normalistas), adjuntos e substitutos; construção e apropriação de prédios específicos para o ensino; provimento de mobília e material didático adequado; regulamentação da inspeção escolar.

Uma análise dos trabalhos produzidos sobre a Reforma permite afirmar que ela trouxe para o universo escolar os princípios da recém-inaugurada República brasileira. Palavras como *ordem*, *civilidade*, *progresso*, *racionalidade* e *cidadania*, tão caras ao

discurso republicano, permearam a fala dos agentes envolvidos com a educação no período:

As experiências escolares iniciais, alimentadas pela experiência urbana, motivarão o surgimento dos grupos escolares voltados para a instrução elementar, empreendimentos que em Minas Gerais resulta de iniciativas tomadas durante o governo de João Pinheiro (1906-1910).

Em Minas Gerais, e mais propriamente na nova capital, a instalação dessa nova organização escolar acontece no governo de João Pinheiro através da reforma de 1906. (...) aos grupos escolares seria dada a organização mais adaptada aos intuítos de sua instituição. Tais objetivos estarão relacionados à própria monumentalidade expressa na necessidade de um povo instruído e regenerado para a nova vida, senão para a mais nova cidade da República: Belo Horizonte. VEIGA (2002, 234; 1999, 149),

Sobre o mesmo tema, Faria Filho afirma:

O processo de racionalização pelo qual vinha passando o “sistema público de instrução primária”, que atingia desde a maior definição, divisão e controle dos espaços e tempos escolares, passando pela afirmação das classes e disciplinas escolares até atingir os processos e os métodos de ensino, significava, naquele momento, um movimento de expansão da abrangência da educação escolarizada, que passava a ocupar-se de tarefas cada vez mais amplas e complexas. A escola racionalizava-se justamente porque tinha como finalidade última racionalizar o conjunto do social. (FARIA FILHO: 2000, 177 -178)

Principal transformação introduzida pela Reforma, esse novo meio de organização da escola (os grupos escolares) sintetizou e materializou os anseios dos reformadores. Na documentação avaliada, não é raro encontrar referências a esse evento como um momento oportuno para o rompimento com o passado monarquista, simbolizado pela forma escolar *isolada*, que deveria ser abolida e substituída pelos grupos. A escola *isolada* se organizava a partir da reunião de um grupo de alunos em idades diferentes, com capacidades cognitivas diversas, em níveis de instrução também diferentes, em um mesmo espaço. Espaço, esse, geralmente impróprio para as atividades pedagógicas, conforme pode ser observado nas críticas presentes nos relatórios de visitas de inspetores escolares. O inspetor escolar Estevam de Oliveira, ao retornar de sua viagem comissionada ao Rio de Janeiro e São Paulo, em 1902, manifestou seu deslumbramento com o andamento das questões relativas ao ensino primário em ambos os estados, e também seu desejo de ver similar transformação nas escolas mineiras:

Não devemos continuar a série de erros com a manutenção de muitas escolas singulares em um mesmo núcleo, cumprir-se mãos-à-obra e entrar-se no regime resoluto dos institutos primários de acumulação, denominados de grupos escolares. É esta instituição que há de reerguer o nosso ensino primário do estado de miséria a que se chegou. (...) A substituição gradativa da escola singular pela escola coletiva, é o instrumento mais aperfeiçoado para o ensino integral. (OLIVEIRA: 1902, 04)

Portanto, a grande novidade estava na proposição de se construírem espaços próprios para a educação escolar. É a partir dessa mudança de lugar, físico e simbólico, que se tornou possível a construção de uma cultura escolar diferente em Minas Gerais e uma discussão específica sobre o conhecimento escolarizado: instituía-se uma nova cultura na escola, com tempo, espaço e métodos de ensino regulamentados, previamente definidos, buscando uma homogeneização tanto para os alunos quanto para os professores. A construção dos grupos escolares retrata a importância da nova forma escolar pretendida, pois nela estaria a condição ideal para o desencadear de uma proposta pedagógica propiciadora de uma instrução pretensamente inovadora.

De acordo com Vicent, Lahire e Thin, em texto produzido sobre o conceito de *forma escolar*, que também contribui para a compreensão da cultura escolar, o termo pode ser entendido como “(...) *um modo de socialização que se impôs no transcurso histórico, principalmente a partir do século XVII, a outros modos de socialização.*” (2001: 7-47)

Esse modo de socialização que vem se impondo, ainda que inventado no interior da escola, não é indiferente aos outros modos também de socialização, mas está ligado a eles. Isso se confirma na afirmação dos autores citados, quando concebem que “(...) *toda aparição de uma forma social está ligada a outras transformações; que a forma escolar está ligada a outras formas, notadamente políticas*” (2001: 36)

Assim sendo, a forma escolar, ao se constituir, inaugura novas situações nas relações cotidianas vivenciadas pelos sujeitos que participam da educação, fazendo com que a escola seja criada como uma unidade com suas características próprias e com um modo social próprio de ser, impondo-se como referência, como modo de socialização reconhecido e legitimado por todos. A escola constitui e é constituída pelo meio que está inserida.

A partir da lei número 439, que autorizou a reforma do ensino, surgiram os seguintes decretos, que regulamentavam a reforma: Decreto 1.947, de 30/09/1906, que aprovou o programa de ensino; Decreto 1.960, de 16/12/1906, que aprovou o

regulamento da instrução primária e normal; Decreto 1969, de 03/01/1907, que aprovou o regulamento interno dos grupos escolares e escolas isoladas; Decreto 1.982, de 18/02/1907, que aprovou o regimento interno da escola normal da capital.

1.2 – O programa de ensino da Reforma João Pinheiro

Nesta parte do trabalho abordamos o novo programa de ensino aprovado pelo Presidente de Estado João Pinheiro, através do decreto 1.947, que vigorou a partir de 30 de setembro de 1906 e se estendeu durante todo o período de investigação desta pesquisa. Além de aprovar o programa de ensino para as escolas primárias do Estado de Minas Gerais, esse decreto também foi responsável pela distribuição e ordenação dos quadros de horários para cada uma das disciplinas, bem como pela apresentação das instruções de abordagem dos conteúdos de cada um dos programas do currículo. Assim, para uma pesquisa que se debruça sobre a análise de uma disciplina escolar específica, achamos conveniente realizar observações a respeito de todo o programa proposto para, em momento posterior, direcionar a atenção para o ensino de História.

A pesquisa de Irlen Gonçalves, sobre a produção dos grupos escolares em Minas Gerais afirma, quando discute a implementação do novo programa de ensino:

Agora, não apenas uma substituição ou uma reorganização de disciplinas e/ou conteúdos escolares, mas um novo modelo ou uma nova forma escolar se impunha. A nova organização do grupo escolar, que contou com uma concentração de crianças num mesmo prédio escolar, distribuídas em, pelo menos, quatro salas de aula, obedecendo à seriação e à hierarquização da aprendizagem e, ainda, sob a orientação de um novo método de ensino, demandou uma reestruturação do programa para atender aos novos objetivos do ensino primário. GONÇALVES (2004, 85)

Esse tipo de inovação proposto pela reforma de 1906 estava de acordo com as transformações ocorridas nas nações modernas, defendidas pelos políticos e intelectuais da época. Nesses países, notadamente nos Estados Unidos (principal referência da elite republicana mineira), desenvolvia-se o modelo de escola graduada, com propostas de classificação homogênea para os alunos, dividindo-os em várias salas em um mesmo prédio, com vários professores, cada qual com suas respectivas turmas, onde o que se

reforçava era uma proposta pedagógica voltada para o desenvolvimento das habilidades de observação. Souza (1998), ao analisar a origem dos grupos escolares no Brasil, chama atenção para o modelo pedagógico praticado em países como França, Espanha, Estados Unidos e Inglaterra e afirma a posição das propostas brasileiras no encaixe dessas experiências.

O Decreto 1.947, que estabeleceu o programa de ensino, sugeriu as seguintes orientações: uma instrução para cada disciplina, visando orientar o professor sobre a aplicação de cada uma dos conteúdos que deveria ser lecionado; seus respectivos conteúdos distribuídos para cada ano escolar; a organização do horário de funcionamento semanal de cada uma das matérias.

As disciplinas do ensino primário, estabelecidas pelo novo currículo, foram apresentadas da seguinte maneira:

- | | |
|---------------------------------------|------------------------|
| 1- Leitura | 2- Escrita |
| 3- Língua Pátria | 4- Aritmética |
| 5- Geografia | 6- História do Brasil |
| 7- Instrução Moral e Cívica | 8- Geometria e desenho |
| 9- História Natural, Física e Higiene | 10- Exercícios Físicos |
| 11- Trabalhos Manuais | 12- Música Vocal |

(MINAS GERAIS. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1907 p. 62)

A distribuição dos horários ao longo da semana foi minuciosamente detalhada e pode ser conferida no quadro a seguir:

(MINAS GERAIS. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1907. p 66)

Na intenção de controlar a conduta dos professores e conseqüentemente a dos alunos dentro da sala de aula, também foi produzido um conjunto de orientações específicas para a prática de cada uma dessas disciplinas. Para o caso da disciplina *História do Brasil* para o ensino público primário, ficou assim detalhado:

I- Dos fatos e coisas da nossa História deve-se fazer seleção do que for mais grandioso e importante, transmitindo a princípio em forma de anedota e depois em descrição e narração simples, por conversa com os alunos.

II- Poucas idéias, claramente expressas, tendo muito em vista familiarizar os meninos com os fatos históricos do país, apreciar o valor dos grandes homens e inspirar o sentimento da pátria. Somente no terceiro ano se permitirá a adoção de um pequeno compêndio. (MINAS GERAIS. *Programa do Ensino Público Primário no Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1906. p 109)

Esse tipo de orientação pedagógica, que sugeria como cada conteúdo deveria ser aplicado, tinha como objetivo uniformizar o ensino e, com isso, conforme afirma GONÇAVES (2004), alcançar a racionalização do trabalho pedagógico no estado. Talvez tenha sido essa a principal meta almejada pelo governo de Minas Gerais quando idealizou a Reforma.

Considerando que os grupos escolares foram criados em momento posterior à formulação do programa de ensino, é possível afirmar que este tenha sido a base para as demais mudanças. Todo o conjunto de transformações ocorridos por ocasião da Reforma (grupos escolares, programa de ensino, corpo docente, fiscalização, aluno, frequência) pode ser considerado um instrumento eficaz na tentativa de atingir os ideais republicanos de uniformização. A fala do secretário do interior Carvalho Britto permite pensar sobre essas aspirações:

Com o Grupo se consegue a divisão do trabalho escolar, a fiscalização permanente, o estímulo dos professores, a execução uniforme do programa de ensino, a atração do aluno para a escola, a frequência assídua, o hábito das crianças viverem em sociedade, corrigindo-se, modificando-se, aperfeiçoando-se, de modo que o ideal republicano da igualdade por ser atingido naturalmente no trato de poucas gerações. (Relatório apresentado ao Governo de Estado pelo Secretário do Interior Carvalho Britto, em 1907)

No novo programa, o ensino primário foi dividido em quatro anos, e cada um deles foi novamente dividido em duas partes (dois semestres), cada qual com seus respectivos conteúdos e disciplinas, conforme pode ser observado no caso da disciplina denominada *Escrita*:

Distribuição dos conteúdos escolares por ano e semestre, na matéria Escrita, no grupo escolar, em 1906				
ANO	PRIMEIRO ANO	SEGUNDO ANO	TERCEIRO ANO	QUARTO ANO
MATÉRIA	ESCRITA			
PRIMEIRO SEMESTRE	Cópia, a lápis ou em ardósia, dos modelos de linhas e letras manuscritas minúsculas, em formato grande, de estilo vertical redondo. – Cópia, a lápis ou em ardósia, dos modelos de palavras minúsculas, e em formato menor.	Cópia de novos modelos, em tipo comum, sempre vertical redonda	Cópia de trechos de livro de leitura, em letra vertical redonda, com a maior presteza possível.	Exercícios nos mesmos cadernos, preferindo o ditado – Exercícios de letras grandes para títulos e cabeçalhos, rótulos etc.
SEGUNDO SEMESTRE	Cópia, a tinta, dos modelos, em cadernos especiais. – Exercícios de letras minúsculas. – Escrita de vocábulos fáceis, por ditado,	Cópia de trechos de livros, em tipo comum	Continuação dos mesmos exercícios – Escrever lentamente por ditado – Cópia imitando trabalhos caligráficos	Continuação dos mesmos exercícios, adotando-se modelos de letras de fantasia para serem copiadas e imitadas.

(MINAS GERAIS. *Programa do Ensino Público Primário no Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1907. p 117)

Ainda de acordo com GONÇALVES (2004), a estrutura que organizou os conteúdos e as disciplinas se tornou mais complexa, pois já não era mais suficiente esboçar os conteúdos sem considerar outros aspectos importantes da nova forma escolar proposta. Como a escolha do local apropriado para as aulas, a associação dos conteúdos à seriação dos alunos, uso de material pedagógico adequado à escolarização da criança na idade entendida como própria para o desenvolvimento de certos aprendizados e, por fim, a aplicação de um novo método de ensino necessário à nova organização curricular.

1.3 – Considerações sobre as repercussões da Reforma

Na primeira *Mensagem* enviada ao Congresso Mineiro, no ano de 1907, o Presidente de Estado João Pinheiro demonstrou franca satisfação com o sucesso da implantação da Reforma. Em certo momento, refere-se às transformações como um *espetáculo*, especialmente no que diz respeito aos sucessos alcançados com a aplicação do novo método intuitivo, o rigor da fiscalização do ensino e, principalmente, pela promissora instalação dos novos estabelecimentos escolares que estavam de acordo com as propostas racionalizadoras do ensino. Todos esses elementos, segundo palavras do

próprio Presidente, colaboravam para o aumento e manutenção do número de alunos matriculados nas escolas públicas estaduais:

Para a alma mineira, é extraordinário conforto o espetáculo que oferece o início desse ressurgimento, cujas glórias, mais ao próprio povo cabem que ao Governo, tendo compreendido rapidamente que o interesse visado era o da coletividade, vendo-se a matrícula nas escolas primárias rapidamente quase que duplicada. (Mensagem enviada ao Congresso Mineiro pelo Presidente de Estado João Pinheiro no ano de 1907. p 06)

Os entusiasmos com andamento da instrução pública estavam generalizados e podiam ser observados a todo instante, não somente pela elite política republicana estadual, mas também nas manifestações positivas dos demais sujeitos envolvidos no cotidiano das escolas, como professores, diretores, inspetores e mesmo os pais de alunos.

Tais expectativas não estavam destituídas de reais motivações, como pode ser percebido nas estatísticas produzidas pelo censo escolar de 1907. Segundo o Relatório do Secretário do Interior Carvalho Britto, apresentado ao Presidente de Estado no final daquele ano, o número de alunos havia se elevado para 96.827, ultrapassando a marca até então inédita do governo de Afonso Penna, no início de 1892, que era de 73.457 alunos³. Em relação à frequência, o mesmo relatório não apresentou nenhum dado estatístico, no entanto o secretário afirmava ter *a convicção de que a frequência sob o novo regime escolar não teria cotejo na história*⁴.

VEIGA (1997), ao discutir as aproximações entre os projetos urbanos e os projetos escolares na produção de representações de educação no Brasil em fins do século XIX, sugere que as reformas escolares realizadas em Minas Gerais a partir daquele período, pautavam-se pelo desejo de reinventar os sujeitos sociais, sendo a escola afirmada como local legítimo de transmissão do saber considerado como necessário ao cidadão republicano. A escola é uma instituição social que emerge confrontando outras formas de socialização e de transmissão de saberes, as quais se verão relegadas e desqualificadas por sua instauração. A escola impõe às crianças uma oposição e ruptura com relação a seu espaço cotidiano de vida, *a sua forma habitual de estar, falar, mover-se e atuar*.

³ Sobre estatísticas escolares e produção da escola naquele período, ver o trabalho de Sandra Maria Caldeira Machado (2008).

⁴ Relatório Apresentado ao Presidente de Estado pelo Secretário do Interior Carvalho Britto no ano de 1907. p 23.

É evidente, no entanto, que esse processo de afirmação social da escola não ocorreu de forma harmônica e consensual, mas em meio a tensões estabelecidas com outras práticas culturais dos sujeitos. No caso de Minas Gerais, se as representações sobre a necessidade de civilizar a população pobre através da escola e inserir o estado no caminho da modernidade foram intensas, isso não significou que houve imediata adesão da população e harmonia entre as imposições prescritivas das normas e a vivência cotidiana das salas de aula.

Alguns estudos têm se debruçado sobre essa questão, na tentativa de revelar esse ponto de discordância. Entre esses trabalhos, considerando os que se interessam pelo período aqui abordado, merecem destaque os de FARIA FILHO (2000), CHAMON (2005), GONÇALVES (2004), VEIGA (1997) e VAGO (2002). Em cada um desses trabalhos, fica evidente que a tentativa de configuração de uma nova cultura escolar em Belo Horizonte e demais regiões Minas Gerais não ocorreu de forma consensual. Entre os sujeitos envolvidos com a tarefa de realizar as novas prescrições para o ensino primário (inspetores, secretários, diretores, professores) houve relações de adesão e obediência, mas também de resistência, revelando disputas de representações e conflitos de práticas que não se encaixavam no que estava previsto e determinado: pequenas alterações ou completa desobediência aos programas decretados, com o privilégio de determinadas disciplinas e marginalização de outras; alteração do tempo escolar; abandono da escola pelas crianças; pais se negando a enviar os filhos para as salas de aula. Esses são exemplos de dificuldades apontadas nos trabalhos citados e que podem ser evidenciados na documentação produzida pelos sujeitos:

Em todos os meus relatórios, desde o começo do meu exercício, como professora da escola isolada, eu me manifesto contra o horário das 10 às 14 horas, por não estar de acordo com os costumes mineiros em relação às horas da primeira refeição. (Relatório enviado à Secretaria do Interior por Anna Guilhermina Cândida de Carvalho, diretora do Segundo Grupo Escolar da Capital, em 1910. p 3)

1.3.1 – Livro didático nas repercussões da Reforma

Em Minas Gerais, no princípio do período republicano, mais especificamente em 1892, é instituído o Conselho Superior de Instrução. Entre outras responsabilidades,

é ele quem seleciona todo o material didático impresso que circulou (ou deveria circular) no interior das salas de aula naquele momento. Seus membros deveriam avaliar, fazer revisões, sugerir alterações, adotar e/ou substituir os compêndios escolares, além dos programas de ensino e do material dos estabelecimentos públicos de ensino. As disposições legais que organizavam esse Conselho foram publicadas no Regulamento da Instrução Primária e Normal, aprovado pelo Presidente de Estado João Pinheiro através do Decreto 1960, de 16 de dezembro de 1906. Os membros que compunham o corpo oficial desse órgão estavam, de formas variadas, relacionados à educação. Alguns figuravam no quadro de escolas, como diretores e professores. Outros eram nomeados pelo Presidente de Estado de acordo com a participação na cena política. Alguns haviam servido também como inspetores escolares. A sede estava instalada na Capital do Estado, e funcionava sob a presidência do diretor da Secretaria do Interior, além de ter que acatar decisões do Presidente de Estado. Além do diretor, seu corpo deveria ser composto por um inspetor escolar da Capital, um diretor dos estabelecimentos de ensino secundário estadual, um professor da escola normal e um de escola primária de Belo Horizonte, um secretário designado pelo Presidente. Todos eles deveriam possuir um suplente, escolhido por eles mesmos, e designado na ata da primeira sessão do Conselho. As atas eram publicadas em impressos oficiais do governo e as reuniões aconteciam no dia 10 de cada mês.

Outro documento que evidencia possíveis formas de resistência é o relatório enviado à Secretaria do Interior pelo diretor do grupo escolar de Diamantina, prestando contas do funcionamento do estabelecimento de ensino. O diretor noticia a compra de livros didáticos que não estavam de acordo com a lista aprovada pelo Conselho Superior:

Mandei adotar, para uso dos professores, as Memórias do Distrito Diamantino, do Dr. Joaquim Felício dos Santos, obra rara e esplêndida, sobre a fundação do Tejuco (hoje Diamantina), origem do povoado, bandeirantes que o fundaram, primeiras famílias que aqui estabeleceram, lendas e anedotas célebres sobre os garimpeiros e os antigos contratadores de diamantes; etc. (Relatório enviado à Secretaria do Interior pelo diretor do Grupo Escolar de Diamantina Cícero Arpino Caldeira em 1907. p 13)

Segundo BITTENCOURT (2008), o livro didático se inscreve na história do currículo no momento que ocorre a construção do saber escolar e, portanto, se torna elemento fundamental no entendimento das prescrições realizadas para a educação em determinado contexto social. Dessa forma, considerando que o currículo constitui e é

constituído como parte de projetos e de políticas educacionais mais abrangentes, a recusa pela indicação de determinada obra didática e a adoção de outra que estivesse em desacordo com as recomendações oficiais pode também ser entendida como uma forma de resistência ao modelo educacional proposto naquele momento para o estado de Minas Gerais.

2 – A editora Francisco Alves e o Estado de Minas Gerais

Ao se deparar com a crescente necessidade de fornecimento de material didático ao também crescente público escolar, o governo de Minas Gerais se vê obrigado a recorrer a diversas alternativas para satisfazer essa demanda. As iniciativas tomadas foram um tanto diferenciadas, o que colaborou para a configuração de uma multiplicidade de práticas por parte dos sujeitos responsáveis pela aquisição e distribuição de livros didáticos às escolas públicas primárias. As relações estabelecidas entre o poder público e a iniciativa privada eram bastante explicitadas pela atuação da editora Francisco Alves. Considerando que o livro didático foi um elemento fundamental no processo de aprendizagem das crianças do ensino primário, essa editora teve uma participação fundamental no processo de escolarização infantil no estado no período de instalação da Reforma João Pinheiro, pois foi a principal fornecedora de livros e demais materiais didáticos ao governo nos primeiros anos da república.

Outras editoras também aparecem na documentação avaliada, sobretudo nas informações dos catálogos dos manuais encontrados. Além da citada Francisco Alves, também encontramos outras, responsáveis pelas publicações didáticas que circularam no Estado naquele período: Garnier; a Tipografia Americana, com sede no Rio de Janeiro; a Paes e Cia., de Belo Horizonte; Papelaria Mendes, do Rio de Janeiro; Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais; Cruz Coutinho, de Portugal; Beltrão e Cia., de Ouro Preto; e Tipografia do Correio de Minas, de Juiz de Fora.

No entanto, a Francisco Alves, editora até então localizada na cidade do Rio de Janeiro, foi a única que manteve uma relação suficientemente sólida, intensa e próspera com o poder instituído, ao ponto de produzir vestígios que permitem investigar trocas realizadas há um século. Além disso, o levantamento de informações e discussões sobre uma determinada editora talvez seja suficiente para se pensar todo o movimento realizado pelo governo com as demais empresas fornecedoras de livros, pois havia regras de procedimento que valiam para todas. E, independente das normas e da abertura de licitação (concorrência), independente de qual delas cumpria melhor os requisitos e vencia o pleito, o que realmente importava era a proposta mais conveniente para o Estado, fosse pela necessidade urgente de aquisição, fosse pela conveniência nos preços, pela facilidade do acesso, pela necessidade de se cumprir o programa de ensino, ou outra razão qualquer. Dessa forma, mesmo que a Francisco Alves vencesse todas as licitações (o que efetivamente aconteceu), o governo recorreu diversas vezes a outras

empresas quando estas ofereciam condições mais favoráveis. Ou quando a necessidade de aquisição era urgente e não podia esperar a remessa da Francisco Alves vinda do Rio de Janeiro. Por outro lado, a citada editora foi diversas vezes acionada em ocasiões emergenciais, mesmo que outra empresa ou a imprensa oficial se disponibilizassem com melhores condições: apesar da distante localização, as reservas no depósito da Francisco Alves podiam ser uma alternativa mais eficaz para atender pedidos urgentes.

Segue trecho de documento atestando o vencimento de edital pela Francisco Alves em 1911, um ano após a instalação da filial da empresa na cidade de Belo Horizonte:

Em dezembro do ano findo, o fornecimento dos objetos constantes desta epígrafe (livros, aparelhos e material didático) foi levado à hasta pública, tendo sido arrematantes do mesmo, para o corrente ano, o Sr. Francisco Alves e Companhia, livreiro estabelecido nesta cidade. (Relatório enviado ao Presidente de Estado pelo Secretário do Interior Delfim Moreira Costa Ribeiro em 1912. p 245)

Ao realizarem pesquisas sobre a produção e circulação de cartilhas e livros de leitura no Brasil entre os séculos XIX e XX, MACIEL e FRADE (2003), produziram um interessante levantamento de informações a respeito das relações estabelecidas entre a editora Francisco Alves e o poder instituído em Minas Gerais. O trabalho realizado por elas e sua equipe do CEALE⁵, aliada à documentação levantada para esta pesquisa, são as principais referências para desenvolvimento do tema proposto nesta parte do texto.

Segundo MACIEL (2004), a presença da editora Francisco Alves em Minas Gerais remonta ao ano de 1893, mais exato no dia sete de fevereiro, quando o comerciante, professor e autor Thomaz Brandão e a referida editora assinaram contrato de venda e distribuição dos títulos editados por ela. A partir de então, de acordo com as cláusulas do contrato, a *Livraria Mineira* de Ouro Preto deveria alterar seu nome para *Livraria Clássica*, conforme o nome da matriz fluminense. O proprietário do estabelecimento teria direito a 40% do valor das vendas de livros para o ensino primário e 30% para os volumes destinados ao ensino secundário. Thomaz Brandão não teve problemas com essas cláusulas e cumpriu o acordo conforme o combinado, pois não demorou muito para a Francisco Alves tomar para si a responsabilidade de editar as obras mais solicitadas pelo professorado mineiro. Além dessas cláusulas, o novo

⁵ Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da UFMG. Projeto temático “*Cartilhas produzidas e utilizadas no Brasil nos séculos XIX e XX*”. Financiado pela FAPEMIG e CNPq. 2003

proprietário da *Livraria Clássica* também estaria obrigado a divulgar em Minas Gerais as demais obras didáticas editadas pela Francisco Alves e todas as outras que a editora possuísse propriedade literária.

Quando se intensificou a necessidade de aquisição de livros para o crescente número de alunos, a Francisco Alves se antecipou na oferta de material. Uma das estratégias utilizadas com frequência pela editora foi a doação de pequenas quantidades às escolas mineiras. Essa estratégia, muitas vezes, foi suficiente para o convencimento das autoridades de que a editora apresentava, naquele momento, as melhores condições de provimento didático:

Pedimos a V. Ex. o especial obséquio de enviar-nos uma relação dos Grupos Escolares desse Estado, a fim de remetermos para a Biblioteca dos referidos Grupos uma coleção dos nossos livros didáticos, tendo já remetido a alguns diretores dos grupos escolares com quem temos relação, a fim de conhecerem desde já os livros didáticos editados pela nossa casa. (Ofício enviado ao Secretário do Interior pelo livreiro Francisco Alves, em novembro de 1909)

Os senhores Francisco Alves e Comp., livreiros estabelecidos no Rio de Janeiro, ofereceram ao professorado do Estado livros didáticos, os quais foram aos mesmos distribuídos por esta Secretaria. (Relatório enviado ao Presidente de Estado pelo Secretário do Interior Carvalho Britto no ano de 1907. pág. 114)

Tem também o Governo fornecido grande quantidade de livros e outros materiais didáticos, relevando notar que os Srs. Francisco Alves e Comp. do Rio de Janeiro têm feito importantes donativos neste sentido. Além desses (livros), outros, em pequenas quantidades, foram comprados para suprirem faltas ocorrentes. Os senhores Francisco Alves e Comp., livreiros estabelecidos no Rio de Janeiro, em cuja casa foi adquirida a maioria daqueles livros, também patrioticamente fizeram a distribuição gratuita de diversas obras a alguns dos Grupos Escolares. (Relatório enviado ao Presidente de Estado pelo Secretário do Interior Estevão Pinto em 1909. págs. XXI e 325)

É provável que essas estratégias tenham surtido resultados positivos para a editora, pois as dificuldades enfrentadas no envio de material didático para as escolas podem ter levado os docentes a utilizarem os livros distribuídos pela Francisco Alves. E, na falta dos mesmos, diante do aumento das matrículas, esses profissionais podem ter solicitado ao governo a remessa de mais volumes. Diante de tais pressões, o Conselho Superior pode ter aprovado determinados volumes que anteriormente não haviam sido autorizados.

A partir da primeira década do século XX, percebe-se o aumento considerável das trocas realizadas entre o governo e a editora fluminense. A documentação sobre essas trocas evidencia um forte estreitamento na relação. Não podemos esquecer das

dificuldades de transporte e comunicação enfrentadas naquele período, quando o uso das estradas de ferro e dos correios era bastante precário. Assim, há documentos que atestam a remessa direta de material didático do Rio de Janeiro para algumas escolas do interior do estado, sem passar pela supervisão da Secretaria do Interior. O diretor e/ou os professores desses estabelecimentos foram encarregados de conferir o material e relatar o estado em que chegavam a seus respectivos grupos escolares e escolas.

Uma evidência que atesta a intensificação das relações comerciais entre o governo e a editora no período de vigência da Reforma é a criação da Biblioteca do Conselho Superior, em 1912. A partir daquele ano, os autores e editoras interessados em ter obras avaliadas pelo governo deveriam remeter à Secretaria do Interior duas cópias do compêndio escolar candidato à aprovação. Uma delas seria para avaliação do Conselho, enquanto a outra, independente da aprovação, deveria compor o acervo da biblioteca, para eventuais necessidades futuras. Além disso, passou-se a exigir maior cuidado na elaboração dos exemplares sujeitos à avaliação, que deveriam ser datilografados e encadernados:

O aumento crescente de papéis referentes ao serviço do Conselho, o número de processos disciplinares e a grande quantidade de livros sujeitos à aprovação, exigiram modificações na escrituração do registro de processos, do registro de denúncias, das penas, da redação e impressão das obras, estando se organizando com regularidade a biblioteca do Conselho Superior, constituída de exemplares em duplicata de todos os compêndios processados que mereceram ou não aprovação. (Relatório enviado ao Presidente de Estado pelo Secretário do Interior Delfim Moreira Ribeiro em 1912. pág. 321)

Essas medidas podem ter facilitado o acesso da Francisco Alves ao Estado, considerando que a editora não teria dificuldades em cumprir as novas exigências. Ao mesmo tempo, podem ter causado problemas nas relações diretas do governo com os autores, que nem sempre dispunham de recursos para a primeira publicação dos livros. Em muitos casos, a primeira versão impressa dos compêndios era feita somente após a aprovação do governo, por intermédio da Imprensa Oficial e, algumas vezes, pela própria Francisco Alves, que adquiria os direitos de publicação. Como foi o caso do mineiro Artur Joviano, autor de livros de leitura utilizados em larga escala nas escolas públicas na primeira década do século XX. O título *Primeiras Leituras Para Crianças* foi inicialmente publicado pela Imprensa Oficial e em seguida teve os direitos vendidos à editora fluminense. Uma informação curiosa sobre esse autor: após ter sido diretor de grupo escolar e professor do ensino primário, seu nome passou a figurar no grupo de

funcionários do Conselho Superior, órgão responsável pela seleção dos manuais didáticos.

Outra estratégia utilizada pela Francisco Alves foi a promoção de livros que não estavam de acordo com a lista de autorizações publicada pelo Conselho Superior. Na documentação encontrada, há registro dessas ofertas, em momentos que a livraria tentava convencer o governo a adquirir obras similares às solicitadas quando estas estavam em falta ou não eram de propriedade da companhia:

Pelo correio sob registro remetemos a V. Ex. um exemplar do livro “Material Agrícola”, que nos parece muito próprio para as escolas rurais e para as escolas técnicas de agricultura anexas às fazendas-modelo que o Governo desse Estado tão acertadamente tem fundado. No caso de V. Ex. pensar que este livro possa prestar o auxílio que julgamos, e queira adquirir exemplares, pedimos o obséquio de mandar dizer-nos a quantidade a fim de entrarmos em acordo com o respectivo editor, que se acha atualmente entre nós. (Ofício enviado ao Secretário do Interior de Minas pelo livreiro Francisco Alves, em 21/07/1908)

3 – O complexo circuito do livro em Minas Gerais.

De acordo com MUNAKATA (1997), para se investigar a história das disciplinas escolares através do livro didático é preciso levar em consideração uma série de fatores que vão além da simples análise de seus conteúdos. Entre os outros elementos que o autor julga imprescindíveis, estão: a sucessão de edições dos manuais; a edição e distribuição pelas editoras e pelo governo; os sujeitos envolvidos nesses processos; e as avaliações realizadas pelo poder instituído. Além disso, é preciso também conhecer o percurso desse material desde seu processo de fabricação até o momento que é utilizado nas salas de aula. Segundo o autor, ao longo desse caminho, o objeto livro experimenta diferentes situações que podem interferir no seu percurso e, por conseguinte, ocasionar alterações em todo o projeto educacional idealizado para determinada sociedade.

Nesta parte do trabalho realizamos discussão sobre a trajetória desse material no estado de Minas Gerais no período de implantação da Reforma João Pinheiro, quando o livro didático assume importante papel na configuração do projeto educacional da elite republicana. A partir da documentação encontrada, apresentamos evidências de como o percurso desse objeto impresso foi diverso. E, diante das discussões feitas, mostramos como a ausência de uniformidade na distribuição do material muitas vezes representou verdadeiro empecilho para a realização do projeto educacional idealizado pela elite política mineira.

Conforme mostramos anteriormente, as relações entre editoras e poder instituído intensificam-se, efetivamente, a partir dos primeiros anos do período republicano, especialmente por ocasião das reformas escolares ocorridas em fins do século XIX e primeiros anos do século XX. Os sujeitos envolvidos com os projetos reformistas, na intenção de realizarem o ideal de universalização do acesso à escola, se deparam com uma série de problemas que dificultavam o processo de atração e permanência das crianças nas salas de aula. Entre esses empecilhos, estava a dificuldade de acesso à diversidade de materiais didáticos considerados essenciais no processo de aprendizagem. Os livros escolares assumem grande importância nesse momento, como instrumentos eficazes e indispensáveis desse processo. Diversos documentos produzidos por autoridades e profissionais do ensino atestam esse *status* do livro como elemento fundamental para a efetivação dos ideais reformistas, verdadeira peça-chave para o funcionamento de todo o aparato pretendido. Não são raros os documentos que

registram essa realidade, que pode ser observada, sobretudo, nos pedidos de livros pelos diretores dos grupos e escolas isoladas e nos relatórios de inspetores:

Desejando que todos os alunos do Grupo começassem já a estudar os livros adotados para o segundo semestre do terceiro e segundo anos, tomo a liberdade de incomodar-vos novamente, rogando-vos o obséquio mandar-me os livros que há dias vos pedi para os alunos pobres. (Ofício enviado ao Secretário do Interior Dr. Valadares Ribeiro pela diretora do Primeiro Grupo Escolar da Capital, Helena Penna, em 26/07/1907).

(...) reconhecemos a impossibilidade absoluta de começarem imediatamente os trabalhos do Grupo, pelos seguintes motivos ponderados, que apresento ao esclarecido critério de V. Ex. (...) É também de grande necessidade que este estabelecimento seja dotado, com possível brevidade, de livros escolares adotados pelo Conselho Superior. (...) Enquanto não obtemos estes livros, resolvemos abrir uma matrícula provisória. (Ofício enviado ao Secretário do Interior Dr. Manoel Carvalho Britto pelo diretor do Grupo Escolar de Diamantina, em 25/09/1907).

(...) encontrei o primeiro ano da escola inteiramente desorganizado, em virtude das próprias condições materiais de precariedade que a suplantam. Basta dizer que os 18 alunos presentes do primeiro ano tinham livros diversos, cada um o seu, (...) porque cada aluno vai à escola com o livro que tem e o Estado não fornece material didático aos seus institutos primários, para se ter idéia precisa de como pode ser executado o programa de ensino de leitura simultânea. Em 25 minutos do horário há de o professor dar uma lição de leitura uniforme a 18 meninos, cada qual deles com um livro diverso. Não é, portanto, o titular da cadeira culpado por esta desorganização notada. (Relatório de visita ao Grupo Escolar de São João Nepomuceno pelo inspetor Estevam de Oliveira, em 31/08/1907)

Apesar da série de dificuldades encontradas na realização dos ideais da reforma João Pinheiro, dos empecilhos surgidos pelo embate com outros hábitos culturais, é inegável que, a partir daquele ano, a população escolar aumentou consideravelmente em termos quantitativos, conforme foi demonstrado em momento anterior deste texto. Como consequência, as necessidades de acesso aos diversos materiais didáticos também aumentaram de forma considerável.

O Estado, ao se deparar com essas novas necessidades, se vê obrigado a tomar iniciativas no sentido de prover os estabelecimentos educativos de material pedagógico considerado adequado para a realização dos ideais reformistas. O que se pode observar a partir de então é uma série de condutas diversificadas por parte das autoridades e dos profissionais da educação no sentido de sanar o problema.

No trecho do documento a seguir, podemos conferir um exemplo de como as autoridades agiam no processo de aquisição do material didático. A despeito das regras, das

aprovações do Conselho Superior e da abertura de editais públicos para o fornecimento do material:

Tendo a Seção representado sobre a necessidade de se adquirirem alguns livros e objetos de que o depósito já sente falta, a fim de poderem ser atendidos vários pedidos aqui existentes, V. Ex. mandou consultar à Casa Alves e Cia., nesta Capital, sobre os preços. Respondeu à consulta a casa do Rio de Janeiro, naturalmente porque a daqui não tem o que se pediu. O orçamento, de acordo com os preços enviados, é o seguinte: (...) 10:810\$000. Cumpre-me dizer: que os “Exercícios de Linguagem” já foram fornecidos à Secretaria, pelo autor, a 900 réis o exemplar, e a Casa Alves os fornece a 1\$400. Não sei, porém, se o autor mantém o mesmo preço, nem se queria adquiri-los em mãos do mesmo. (Ofício enviado ao Secretário do Interior pelo chefe da V Seção, Durval Epaminondas, em 05/06/1911)

Logo abaixo, registro do mesmo Durval Epaminondas, diretor da V Seção da Secretaria do Interior, órgão responsável pelo controle dos pedidos de material didático, bem como sua distribuição em todo o estado, a partir da cidade de Belo Horizonte, atestando recorrência à editora Francisco Alves em caráter emergencial:

Peço, pois, a V. Ex. se digne decidir sobre a aquisição dos livros constantes desta, a fim de que brevemente possam ser atendidas as requisições já existentes na seção. Se já tivesse ficado decidido quais os livros que o Conselho Superior julga deverem-se adotar nas escolas para o próximo ano, poder-se-ia levar a hasta pública o fornecimento: mas, devido à necessidade de aquisição mais rápida, convém compra-los diretamente no Rio de Janeiro, na casa Alves & Cia. (Ofício enviado ao Secretário do Interior Dr. Valadares Ribeiro pelo chefe da V Seção Durval Epaminondas em 23/12/1911).

Outro documento, do mesmo chefe da V Seção, mostra o descontentamento com a ineficiência do Conselho Superior e sobre a necessidade de se abrir concorrência pública devido à lentidão e altos preços da Imprensa Oficial:

Parece-me que o governo ainda não está aparelhado para fornecer aos estabelecimentos de ensino tudo quanto se contém nos artigos 187, 188, 190, 191, 192 e 195 do Regulamento 3191. Assim, especificarei os objetos que aqueles que objetos que são de absoluta necessidade. (...) Em primeiro lugar vêm os livros, didáticos, de consultas e de escrituração. Os didáticos e os de consultas não sei quais sejam, porque a respeito nada resolveu ainda o Conselho Superior, nem sei se adotará essa ilustre corporação os mesmos livros que têm sido distribuídos ao professorado. (...) Os livros de escrituração, bem como impressos para mapas, etc., devem também ser postos em hasta, em vez de comprados na Imprensa, que os fornece caro e com muita demora. (Ofício enviado ao Secretário do Interior Dr. Valadares Ribeiro pelo chefe da V Seção Durval Epaminondas em 27/11/1911)

A documentação encontrada também nos permitiu constatar a existência de relações diretas entre os autores e o poder público. Tal realidade reforçou a idéia de que houve grande diversidade de práticas nos processos de aquisição de material didático. Entre essas práticas, muitas vezes o que prevaleceu foi mesmo a conveniência em relação aos gastos públicos. Preocupação, esta, que influenciava até nas decisões do Conselho Superior no momento de escolha das obras, conforme observamos na troca de ofícios entre o autor de livros didáticos Carlos Ferreira Timões e o Estado:

Tendo organizado dois folhetos relativos ao ensino de História do Brasil e Geografia nos Grupos Escolares e escolas primárias, peço à V. Ex. para a Secretaria ficar com os mesmos para a distribuição pelo professorado. Os folhetos são intitulados - Pontos de História do Brasil pelo Dr. Ancil e Pontos de Geografia pelo Dr. Ancil – sendo o preço de 2\$000 para cada folheto. Desde, porém, que a Secretaria fique com número superior a dois mil folhetos de história e dois mil de geografia farei a redução e poderei aceitar a compra por 1\$500 e os darei por 1\$000 desde que o pedido seja de cinco mil folhetos para cada matéria. (Ofício enviado à Secretaria do Interior por Carlos Ferreira Timões – Dr. Ancil – em 21/12/1911)

Em consequência, o chefe da V Seção, em documento enviado ao Secretário do Interior, observou:

V. Ex. mandou, no despacho incluso, adquirir 1000 a 1500 exemplares dos Pontos de História e Pontos de Geografia, do Dr. Ancil. Para dar cumprimento ao mesmo despacho, consulto se devem ser adquiridos 1000 de cada, pois os folhetos são dois; ou se deve comprar metade de um e metade de outro folheto. Pelo parecer do Conselho, aqui anexo, verifico que só os Pontos de História do Brasil foram aprovados; mas, há professores que já têm pedido à Secretaria o folheto de geografia, sendo conveniente comprá-lo também. (Ofício enviado ao Secretário do Interior pelo Chefe da V Seção, Durval Epaminondas, em janeiro de 1912)

Alguns meses depois, as obras do autor foram aprovadas pelo Conselho Superior.

Como podemos perceber nos registros acima, havia uma diversidade de práticas referentes às primeiras etapas do circuito do livro no Estado de Minas Gerais à época de implantação da Reforma João Pinheiro. Apesar da existência de regras, materializadas em textos do Regulamento 3.191, que tentou organizar a compra e distribuição de toda diversidade de material didático para as escolas públicas, as pretensões da lei esbarravam em dificuldades de múltipla natureza. Diante de tais contratempos, os sujeitos envolvidos nos processos educativos encontravam soluções

variadas na tentativa de sanar as necessidades mais urgentes. Um episódio curioso foi o do diretor do Grupo Escolar de Lavras, Firmino da Costa Pereira: uma nota fiscal atesta a compra de diversos materiais para seu grupo, inclusive livros didáticos, no seu próprio estabelecimento comercial, em 26/06/1907. O diretor mandava adquirir obras que não estavam de acordo com a aprovação do Conselho Superior, mas se encontravam disponíveis na sua *Casa Comercial de Firmino da Costa Pereira*, localizada na Praça Municipal da cidade de Lavras. A loja do diretor da escola comercializava *fazendas, armarinho, chapéus, roupas feitas, calçados, ferragens, molhados, louças, papel, livros, etc.*, conforme informações contidas na própria nota.

Segundo BITTENCOURT (2004), o livro didático é um objeto de difícil definição. Essa dificuldade se deve às suas diversas características, enquanto produto que sofre interferências de diferentes sujeitos ao longo de seu processo de produção, circulação e consumo. Portanto, ele possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido, distribuído e utilizado.

Nos primeiros anos do século XX, em Minas Gerais, a condição de mercadoria assumida pelo livro didático se tornou cada vez mais evidente. Seu *status* de produto comercial o transformou em um objeto cobiçado e que necessitava de cuidados específicos. Suas funções pedagógicas, enquanto elemento que compõe e participa de processos de aprendizagem, instrumento portador e divulgador de valores culturais interessantes para o poder instituído, passam a dividir espaço com outras características desse material: o livro didático enquanto objeto de valor associado ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural capitalista. Essa dimensão do livro provocou interferências no seu circuito pelo estado, conforme podemos constatar em alguns documentos encontrados no Fundo da Secretaria do Interior. Interferências, essas, que impossibilitaram seu devido uso, pois fizeram com que esse tipo de material talvez tivesse outros destinos que não fossem as salas de aula. O mesmo Durval Epaminondas, em ofício enviado ao Secretário do Interior, fez a seguinte recomendação:

Acho de grande conveniência carimbarem-se todos os livros que a Secretaria fornece aos professores do Estado, a fim de se evitar que sejam vendidos ou trocados fora desta repartição; por isso peço a V. Ex. mandar a esta seção um dos carimbos usados aí no gabinete ou na Portaria, para que se possa fazer esse serviço. V. Ex. dirá se quer, no carimbo, fazer alguma recomendação ao professor. Lembrei-me de escrever esta: “O professor deve zelar pela conservação deste, impedindo que se perca, se extravie ou se estrague”. É um

carimbo para cadernos, livros e mapas. (Ofício enviado ao Secretário do Interior pelo chefe da V Seção Durval Epaminondas em 07/04/1911)

O documento acima sugere que os livros didáticos, bem como outros materiais pedagógicos destinados às escolas assumiram a condição de objetos de elevado valor comercial, sendo necessário que o governo se mobilizasse para evitar perdas, desvios e demais usos indevidos, efetuados dentro da própria repartição pública.

Outro registro interessante encontrado entre os documentos do Fundo da Secretaria do Interior é uma carta emitida pela professora Carolina Idalina Rosa, solicitando envio de livros didáticos e explicando a razão da falta dos mesmos em sua escola na cidade de Barbacena:

Comunico a V. Ex. que neste mês não pôde haver frequência legal, devido à epidemia de sarampo. Foram queimados 11 livros de primeira leitura de Artur Joviano, das alunas atacadas desse mal. Peço a V. Ex. se digne mandar remeter outros com urgência, pois elas estão agora estudando em livros imprestáveis, quase sem folhas. (Ofício enviado à Secretaria do Interior pela professora Carolina Idalina Rosa, em 02/08/1911)

Em seguida, encontramos o comentário do chefe da V Seção também endereçado ao Secretário do Interior:

Podem ser fornecidos, em substituição, os livros de L. Gomes, porque ainda não há os de Artur Joviano. A V. Ex. deixo a apreciação do procedimento da professora queimando os livros que a secretaria lhe enviou. Quis cumprir à risca os conselhos que se contêm no folheto de Higiene Escolar, que a seção está distribuindo aos professores. Esse conselho, porém, permita-me V. Ex. dizê-lo, será de efeitos desastrosos para o Estado, se a moda pegar, pois não temos recursos suficientes para comprar livros caros e remete-los aos professores para serem queimados. Não tenho a ousadia de querer entender do assunto, mas suponho que moléstias de crianças, nas localidades do interior, manifestam-se benignamente, não havendo necessidade de precauções tão severas porque elas não se propagam. O isolamento do docente, logo que se manifesta o mal, impediria sem dúvida o seu contágio. (Ofício enviado ao Secretário do Interior pelo chefe da V Seção Durval Epaminondas, em 11/08/1911)

As determinações do Conselho Superior quanto ao material impresso que deveria circular nas salas encontravam obstáculos e muitas vezes não puderam ser obedecidas, seja pela necessidade urgente dos professores, seja pela conveniência em diminuir os gastos públicos, seja pelos extravios, seja pela dificuldade no envio das obras devido aos problemas com os Correios ou insuficiência no transporte ferroviário:

A remessa de livros e material didático é, na sua maior parte, efetuada pela Estrada de Ferro Central e os volumes despachados na estação da Capital, visto como grande quantidade de objetos não pode transitar pelo Correio. Acontece, porém, que, ultimamente, os obstáculos que os empregados da estação da Central opõem aos nossos despachos são tais, que eu, na impossibilidade de fazer despachos diários, venho reclamar de V. Ex. providências a respeito. Não sei por que motivo os volumes, enviados à estação, ficam dias e dias depositados e aqui, a seção, à espera dos respectivos conhecimentos, não pode dar andamento a todos os pedidos. Não quero falar nos maus tratos infligidos a empregados daqui que vão à estação levar material e lá são recebidos até com palavras obscenas pelos empregados da Central e, para evitar conflitos, suportam resignadamente o que estes querem lhes dizer. (Ofício enviado ao Secretário do Interior pelo chefe da V Seção, Durval Epaminondas, em 25/01/1911)

Em defesa, a administração dos Correios informava:

Acusando vosso ofício número 6 de 25/1/1911, cabe-me declarar-vos que a esta Repartição nenhuma responsabilidade cabe pela demora da entrega de correspondência a que aludis, visto como, tratando-se de correspondência cujo peso e volume são superiores aos que os carteiros são obrigados a conduzir, sempre a seção desta administração tem o cuidado de avisar às secretarias pra onde são destinadas a fim de que as mandem retirar. Quando há demora não recai a culpa disto sobre o correio, que expede aviso com toda prontidão. (Carta da Administração dos Correios de Minas, enviado ao Secretário do Interior em 06/05/1911)

Como podemos perceber neste último documento, o ofício da Secretaria do Interior reclamando informações sobre o material didático enviado às cidades do interior do estado é datado de janeiro de 1911. A resposta da administração dos Correios é do mês de maio do mesmo ano. São cinco meses de intervalo entre os dois ofícios, o que confirma a permanência do material nos depósitos dos Correios todo esse tempo. Provavelmente as escolas para as quais o material havia sido endereçado não iniciaram as atividades devido ao atraso. Ou fizeram uso de material diferente daquele recomendado pelo governo, prática essa já observada em registros de outros documentos.

Portanto, o Conselho Superior se viu obrigado a voltar atrás em algumas decisões e reavaliar alguns pedidos de aprovação de livros didáticos. Como foi o caso dos folhetos citados acima, de Carlos Ferreira Timões, e também da obra *Memórias do Distrito Diamantino*, de Joaquim Felício dos Santos, adotada arbitrariamente pelo diretor do Grupo Escolar de Diamantina, devido à falta de outras obras, da impossibilidade de dar prosseguimento ao programa de ensino sem o uso de livros e pela demora do governo em cumprir a promessa de remeter manuais ao grupo. Motivos, esses, alegados pelo próprio diretor.

Nessas tentativas cotidianas de driblar as dificuldades e encontrar soluções muitas vezes paliativas e em desacordo com as normas, ficou evidente que o livro didático passa a ser considerado importante elemento para o funcionamento do aparelho educativo estadual, de acordo com os pressupostos da Reforma de 1906. As dificuldades para a aquisição de livros eram ainda mais prementes quando se tratavam de alunos mais carentes ou ainda pela ausência de livrarias nas cidades do interior do estado:

Peço a V. Ex. que queira ordenar que me sejam enviados alguns livros didáticos para uso dos meninos pobres. O maior embaraço que temos encontrado é a falta de livros. Os pobres não podem comprá-los, e até mesmo os que têm recursos, não os obtém com facilidade, porque é preciso encomendar do Rio de Janeiro. Não há livraria nesta cidade, nem os comerciantes têm relação comercial com os livreiros do Rio; de modo que as encomendas são feitas às casas de comércio, o que é motivo para ficarem os livros muito mais caros. (Ofício enviado à Secretaria do Interior pelo professor Amâncio Gonçalves Gurgel, em 12/05/1907)

Há registros de casos em que a necessidade de aquisição dos manuais e dos demais materiais pedagógicos ia além dos limites das escolas, dos gabinetes da Secretaria do Interior e da preocupação de seus funcionários comissionados, provocando verdadeira alteração no cotidiano das cidades:

(...) consta-me que estimáveis cavalheiros e excelentíssimas famílias vão promover festas populares, corridas de ciclistas e outras diversões em benefício da caixa escolar do Grupo Escolar local. Muito louvável essa iniciativa, visto como a caixa escolar enfrenta não pequenos gastos com o fornecimento de vestuário e livros didáticos às crianças pobres matriculadas no grupo. (Planalto de Minas, periódico da cidade de Barbacena. 28/01/1909. p VII)

Outra prática adotada para o fornecimento de livros aos alunos pobres foi a utilização da próprias mão-de-obra gratuita de alunos das escolas técnicas. Em Ouro Preto, os alunos do Liceu de Artes e Ofícios tinham lições de encadernação e costura de livros. As aulas práticas de algumas disciplinas acabavam prestando serviços aos alunos pobres:

Na pequena oficina de encadernação, aplica-se especialmente, ao ensino de costura de livros, brochuras, dourado, e feitura de envelopes para ofícios e cartas. A oficina de encadernação tem prestado bons serviços. Na refundição de livros para meninos pobres e para o ensino. (Ata dos exames do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, realizados em novembro de 1909 pelo professor Antônio Carlos Gregório)

Em diversos registros como estes ficou evidente que os manuais didáticos eram considerados pelos profissionais da educação um material fundamental para o início, a continuidade e conclusão de todo o trabalho pretendido. Na falta deles, percebeu-se uma tendência ao estancamento das atividades nas salas de aula, comprometendo o andamento de toda a engrenagem educacional. Em alguns casos, o semestre letivo sequer se iniciava quando os pedidos de envio de livros não eram atendidos. O diretor do Grupo Escolar de Diamantina mais uma vez se pronuncia a esse respeito, anunciando mais um empecilho no percurso do material didático até seu estabelecimento de ensino:

Como já vos comuniquei por ofício, as aulas deste estabelecimento começaram a funcionar no dia 4 do corrente, apesar de não estarem ainda concluídas as obras da adaptação do prédio. (...) as aulas do Grupo Escolar não poderiam iniciar-se sem a chegada do material que despachastes para Curvelo, com destino a esta cidade. Ora, o referido material, segundo me consta, continua ainda na estação de Curvelo, por não terem querido os tropeiros carregar os volumes até esta cidade. Nestas condições, continuamos a lutar com alguma dificuldade, por falta de livros escolares e de escrituração e também por falta de mobília suficiente. (Relatório enviado à Secretaria do Interior pelo diretor do Grupo Escolar de Diamantina em 28/11/1907)

Também o professor do Grupo de Escolar de Lavras se pronuncia a respeito da importância da presença do objeto livro para a boa execução do programa de ensino:

Comunico-vos que recebi os livros didáticos vindos dessa Secretaria, cuja remessa eu vos agradeço. (...) Estou certo de que tais livros muito concorrerão para o bom andamento e eficácia do ensino nos grupos escolares, atento à utilidade de matéria neles contida e à boa orientação que sem dúvida hão de trazer aos professores ora empenhados em ministrar à mocidade mineira o ensino público primário. (Ofício enviado à Secretaria do Interior pelo professor Jacintho Pereira de Almeida, em 14/09/1907)

Conforme percebemos na documentação acima exposta, a distribuição dos livros didáticos no estado de Minas Gerais não aconteceu de maneira uniforme e conforme o previsto pelas autoridades. Muitos foram os problemas enfrentados no percurso desse material, o que tornou seu circuito bastante imprevisível, desde a aprovação pelo Conselho Superior até seu uso nas escolas e grupos escolares do estado. Os livros aprovados pelo Conselho Superior não eram necessariamente adotados. Estes, por sua vez, não eram necessariamente comprados. Mesmo os que eram adquiridos e distribuídos pelo governo muitas vezes não chegavam ao seu destino. Se chegavam, muitas vezes não eram usados. Se foram utilizados, não significa que chegaram às mãos

dos alunos (a despeito de muitos deles serem remetidos para uso das crianças pobres, conforme regulamentação legal), se restringindo ao manuseio dos professores.

A ausência de uniformidade na distribuição do material didático às escolas públicas e o uso inadequado dos livros vieram somar às demais dificuldades enfrentadas pelos agentes reformadores na tentativa de executar os seus ideais de homogeneização. Se outras dificuldades materiais produziram uma diferenciação entre as escolas isoladas e os grupos escolares, como o elevado número de alunos para as precárias instalações dos prédios, a realidade desses diferentes estabelecimentos se aproximava quando o assunto era falta de material didático. Evidentemente que a falta sentida refletia diretamente na qualidade pretendida para o ensino, especialmente no que diz respeito à imposição da disciplina:

Dificulta muito à disciplina a falta de livros de leitura iguais e em número suficiente, bem como lousas, lápis, cadernos, etc; e como os meninos do Barro Preto são todos pobres e não levam nada, acho conveniente que o governo satisfaça com urgência o pedido da Diretora, ao menos neste período de organização. (Relatório do inspetor Sebastião Corrêa Rabelo sobre o Grupo Escolar do Barro Preto. 1911)

A ausência de livros e demais materiais pedagógicos foi utilizada como um poderoso argumento para a não-adoção do método intuitivo de ensino, que naquele período representava uma das inovações mais proclamadas pelas autoridades do ensino:

Aqui encontrei introduzido o prejudicialíssimo processo de ensino por meio de apostilas, as quais tratei de banir imediatamente. As lições de história, geografia, história natural, educação moral e cívica eram todas apostiladas e assim decoradas pelos alunos, de forma que sem conhecimento seguro dos pontos, sem induções e deduções necessárias à interpretação deles, fazem provas escritas na aparência sofríveis. (Relatório do inspetor Lindolpho Gomes, sobre o Grupo Escolar de Carangola, em 11/11/1911. p 06)

A diretora do Segundo Grupo Escolar da Capital também se manifesta:

Também para que se torne uma realidade o ensino intuitivo pelos métodos modernos é indispensável material adequado a fim de que as mestras possam guiar as crianças na observação dos fatos e dele tirar os conhecimentos ao alcance de sua compreensão. (Relatório enviado à Secretaria do Interior pela diretora Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, em 1911. p 06)

De acordo com RESENDE (2004), o método intuíto representou, naquele momento da trajetória da escola mineira, um importante dispositivo na busca por uma

racionalidade no processo de escolarização. Semelhante método se baseava, sobretudo, na condição do aluno enquanto sujeito capaz de realizar atividades, de definir o conhecimento a partir de seu papel ativo na busca da compreensão dos fatos e conhecimentos.

A diretora do Segundo Grupo mais uma vez se manifesta sobre a importância do método intuitivo. Ela relata, em 1909, que algumas professoras que tinham dificuldades com o uso do método intuitivo, conforme orientação do Regulamento, ficavam depois do término das aulas, duas vezes por semana, para com ela praticar o novo processo de ensino. Sobre o método intuitivo, que a própria legislação não explicitava substancialmente, escreveu a diretora:

O ensino intuitivo não pode ser preparado subjetivamente. É inspirado pelas circunstâncias, e proporciona-se á inteligência de quem aprende. É obra só de iniciativa pessoal entre mestra e alunos. E também é só por meio do ensino intuitivo ‘bem compreendido’ que podem se desenvolver as faculdades mentais do menino. E é esse ‘desenvolvimento mental’ o fim verdadeiro da escola primaria, e não como geralmente se entende, ‘dar conhecimentos’ que só podem ser obtidos pela experiência individual. A professora primaria nada tem que ensinar, tem apenas de ‘guiar metodicamente’ o aluno na observação dos fatos para a indagação da verdade e a compreensão das leis naturais. Mas nesta fase incipiente de nossas reformas é também á mestra indispensável a maior abnegação para que se torne superior a censuras e ainda mais a louvores descabidos a respeito do que os profanos em matéria de ensino chamam ‘adiantamento do aluno’; pois que quase ninguém se lembra de que as leis que regem o desenvolvimento do espírito são tão fatais como as que presidem ao desenvolvimento da matéria e que portanto não podem ser impunemente violadas. (Relatório da Diretora do Segundo Grupo Escolar enviado à Secretaria do Interior, em 1909)

O diretor do Grupo Escolar de Araguay, Mário da Silva Pereira, em seu discurso inaugural, *traduziu* para a comunidade escolar o que era o método intuitivo na reforma:

O método da reforma tende, o mais possível, a aproximar-se da natureza. É uma verdade incontestável a afirmação de A. Comte – de que a historia do desenvolvimento individual reproduz, sumariamente, e em uma sucessão mais rápida, a historia da evolução da espécie, afirmação que é a correspondência, no mundo social, da celebre lei de Haeckel no mundo biológico: – a ontogêneses é uma recapitulação abreviada da filogêneses. Nestas condições, o método natural conduz o professor a fazer com que o aluno se inicie na aprendizagem das ciências pela mesma maneira por que as encetou a espécie humana. E como as encetou a espécie humana? Foi, evidentemente, pelo processo intuitivo, da observação direta das cousas, cujos princípios já ficaram expostos. Entregue a si mesmo, no seio imenso da natureza, o homem só tinha como meio de

informação sobre os fenômenos o veículo dos sentidos. Foi, assim, a observação, acompanhada, logo depois da experimentação, o seu primeiro processo. Por este, portanto, deve começar a criança. (Relatório do diretor Mario da Silva Pereira à Secretaria do Interior, em 1909)

Se os grupos escolares da capital, que deveriam irradiar exemplo para os demais estabelecimentos de ensino do estado, sofriam pela reduzida presença de material didático, a situação das escolas isoladas era muito pior. No entanto, mesmo havendo aproximação entre os estabelecimentos quando o assunto era falta de material, percebia-se que as exigências e reclamações dirigidas ao poder público eram muitas vezes diferenciadas:

No seu conjunto, a difícil situação material vivenciada pelas professoras e pelos alunos no cotidiano das escolas da capital era unanimemente condenada, num movimento onde as representações da escola moderna produzidas no momento serviam, inclusive, como referência para as reivindicações dirigidas à Secretaria do Interior. Entretanto, mesmo na precariedade, é possível perceber lugares diferenciados a partir de onde partem as reivindicações, o que implica isso diferenças no teor das mesmas. (FARIA FILHO: 2000, 147)

Quando se avalia o conjunto dos relatórios de inspetores produzidos naquele momento, aliado às solicitações de materiais dirigidas ao Estado pelos diretores e professores, percebe-se que o livro e demais materiais didáticos passam a ter uma centralidade no processo de renovação pedagógica. A busca pelo provimento desse material para a realização dos novos preceitos educacionais demonstra *“a força simbólica e material que estavam adquirindo as representações e práticas de inovação pedagógica em Minas naquele momento”* (FARIA FILHO. 2000: 148).

No entanto, não há registros que afirmem um efetivo melhoramento nos resultados do desempenho dos alunos quando as condições materiais das escolas eram menos precárias. Até mesmo os relatórios de inspeção dos grupos escolares que se encontravam em condições mais vantajosas apresentavam sérias dificuldades na execução do programa proposto, bem como na aplicação do método intuitivo. Sobre esse assunto, André Chervel, ao discutir as relações entre prática de ensino, condições materiais da escola e disciplinas escolares, argumenta:

As condições materiais nas quais se dá o ensino estão estreitamente ligadas aos conteúdos disciplinares. A história tradicional do ensino constantemente destacou os limites impostos às práticas pedagógicas pela rusticidade dos locais escolares, pelo estado sumário do mobiliário, pela insuficiência do material pedagógico e pela característica irregular dos livros trazidos pelas crianças.

Assim ela se dedica a criar a impressão de que os mestres de antigamente teriam se saído melhor se tivessem melhores condições de trabalho e de que a antiga pedagogia era, em grande parte, determinada pelas considerações puramente materiais. (...) Nada permite afirmar que um súbito melhoramento dos locais, do mobiliário e do material teria modificado substancialmente e duravelmente as normas e práticas do ensino. (CHERVEL, 1990: 194 - 195)

Portanto, podemos afirmar que o sucesso esperado pelos agentes reformadores do ensino dependia da realização de uma série de condutas pelos sujeitos que vivenciavam o cotidiano escolar naquele momento. A presença do livro didático e seu uso eficaz são importantes componentes que precisavam ser acionados para, junto com demais prerrogativas, fazer funcionar toda a engrenagem da educação pública primária idealizada pelas autoridades republicanas mineiras.

Diante da alteração do público escolar, essas autoridades tiveram que enfrentar problemas para atender às novas demandas, promovendo mudanças que trouxessem benefícios para os alunos de condições econômicas precárias.

4 – O tempo escolar e suas implicações no cotidiano das crianças pobres

De acordo com JINZENJI (2000), o período compreendido entre o fim do século XIX e princípio do século XX foi marcado por uma intensa necessidade, por parte do governo, de instruir a população mineira. Esse desejo recaía, principalmente, sobre as camadas menos favorecidas da sociedade e especialmente sobre aqueles sujeitos que se encontravam em idade escolar⁶. As reformas do ensino realizadas nesse período tinham como objetivo, entre outros, difundir o saber escolarizado às camadas sociais tidas como inferiores e para tanto foram organizados sistemas públicos de ensino voltados para elas. Portanto, a idéia de criança aqui trabalhada se refere àquela produzida por uma elite intelectual que estava, no princípio da república, ainda sob influência do conceito de infância produzido pela elite imperial.

O grande número de indivíduos marcados pela pobreza representava a maioria da população do estado e era apontada como uma grande ameaça à estabilidade do novo regime republicano que despontava. Acreditava-se que a instrução poderia ser um instrumento civilizatório, que subjugaria essa camada social às novas leis, diretrizes e ordem do regime. Ao mesmo tempo que realizaria a desvalorização do regime monárquico. Dessa forma, a afirmação da escola como instituição privilegiada de orientação para as novas gerações se manteve forte, com base na idéia de que a infância é o momento da vida em que são formados e embutidos os bons hábitos e virtudes que guiarão os sujeitos ao longo da vida adulta. Considerava-se que os valores morais e os hábitos das pessoas nessa idade eram mais maleáveis que nos adultos. A criança também era considerada um ser frágil, indefeso, ingênuo e puro, incapaz de realizar julgamentos adequados e de se proteger das mazelas morais do mundo. Portanto, ela deveria ser conduzida e formada de acordo com a lógica dos adultos. Assim, diante dessas prerrogativas, as famílias pobres eram consideradas incapazes de proporcionar uma educação digna aos seus filhos de pouca idade, pois forneciam exemplos indesejáveis para o que se esperava de um adulto moralmente saudável. A diretora do Segundo Grupo Escolar da Capital, em nota publicada no seu relatório de 1911 encaminhado à Secretaria do Interior, manifesta-se contra a reclamação do pai de um aluno em relação à falta de aulas na instituição:

⁶ De acordo com artigo 78 do Regulamento da Instrução Pública em Minas Gerais, naquele período a *idade escolar* era assim compreendida: *a criança em idade escolar será de 7 anos para o sexo masculino e de 8 para o feminino; o máximo será de 14 anos para o sexo masculino e de 12 para o feminino.*

Seria melhor e mais patriótico ao ensino de seus filhos se esse “pai” lhes aconselhasse o respeito e a gratidão para com suas mestras, em vez de plantar-lhes nos ternos corações a insubordinação e o desprezo para com seus superiores, assim preparando os futuros anarquistas. A providência mais urgente a tomar não é a de meras substitutas momentâneas, mas a de convencer à família que ensine aos filhos a honrar a escola, onde aprendem. (Relatório enviado à Secretaria do Interior pela diretora do Segundo Grupo Escolar da Capital, em 1911. p 12)

Todas essas características que eram associadas à infância e às famílias pobres fizeram com que a escola assumisse não só o papel de instituição que instrui, mas também que realiza a função de civilizar e moralizar o conjunto da população. A educação era entendida como um importante recurso de combate à criminalidade e ao ócio das camadas pobres da população, garantindo o fortalecimento e a estabilidade do regime político.

No entanto, de acordo com FARIA FILHO (2000), o que podemos perceber nos primeiros anos do século XX em Minas Gerais foi a transformação da escola em instituição promotora da exclusão entre as crianças. Se o discurso do governo anunciava a escola como meio de eliminar as diferenças através de uma instrução homogeneizante, a investigação do cotidiano escolar revelou uma diversidade de práticas que contradizem essas expectativas. Ao contrário do que se esperava, a escola pública era freqüentada, majoritariamente, por crianças oriundas de famílias com condições privilegiadas. Mesmo que o acesso da criança pobre à escola tenha aumentado consideravelmente a partir das iniciativas dos governos republicanos, as dificuldades que impediam esse aluno de manter a freqüência eram numerosas e muitas vezes decidiam sobre sua permanência.

Entre as razões dos impedimentos estava, sobretudo, a impossibilidade de conciliar os horários da escola com os horários das demais atividades realizadas pelos alunos pobres fora do espaço escolar. Se a nova racionalidade proposta pela Reforma se baseou na criação dos grupos escolares como espaços legítimos de aprendizagem, foi preciso também que novas referências de tempos e novos ritmos de atividades fossem também legitimados. O tempo escolar, assim como os demais elementos que compunham a nova cultura escolar que estava sendo proposta, encontrou obstáculos provenientes de instâncias externas à escola. Diversos são os registros que atestam esse choque de interesses e, através deles, podemos fazer considerações a respeito das dificuldades de manutenção da freqüência do aluno pobre nas salas de aula:

Uns meninos alegam que vão primeiro ao açougue ou fazer outras compras, outros a distância e agora no inverno os alunos há que chegam até as 8 horas e meia. Quando comparecem mais cedo, pedem permissão para sair antes da hora regimental a fim de levarem almoço aos pais que trabalham. Se eu me opuser, teremos de perder muita gente. Em todo caso é o mesmo, porque a frequência de alguns não passa de fantasia. (Relatório enviado à Secretaria do Interior pela diretora do Terceiro Grupo da Capital no ano de 1910. p 05)

Como sabes, as aulas funcionam das seis às 9 horas da noite de modo que, pelo frio excessivo de algumas noites ou pela chuva abundante noutras, torna-se mais difícil do que às escolas diurnas manter-se a frequência animadora, acrescentando ainda que os meninos – pequenos operários em sua maioria – falham principalmente aos sábados para desempenharem a tarefa marcada pelos patrões, para fazer a limpeza das casas onde trabalham ou por terem de entregar a roupa lavada aos fregueses, aqueles cujas mães são lavadeiras. (Relatório enviado à Secretaria do Interior pela diretora do Grupo Escolar Noturno Assis das Chagas no ano de 1913)

Diante dos registros acima expostos, podemos perceber que a escola teve diferentes significados para os diferentes públicos e que as condições econômicas de cada uma delas pode ser mais um elemento explicativo para a relação que estabeleciam com a instituição de ensino. Podemos afirmar que o aluno que não apresentasse semelhantes dificuldades poderia permanecer por mais tempo na escola e seu desempenho poderia ser melhor, mesmo que essas evidências não sejam suficientes para explicarem, sozinhas, a permanência ou não da criança na escola.

Ao analisar as condições econômicas das famílias que matriculavam seus filhos nas escolas, Faria Filho realizou um interessante levantamento que associava as categorias profissionais e a porcentagem de matrículas. Tomando como referência o Grupo Escolar Afonso Pena da cidade Belo Horizonte, em 1909, o autor resumiu no seguinte quadro os resultados adquiridos:

Profissão	Filhos matriculados
Operário	81
Negociante	55
Pedreiro	44
Funcionário público	43
Militar	19
Lavadeira	14
Marceneiro	10
Carpinteiro	09
Alfaiate	08
Dentista	06
Lavrador	06
Sapateiro	05

(FARIA FILHO: 2000, 56)

Não vamos aqui entrar no mérito de discussões a respeito do prestígio social de cada uma dessas profissões naquele período da história. O importante a salientar é que o autor chegou à conclusão de que os grupos profissionais mais tradicionais (pedreiros, alfaiates, marceneiros, carpinteiros, principalmente) gradativamente perderam a vaga de seus filhos nas escolas públicas para grupos profissionais emergentes na cena da cidade, como médicos, negociantes e funcionários públicos.

Apesar das condições econômicas não explicarem sozinhas os fenômenos de permanência e de afastamento das crianças da escola, elas podem ser consideradas um elemento importante para se entender essas movimentações do público escolar. E, através desses dados, revelarmos um conjunto de medidas adotadas pela elite republicana, que foram tomadas no sentido de fornecer a esse público uma instrução que lhe fosse apropriada, com intenção de inseri-lo no ideal de criança pretendido para aquele momento.

CAPÍTULO II

CONHECIMENTO HISTÓRICO ESCOLAR EM MINAS GERAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XX: DA PRODUÇÃO INSTITUCIONAL À PRODUÇÃO DIDÁTICA

Este capítulo apresenta o processo de constituição do saber escolar histórico e suas estratégias de circulação. Aborda inicialmente a criação de instituições (Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais - IHGMG - e Arquivo Público Mineiro - APM) e suas relações com a produção e divulgação da história de Minas Gerais. Procuramos situar essa produção a partir das seguintes questões: de que maneira o conhecimento histórico produzido por esses institutos colaborou para a construção do saber escolar? Quem eram os sujeitos envolvidos nessa tarefa? Quais as estratégias utilizadas para fazer circular esse conhecimento? Que relações estabeleceram com a produção histórica que circulou nos manuais didáticos daquele período?

Em seguida, nesta parte relativa à produção do conhecimento histórico, apresentamos no primeiro momento as estratégias estabelecidas pelos diferentes sujeitos quanto à seleção e organização dos conteúdos históricos que deveriam ser transmitidos nas salas de aula. O estudo recai, assim, na constituição das disciplinas *História do Brasil* e *História de Minas Gerais*, respectivamente ministradas para o ensino primário e para o ensino normal, através dos novos programas curriculares propostos pela Reforma. O programa da disciplina *História do Brasil* da escola primária foi publicado pela primeira vez no ano de 1907, pela Imprensa Oficial de Minas Gerais e o programa da disciplina *História de Minas Gerais*, para as escolas normais, por sua vez, foi publicado em 28 de maio de 1906, como parte do decreto número 1.908⁷. A partir desses documentos são feitas considerações a respeito da constituição do currículo como parte de um projeto político mais amplo, que entendia a escola como veículo de transmissão de valores definidos pelo poder instituído, dentro da problemática de constituição identitária das noções de nação e civilização. As formas de avaliação e demais instrumentos de vigilância sobre a aplicação do programa de ensino são incluídos nessa análise como elementos constituintes de todo o projeto reformista da escola pública mineira.

⁷ Decreto que estabeleceu a distribuição das matérias do ensino normal pelos quatro anos do curso e uniformizou os programas do mesmo em todas as escolas normais.

A constituição das disciplinas históricas nos livros é, na dimensão do projeto da reforma educacional, investigada a seguir pelas autorias das obras didáticas: quem eram os autores dos livros de História naquele período em Minas Gerais? Quais suas trajetórias e as relações estabelecidas com a instrução pública? Qual a participação desses sujeitos nos projetos de construção de uma história específica que deveria estar expressa nos manuais?

1 – Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e Arquivo Público Mineiro: produção e estratégias de circulação do conhecimento histórico.

Realizar um trabalho que tem por objetivo investigar a constituição de uma disciplina escolar através do conhecimento histórico veiculado em manuais didáticos requer que se pense a respeito da origem de tal conhecimento, dos meios utilizados para sua transmissão e os sujeitos que se encontravam por trás dessas atividades. Circe Bittencourt, ao discutir a participação dos sujeitos na composição do IHGB e a produção do conhecimento realizada por eles, destaca a multiplicidade de funções assumidas, ao mesmo tempo atuando como funcionários burocráticos e intelectuais responsáveis pelo *fazer erudito* do século XIX:

No papel que desempenharam na entidade, como secretários, era visível uma atuação dinâmica, conciliando seu trabalho de “cientistas” com outros cargos, quer como professores, quer como profissionais liberais. Os secretários compuseram o segundo escalão, importante para a sobrevivência da instituição e deles dependiam a imagem e a produção científica do estabelecimento. (...). Tivemos, assim, na geração dos iniciadores da produção didática de História e de outras disciplinas, figuras próximas ao governo, escritores de obras literárias, mas, sobretudo, os encarregados principais do “fazer erudito” da época. (BITTENCOURT: 2008, 142)

No período da história de Minas Gerais destacado neste trabalho, podemos identificar uma situação similar a essa apresentada acima. Duas instituições concorriam nessa tarefa: o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) e o Arquivo Público Mineiro (APM), criados, respectivamente, em 1907 e 1895. Mobilizamos fontes oficiais dos dois institutos, sobretudo os discursos de inauguração e algumas edições de revistas produzidas por eles, para se ter uma idéia do tipo de conhecimento que ambos pretenderam criar e as formas utilizadas para fazê-lo circular no estado, bem como seu envolvimento com os processos educativos do governo e a relação que mantinham com a produção didática.

Apesar de manterem como referência o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), da intensa circulação de idéias com os membros da instituição carioca e das trocas realizadas, as duas instituições mineiras se distinguiam bastante daquela localizada na cidade do Rio de Janeiro. Principalmente por não se comprometerem com a defesa do regime monárquico, afinal haviam sido criadas no início do período republicano brasileiro. Essa característica foi fundamental para a

definição do tipo de conhecimento que elas produziram: uma história local evidenciando o predomínio econômico e político do estado de Minas Gerais sobre os demais estados do regime federalista. O evento da Inconfidência Mineira, seus personagens e heróis receberam especial tratamento e divulgação pelos membros do APM e IHGMG, sendo apresentado simultaneamente como um evento local e com pretensões de alcance para uma história em âmbito nacional.

Criado pela Lei número 126 de 11 de julho de 1895, e promulgado pelo Decreto número 860 pelo Governador do Estado Chrispim Jacques Bias Fortes, o Arquivo Público Mineiro, de acordo com o texto do fascículo I da primeira edição de sua Revista publicada em março de 1896, tinha como meta:

(...) receber e conservar debaixo de classificação sistemática todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia, às manifestações do conhecimento científico, literário e artístico do estado de Minas Gerais. (Revista do APM, ano I, fascículo I, jan./mar. 1896, p 175)

Instituto produzido pelo (e para) novo regime político, o Arquivo pretendia, a partir da coleta e conservação de documentos pertinentes, ser o divulgador e verdadeiro porta-voz das glórias do povo e do passado mineiros. A partir dele, seriam criadas estratégias de legitimação do papel desempenhado pelo Estado dentro da Federação, através da divulgação desses discursos sobre a identidade mineira.

Xavier da Veiga, sócio correspondente do IHGB, autor das *Efemérides Mineiras*, obra insistentemente recomendada pelo governo aos professores das escolas públicas primárias, grande referência para outros autores de livros didáticos sobre história de Minas, foi o primeiro diretor do Arquivo Público. Nas *Palavras Preliminares* da mesma edição da Revista acima citada, ele escreveu:

(...) enquanto vigorou a tirania metropolitana, a atitude do povo mineiro foi uma 'Inconfidência' permanente, protestante e conspiradora, que teve, no ano de 1789, o lampejo épico de sua mais alta indignação. (Revista do APM, ano I, fascículo I, jan./mar. 1896. p iii - iv)

Portanto, nada mais legítimo para o Arquivo que tentar recuperar a posição privilegiada que Minas Gerais ocupava no século XVIII. E, para tanto, a Inconfidência Mineira foi escolhida pela elite republicana a melhor forma de representar um passado glorioso que pretendia ser atualizado e projetar o estado em âmbito nacional. Dessa

forma, as edições da Revista do Arquivo se dedicaram bastante a esse episódio da história brasileira, publicando diversos documentos de época e também artigos contendo biografias de personagens envolvidos com o evento. Como foi o caso do poeta considerado inconfidente Cláudio Manoel da Costa, que foi alvo de diversas edições do periódico, onde o *mistério* de seu assassinato ou suicídio deveria ser constantemente discutido. A documentação apresentada junto aos textos era na maioria das vezes fruto da tradição oral dos antigos moradores das cidades do interior do estado. De posse desses relatos, os escritores que eram convidados a participar da revista produziram um material com forte tendência à romantização da vida, das lutas e da trágica morte do inconfidente.

Outro entusiasta da figura de Tiradentes foi o poeta, diretor do Arquivo, membro fundador do IHGMG e futuro Presidente de Estado, Augusto de Lima. Sócio do republicano *Clube Floriano Peixoto* de Belo Horizonte, promoveu, com outros entusiastas republicanos, a *Romaria Cívica*, passeata que partiu de Belo Horizonte no dia 21 de abril de 1902 em direção a Ouro Preto. O evento havia sido realizado com intenção de afirmar a consagração do mito de Tiradentes e reforçar a idéia de que a antiga capital de Minas Gerais havia se tornado uma espécie de terra sagrada por onde passaram e viveram os primeiros republicanos. Curioso observar o caráter pedagógico do evento cívico, constatado pela presença de alunos do Ginásio Mineiro, a quem o discurso de Augusto de Lima foi direcionado, após o desfile cívico em Ouro Preto. De acordo com suas palavras:

A geração atual compreende, finalmente, que a canonização cívica de Tiradentes está terminada e que agora começa seu Culto. (...) O 15 de novembro traduz uma aspiração nacional, como ela de uma cadeia de datas anteriores, exprimindo a ascensão do espírito popular para a realização dos espíritos superiores. Deodoro, herói deste dia, representa Tiradentes promovido a marechal por antigüidade de um século e merecimento de martírio. Estava preparado o cenário para a grandiosa epopéia da liberdade nacional; o sangue do precursor Felipe dos Santos bradava por um Messias que do planalto mineiro, como Cristo no sermão da Montanha, pregasse a todo povo brasileiro o novo testamento da República. (Revista do APM, ano VII, fascículos III e IV, jul./dez. 1901, p 868)

Ficou evidente a idéia de que a história do Brasil vista do presente é constituída por uma sessão de acontecimentos lógicos, encadeados por seqüências de datas demarcadas por grandes feitos de heróis, como se todo o passado estivesse articulado na intenção de se alcançar sua finalidade última, representada por um projeto que só pôde

ser realizado em 1889 com a Proclamação da República. Também merece destaque o caráter eminentemente religioso das representações do mito. As expressões cunhadas para os eventos, como *Romaria Cívica* e a presença de termos como *Messias* e *Cristo* para se referir a Tiradentes não deixam dúvidas de que a recém-inaugurada República ainda não estava preparada para realizar a distinção entre o poder da religião e o estado republicano que se pretendia laico. Esta dificuldade de distinção refletiu-se na produção do conhecimento histórico e repercutiu nas salas de aula, conforme será demonstrado neste trabalho.

Antônio Olyntho dos Santos Pires, membro do APM nos primeiros anos do século XX, foi convidado a publicar um texto na Revista do Arquivo a respeito da constituição e fundação do Partido Republicano Mineiro⁸. Sua versão dos acontecimentos deixa evidente uma idéia determinista da história do Brasil, onde as dificuldades de comunicação e suposta morosidade do governo central da colônia e do império portugueses, com sede no Rio de Janeiro, pudessem explicar as iniciativas dos revolucionários em Minas:

Montanheses habituados a resolver por si as dificuldades que, a cada passo, encontravam na sua árdua faina, era natural que nada esperassem da ação do centro administrativo que agia muito de longe, para lhes fazer sentir o seu benéfico influxo. Assim sendo, foi dali que partiram as primeiras vozes reclamando a emancipação da colônia e, antes do primeiro decênio da edificação dos primeiros povoados, começaram a relampejar neles idéias de liberdade e de autonomia; e, menos de um século depois da descoberta de Minas Gerais, já lá se agrupavam os homens mais adiantados e ilustres da época e planejavam a organização de uma República independente, desligada da metrópole portuguesa, regendo-se e governando-se pelos princípios da democracia. (Revista do APM, ano VIII, 1904, página 17)

Podemos encontrar em algumas edições da Revista discussões acerca do estatuto científico da história. Como no caso do artigo do professor Aurélio Pires, professor da cadeira de *Geografia, História e Educação Moral e Cívica* da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte. Resultado de discurso inaugural do ano letivo de 1907, seu texto colocava em questão se a história podia ou não ser considerada ciência, e para tanto baseou-se no ensaio escrito pelo jurista mineiro Pedro Lessa, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, membro do Supremo Tribunal Federal em 1907 durante o governo de Afonso Penna e membro do IHGB. Intitulado *É a história uma ciência?*, esse ensaio foi publicado em 1900 pela Casa Eclética de São Paulo. No ensaio, assim

⁸ Sobre a constituição do Partido Republicano Mineiro, ver RESENDE (1982).

como no artigo do professor Aurélio Pires, percebe-se, mais uma vez, o uso pedagógico dos exemplos dos fatos e personagens históricos, desta vez aliado às novas discussões metodológicas e teóricas anunciadas em fins do século XIX para as ciências humanas. Como professor atuante na formação de outros profissionais da educação, essa preocupação com o estatuto da história, que foge à simples tarefa de narrar fatos e evidenciar heróis, é bastante instigante para se pensar o tipo de conteúdo que poderia ser ministrado para os candidatos ao cargo de professor público e conseqüentemente aos seus futuros alunos. Como poderá ser observado em momento posterior deste trabalho, as declarações dos inspetores de ensino sobre as aulas de História observadas em algumas escolas não foram positivas. Os motivos alegados eram sobretudo relacionados à precariedade material das instituições, não deixando em evidência a má formação do professor. Considerando que esses sujeitos responsáveis pela avaliação do ensino tinham acesso a uma pequena parcela das atividades realizadas nas instituições, talvez seja pertinente perguntar até que ponto o ensino de História ia além do que estava proposto nos programas oficiais. Se um professor colocava em questão discussões como essa, talvez houvesse alguma repercussão na prática docente de seus alunos enquanto profissionais.

No compêndio de Estevam de Oliveira, intitulado *Rudimentos de História Pátria*, que será analisado em momento posterior deste trabalho, encontramos vestígios desse tipo de discussão, que talvez possa ter provocado alguma repercussão para a prática docente nas salas de aula. Na *Primeira Lição*, em trecho referente à chegada dos primeiros navegadores portugueses à América, o autor incita uma discussão acerca da legitimidade do fato de ter sido Pedro Álvares Cabral o verdadeiro pioneiro das descobertas. Em seguida, em nota ao final da página, adverte ao professor leitor:

Os senhores professores, porém, evitarão entrar nestas investigações e minuciosidades eruditas com os seus alunos, limitando-se à exposição do fato histórico. Em livro didático primário não há lugar para investigações de semelhante natureza. (OLIVEIRA: 1909, 05)

Esse tipo de registro reforça a idéia de que a circulação do conhecimento produzido pelos membros dos institutos históricos alcançou a sala de aula por intermédio das publicações didáticas. Mesmo que o autor chame atenção dos professores para evitar semelhantes discussões junto aos alunos, em algum momento, de alguma maneira, pode ter influenciado a prática desses professores. Sendo Aurélio Pires

lente da cadeira de História da Escola Normal, essa hipótese torna-se ainda mais pertinente.

Semelhante discussão pode ser observada com mais frequência em documentos produzidos por outro instituto, fundado doze anos após o Arquivo Público: o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Entre seus fundadores encontravam-se personalidades profundamente relacionadas aos movimentos educacionais do período. Como o Presidente de Estado João Pinheiro, responsável pela implementação da reforma do ensino que levou seu nome, o professor da Escola Normal Aurélio Pires e o escritor Diogo de Vasconcelos, autor da obra *História antiga de Minas Gerais*, recomendada para uso nas escolas primárias do estado. Este último também exerceu carreiras políticas no Império, como deputado geral e na república como presidente da câmara de vereadores de Ouro Preto, senador, além de membro do IHGB e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

O IHGMG não teve tanta visibilidade, e viveu à sombra do Arquivo Público durante décadas. Os membros de ambas instituições realizavam muitas trocas materiais e intelectuais. No entanto, os recursos e a atenção direcionados ao Arquivo foram mais volumosos e significativos até meados da década de 1940. Uma prova disso é a publicação da primeira revista do IHGMG, órgão fundamental de divulgação do instituto, realizada quase 40 anos após sua fundação, em 1945, relatando as atividades realizadas nos dois anos anteriores. Até então, suas atividades eram publicadas no periódico oficial do governo, o *Minas Gerais*, e mesmo assim por influência política dos seus membros. De acordo com CALLARI (2001), houve, em 1927, por iniciativa do governador Antônio Carlos, uma tentativa fracassada de reerguer a instituição, através da realização de eventos tais quais conferências mensais com a participação de personalidades de projeção nacional, como o escritor Olavo Bilac. Mesmo assim, a falta de recursos materiais prevaleceu e se manteve como o grande inimigo da instituição.

Assim como os demais institutos históricos locais e como o Arquivo Público Mineiro, o IHGMG esteve empenhado em valorizar o regime republicano e explicar as suas origens a partir da história local, projetada em âmbito nacional. Mais uma vez, a Inconfidência Mineira e a figura de Tiradentes foram utilizadas como referências principais e para tanto receberam especial atenção e divulgação pelos membros do instituto. Tais objetivos podem ser evidenciados a seguir, no trecho inicial do discurso de reinauguração proferido pelo professor Aurélio Pires, publicado na revista do Arquivo Público em 1927, com apoio do Presidente de Estado Antônio Carlos:

É por isto, meus senhores, que o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, um de cujos fins precípuos é investigar e coligir documentos concernentes à história de nosso Estado; é por isto que esta associação, cônica de que a comemoração do nosso passado é a melhor preparação do futuro, vos convocou hoje, aqui, para comemorarmos uma de nossas datas máximas, para lembrarmos um acontecimento que derrama luz intensa nas páginas dos nossos fastos, para evocarmos a figura escultural, épica, apostolar, do imortal montanhês, do excelso mártir, de Tiradentes, enfim, cujo nome, tendo já transposto as galerias da história, se incorporou ao nosso patrimônio moral, ingressou no escínio opulento das caras tradições do livre povo mineiro. (...) Quando os revolucionários triunfam, as lições contra o despotismo são imediatas e positivas, todos as compreendem; porém quando os planos e os sonhos de liberdade fracassam, só muito tempo passado é que vamos aprender nos feitos e na abnegação dos seus corifeus. São os dois casos típicos de Tiradentes e Felipe dos Santos. Foram vencidos em seus ideais de liberdade, e por eles morreram; porém hoje, quase dois séculos decorridos, servimo-nos desses mártires para, mostrando aos novos a inteireza de seus caracteres, a firmeza de suas convicções, colhermos com isso uma regeneradora lição de civismo. (Revista do APM, ano XXI, 1927, p 17-40)

Podemos observar a intenção cívica desse trecho do discurso, e as evidências de apresentar uma proposta pedagógica do instituto, ao dar voz a um professor para que, através da celebração do personagem principal da Inconfidência, apresente propostas de recuperação de um passado glorioso como exemplo a ser seguido pela geração contemporânea. Além disso, podemos também perceber o uso de palavras de cunho religioso, tais como *luz* e *apostolar*, o que imprime no discurso certo teor de culto.

A reunião de todas essas diferentes características em um mesmo texto produz um estilo de escrita que é bastante peculiar para aquela época, considerando-se as propostas às quais os mesmos estavam vinculados. Semelhante estilo pode ser encontrado em alguns manuais didáticos, especialmente de autores mineiros que se debruçaram sobre a história local e aqueles que se preocupam com o evento da Inconfidência.

Essa afirmação será melhor averiguada em momento posterior deste trabalho, quando nos dedicaremos à investigação dos conteúdos dos livros didáticos selecionados. No entanto, vale destacar que as evidências aqui levantadas sugerem, mais uma vez, que houve intensa troca de conhecimentos entre os membros responsáveis pela produção da história oficial naquele período e os autores dos livros didáticos. Além dos autores que exerceram cargos no Arquivo Público ou no IHGMG, como é o caso de Diogo de Vasconcelos e Xavier da Veiga, os demais que não possuíam vínculos tão estreitos, em

algum momento, exerceram influência e/ou foram influenciados pelo processo de construção da história que era conveniente para o poder instituído.

2 - O currículo e o programa das disciplinas “História do Brasil” e “História de Minas Gerais”

Considerando a complexidade do conceito de disciplina escolar e os vários elementos que a constituem, diversos estudiosos do tema insistem sobre a necessidade da investigação sobre todos os seus componentes. Circe Bittencourt, ao discutir esse conceito, baseado nos estudos feitos por CHERVEL (1990) e GOODSON (1995), afirma que, ao realizar semelhante estudo é preciso estar atento para:

se estabelecer as *finalidades* de cada uma das disciplinas, explicitar os *conteúdos* selecionados para serem “ensináveis” e definir os *métodos* que garantissem tanto a apreensão de tais conteúdos como a *avaliação* da aprendizagem. (BITTENCOURT: 2004, 41)

Esta parte do trabalho partiu dessas orientações, na intenção de se compreender a constituição do programa das disciplinas intituladas *História do Brasil* e *História de Minas Gerais*, respectivamente prescritas para o ensino primário e para o ensino normal no estado de Minas Gerais na primeira década do século XX. Para a análise do currículo prescrito, utilizamos as diversas interlocuções que esse texto de caráter oficial estabeleceu em seu processo de elaboração. Assim, recorreremos a fontes de diferentes naturezas, tanto as de caráter oficial quanto aquelas produzidas por sujeitos que não estavam interessados em representar o Estado. O cruzamento dessas diferentes informações permitiu pensar a disciplina escolar enquanto elemento que compõe a cultura escolar do período e, como tal, concentra em si informações que não nos remetem somente às questões pertinentes à realidade da escola no qual ela é executada, mas também aos condicionamentos culturais que lhes são externos, que a constitui e é por ela constituído:

As finalidades das disciplinas escolares fazem parte de uma teia complexa na qual a escola desempenha o papel de fornecedora de *conteúdos de instrução*, que obedecem a objetivos educacionais definidos mais amplos. Dessa forma, as finalidades de uma disciplina tendem sempre a mudanças, de modo que atendam diferentes públicos escolares e respondam às suas necessidades sociais e culturais inseridas no conjunto da sociedade. (BITTENCOURT: 2004, 42)

Diversas pesquisas têm mostrado que a constituição da História como disciplina escolar no Brasil, durante o século XIX, esteve atrelada aos movimentos ocorridos em países da Europa no mesmo período. Em especial a França, principal promotora dos

debates acerca da criação dos Sistemas Nacionais de Ensino, onde as discussões acerca da escola pública tomaram proporções significativas em fins do século XIX e no princípio do século XX.

Até então considerada ensino de *Humanidades* e não existindo como matéria específica, com programas e horários próprios, a História figurou entre as letras antigas através do estudo de erudição e obras de autores latinos e gregos. Associada à Geografia, era considerada um exemplo especial de conhecimento necessário ao homem virtuoso, possuindo a tarefa de auxiliar na educação clássica e religiosa. A laicização do ensino e a separação da Igreja do Estado foram importantes movimentos que impulsionaram o processo de emancipação da disciplina.

Associando essas tendências aos efeitos causados pela organização de vários estados nacionais europeus, estava preparado o terreno para a configuração de um campo de conhecimento voltado para a promoção da ordem, dos valores, da cultura, dos símbolos, dos personagens e da trajetória da nação. A escola, enquanto veículo privilegiado de divulgação e preparação dos indivíduos para compartilhar esses valores, se tornou alvo central pelas autoridades políticas. É nesse momento que a História aparece como campo privilegiado entre as demais áreas do conhecimento escolarizado.

No Brasil, o mesmo entusiasmo pela criação e divulgação dos valores da nação surge em meados do século XIX e toma proporções significativas no período republicano. A partir desse momento a História também se constitui enquanto disciplina no currículo das escolas primárias, secundárias e normais.

Conforme já foi discutido neste trabalho, no período da história de Minas Gerais que nos debruçamos, é inegável que as autoridades envolvidas com o ensino público entendiam a instituição escolar como um veículo privilegiado e bastante estratégico de difusão de valores relevantes para o novo poder instituído. E a História enquanto disciplina foi um instrumento privilegiado para a difusão desses valores, tais como patriotismo e civismo. No discurso inaugural do Grupo Escolar da cidade de Lavras, falou o diretor Firmino da Costa Pereira:

O Grupo Escolar fará conhecida de seus alunos a nossa pátria. Aqui serão transmitidas as noções essenciais de geografia e de história do Brasil. O menino ficará conhecendo a sua cidade e seu município, o Estado de Minas com sua encantadora capital e com suas principais cidades e, por fim, a nossa grande República com seus Estados e com a Capital Federal, agora certamente digna, não só de sua importância política e comercial, como também de tantas belezas naturais, entre as quais sobreleva a sua baía, a mais vasta e formosa do mundo.

Abrir-se-ão aqui para os alunos as páginas da história pátria, a começar pela história de Lavras, cujo nome, por si só, evoca uma origem e um passado cheio de lutas e trabalhos e sacrifícios em busca do metal precioso... (...) Nesta casa de educação os pequenos lavrenses virão aprender a geografia e a história do Brasil para melhor poderem amar e servir a nossa pátria. (Vida Escolar, boletim quinzenal do Grupo Escolar de Lavras. 15/05/1907. p 04)

Podemos perceber, através da leitura desse documento, que o ensino de História esteve comprometido com outras atividades que extrapolavam os limites da escola e se associavam à intenção de difusão de valores caros para o discurso da elite republicana mineira.

SACRISTÁN (2000), ao realizar estudo sobre a escola espanhola na segunda metade do século XX, apresenta diferentes formas de constituição dos currículos e suas respectivas instâncias influenciadoras. São elas: o currículo *prescrito*; o currículo *apresentado aos professores*; o currículo *moldado pelos professores*; o currículo *em ação*; o currículo *realizado*; e o currículo *avaliado*.

Neste trabalho, a ênfase maior foi dada para a discussão acerca da constituição do currículo que o autor denomina como *prescrito*, para as disciplinas *História do Brasil e História de Minas Gerais*. Programas, esses, que foram totalmente reformulados por ocasião de implantação da Reforma João Pinheiro. Portanto, são entendidos como componentes que ajudaram a constituir e pôr em prática a nova cultura escolar pretendida para a escola mineira naquele período.

Assim o autor define o *nível prescrito* do currículo:

Em todo sistema educativo, como conseqüência das regulações inexoráveis às quais está submetido, levando em conta sua significação social, existe algum tipo de prescrição ou orientação do que deve ser seu conteúdo, principalmente em relação à escolaridade obrigatória. São aspectos que atuam como referência na ordenação do sistema curricular, servem de ponto de partida para elaboração de materiais, controle do sistema, etc. A história de cada sistema e a política em cada momento dão lugar a esquemas variáveis de intervenção, que mudam de um país para outro. (SACRISTÁN: 2000, 104)

Portanto, o currículo não pode ser investigado como elemento indiferente ao contexto no qual ele é criado e no qual ele se desenvolve, pois é um objeto dotado de valores inerentes ao seu condicionamento cultural, social, político e histórico. A política que incide sobre o currículo é um dado importante de composição desses condicionamentos culturais. Portanto, o cruzamento das informações contidas nele com os textos normativos da reforma e também com os valores que os reformistas

republicanos pretendiam fazer circular através da escola se torna imprescindível para a compreensão do currículo como importante peça do complexo sistema educacional.

A opção pela investigação mais incisiva sobre currículo na sua qualidade de texto prescrito se explica pelo fato deste trabalho se preocupar, sobretudo, com o projeto reformista do governo mineiro enquanto estratégia difusora dos valores da nova política republicana no Estado. Suas diferentes aplicações no cotidiano escolar, seus desdobramentos e conseqüente constituição dos demais tipos de currículo citados pelo autor, são considerados na medida em que o estudo das prescrições se direciona para eles e que são revelados por intermédio das fontes.

2.1 - O programa de *História do Brasil*

O programa de *História do Brasil*, publicado pela Imprensa Oficial do Estado em 1907, trazia nas primeiras páginas do volume algumas breves sugestões de uso do conteúdo nas salas direcionadas aos professores, conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho.

Essas sugestões iniciais, assim como o restante do texto, não apresentam vestígios de sua autoria. Há apenas informações sobre a autorização de sua publicação pelo Presidente de Estado João Pinheiro e pelo secretário do interior Carvalho Britto. Não foi possível, portanto, fazer indagações a respeito da trajetória pessoal do(s) sujeito(s) que os elaboraram. Diante disso, podemos concluir que toda a responsabilidade da autoria do currículo recai na figura do Presidente de Estado João Pinheiro e do Secretário do Interior Carvalho Britto, os principais responsáveis pela elaboração e execução da Reforma.

O professor deveria ser, até o terceiro ano do ensino primário, o principal responsável pela difusão do ensino de História nas escolas. O uso de livros didáticos pelos alunos só era permitido a partir do terceiro ano. Essa realidade talvez explique o grande número de aprovações de manuais direcionados ao uso exclusivo dos professores. Mesmo que na documentação produzida pelo Conselho Superior houvesse poucas informações especificando o público ao qual estavam direcionadas as obras, o contato com elas permitiu perceber que sua linguagem não era apropriada para crianças. Principalmente se considerarmos que a grande maioria dos alunos matriculados não sabia ler e/ou escrever e assim permanecia por longo período dentro da escola. Na lista de compêndios encontrada na documentação investigada, apenas um deles, *História do*

Brasil de João Ribeiro, possuía uma escrita que se aproximava das capacidades cognitivas dos alunos.

A discussão realizada por Circe Bittencourt sobre o papel do autor enquanto intelectual que produz para um público cada vez mais específico chama atenção para a crescente necessidade de redirecionamento dessa escrita para o público infantil, em meados do século XIX:

O livro didático traz, desde sua origem, uma ambigüidade no que se refere ao seu público, O professor é figura central, mas existe o aluno. O livro didático não pode separá-los. A partir da segunda metade do século XIX passou a se tornar mais claro que o livro didático não era um material de uso exclusivo do professor (...), mas que ele precisava ir diretamente para as mãos dos alunos. (BITTENCOURT: 2004, 483)

Se considerarmos a produção didática voltada para o ensino de História em Minas Gerais no período aqui estudado, esta realidade não pode, no entanto, ser confirmada: a grande maioria das obras indicadas não possuía linguagem acessível aos alunos. O mesmo não ocorreu com o ensino da *Língua Pátria*, pois para esta disciplina era fundamental que o aluno manuseasse as obras. Diante dessas constatações, podemos afirmar que as relações estabelecidas entre os autores, os professores e os alunos foi bastante inusitada e diversificada, pois a escrita produzida pelos primeiros teve destino diferenciado de acordo com a natureza da disciplina ministrada. No caso de *História do Brasil* podemos constatar ambos os casos, o que nos instiga a colocação de algumas questões. Em qualquer uma das situações, no entanto, é indiscutível que as capacidades/experiências pedagógicas do autor foram valorizadas, considerando a necessidade de alcance das obras dentro das salas de aula.

No capítulo anterior, ao discutirmos o circuito do livro no estado, ficou evidente que o livro didático se tornou importante objeto no processo de transformação à qual a escola pública se submeteu no início da república. A principal evidência que nos levou a essa constatação foi a insistente reclamação por livros direcionada à Secretaria do Interior para que diversas escolas pudessem iniciar o período letivo. Se a maioria dos livros indicados foi destinada ao manuseio dos professores, cabe aqui fazer indagações a respeito da formação desses profissionais, aparentemente incapazes de realizar seu trabalho sem antes acessar os livros.

Ao mesmo tempo podemos questionar o real alcance do que estava sugerido no texto normativo dos currículos: sendo os livros didáticos os principais suportes de

conhecimento dos professores, é pouco provável que os programas tenham sido executados, pois poucos manuais seguiam as recomendações curriculares em seus textos. A maioria das obras selecionadas neste trabalho, inclusive, teve sua primeira publicação datada antes da elaboração dos programas das disciplinas, sendo apenas três delas posteriores ao ano de 1907: *Geografia do Estado de Minas e noções de história do mesmo Estado*, de Francisco Lentz Araújo (1907); *Fastos da história de Minas*, de Pedro Bernardo Guimarães (1911); e *Rudimentos de História Pátria*, do inspetor escolar Estevam de Oliveira (1909).

Diante dessas constatações, mais uma vez fica evidente que o livro didático assumiu um papel relevante na constituição da nova cultura escolar pretendida pelos agentes reformistas do ensino. Se os livros foram publicados em momento anterior à elaboração do currículo da escola primária, é possível pensar que esses objetos, em algum momento, em maior ou menor escala, influenciaram a produção das diretrizes curriculares para o ensino de História e também para o ensino das diversas disciplinas da escola pública. Principalmente se considerarmos que as autoridades estavam conscientes da pouca disponibilidade de obras didáticas que atendiam às prescrições do programa que pretendiam instituir, tendo que fazer uso do material que havia ao alcance.

Outro dado relevante quanto à caracterização do programa da disciplina *História do Brasil* do ensino primário refere-se às recomendações mais precisas sobre o conteúdo, especificando cada tema que deveria ser abordado pelo professor. Minuciosamente classificado em semestres e entre os quatro anos, assim se encontra o documento em sua íntegra:

PRIMEIRO ANO

Primeiro semestre

Conversa sobre o povoado da sede escolar; a origem do seu nome. Primeiras famílias que aí se estabeleceram. Lendas ou anedotas que correm sobre coisas e velhos habitantes da localidade. Festas nacionais, que se comemoram no povoado. Descrição da bandeira nacional e das armas da República. Nome da sede do município; origem do mesmo.

Segundo semestre.

Narração anedótica sobre o descobrimento do Brasil e sobre Pedro Álvares Cabral. A primeira missa. Habitantes que os descobridores encontraram. Lendas e anedotas sobre Caramuru e outros povoadores. Recitar estrofes do hino da Independência.

SEGUNDO ANO

Primeiro semestre

Notícia e descrição simples dos lugares históricos ou dignos de nota que houver no Estado. Narrar fatos e lendas históricas de coisas e homens do Estado. Conversa sobre Colombo, Pero Vaz Caminha, Tomé de Souza, Anchieta e Nóbrega.

Segundo semestre

Conversa sobre os Bandeirantes, Villegaignon, Mem de Sá. Luta dos índios com os descobridores. Conversa sobre Henrique Dias e Camarão.

TERCEIRO ANO

Primeiro semestre

Tribos que povoaram o Brasil. Fundação da Bahia e da cidade do Rio de Janeiro. Primeiros terrenos povoados em Minas. Descobertas do ouro e pedras preciosas em Minas. Os Emboabas. Conversa sobre Ouro Preto, Diamantina, São José d'El Rei e Sabará, nos tempos coloniais. Conversa sobre o Tijuco, Caeté e outras localidades célebres dessa época. Conversa sobre Paes Leme e Borba Gato, Antônio de Albuquerque, Felipe dos Santos e Nunes Viana.

Segundo semestre

Conjuração Mineira. Tiradentes, sua execução. Conversa sobre os conjurados. Cônego Abreu Vieira. Dedicção feminina de Bárbara Eleodora. A dedicação africana representada pelo escravo de Domingos de Abreu Vieira. D. João VI, benefícios de seu governo para o Brasil. Revolução de Pernambuco. Pedro I e a Independência. Tráfico africano. A minoridade. José Bonifácio.

QUARTO ANO

Primeiro semestre

O Império; Pedro II. A Guerra do Paraguai. A Escravidão. Eusébio de Queiroz. Evarista da Veiga. Revolução de 42. A Abolição. Rio Branco. Propaganda Republicana. 15 de Novembro. Deodoro da Fonseca. Governo Provisório. Floriano Peixoto. Presidentes da República. Governo Civil. Revoluções.

Segundo semestre

Propaganda Republicana em Minas. Governo Provisório de Minas. Constituinte Mineira. Presidentes de Minas. Mudança da Capital. (MINAS GERAIS. *Programa do Ensino Público Primário no Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1907. p 113-142)

A opção por uma história nacional linear pode ser constatada a partir da leitura do documento acima. Os temas se sucedem obedecendo a uma relativa ordem cronológica de acontecimentos, com alguns recortes. Inicia-se com assuntos relativos à chegada dos primeiros portugueses na América, seguido da colonização do território americano, insurreições contra o poder instituído, movimentos de independência, império e por fim a instalação da república. Os nomes de grandes personalidades da história aparecem de acordo com o período estudado, como é o caso de Pedro Álvares Cabral, Tomé de Sousa, Mem de Sá, Tiradentes, Borba Gato, Dom Pedro II, Rio Branco, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

A história de Minas Gerais aparece em diversos momentos do texto e recebe um tratamento especial. É o único estado representado de forma significativa no currículo. Especialmente no quarto ano, quando o período republicano mineiro recebe bastante

atenção. Além dele, somente a Bahia e a cidade do Rio de Janeiro são mencionados e, mesmo assim, é sugerido que se abordem somente os momentos de sua fundação. Pernambuco também é mencionado, por ocasião da Guerra dos Mascates e da Revolução Praieira.

Antes do século XVII, período que antecedeu o povoamento de Minas Gerais, ou seja, antes da descoberta de pedras preciosas na região que posteriormente receberia esse nome, o currículo não deixa de abordar questões relativas à história local. Ela é proposta para o primeiro e segundo anos, sugerindo a narração de *anedotas* locais, envolvendo personalidades do período, curiosidades a respeito das primeiras famílias estabelecidas no povoado da sede escolar, descrição de lugares históricos ou *dignos de nota no Estado*, fatos e lendas históricas *de coisas e homens do Estado*.

E, evidentemente, a figura de Tiradentes e a Inconfidência Mineira recebem destaque especial. Aparecem nas recomendações sugeridas para o segundo ano e ocupam parte significativa do programa, se comparados aos demais eventos isolados da história. Além dele, também deveriam ser enfatizados seu herói principal, sua forma de execução e os demais colaboradores: *Conjuração Mineira. Tiradentes, sua execução. Conversa sobre os conjurados*.

Essas características do programa acompanham as tendências verificadas anteriormente na produção do conhecimento histórico veiculado pelo IHGMG e pelo Arquivo Público Mineiro. A história de Minas Gerais apresenta-se como elemento constituinte da história do Brasil, de maneira que extrapola os limites locais e evidencia suas pretensões nacionalistas.

Tais semelhanças também nos fazem pensar a respeito da circulação de idéias realizadas entre os membros dos dois institutos e os responsáveis pela redação do programa das disciplinas históricas do currículo. Ou indagar sobre a possibilidade dos próprios membros dos institutos serem os responsáveis pela criação desses mesmos programas. Afinal, como já foi dito anteriormente, alguns deles figuram na lista de autorias dos manuais didáticos recomendados para uso nas escolas, portanto é bastante provável que tenham redigido o programa de História de maneira que pudessem ser contemplados em seus ideários e fossem beneficiados na circulação de sua produção didática. Essa afirmação se torna mais evidente quando o chefe da V Seção se manifesta a respeito da compra de material didático para as escolas públicas e faz menção às supostas intenções dos autores:

O fornecimento de livros, aparelhos e material didático se faz atualmente sem método algum e a sua aquisição pela Secretaria está ainda em piores condições. Não se busca conhecer o mercado, nem a perfeição ou superioridade do produto, nem tampouco se provoca a concorrência como ocasião de melhoria. Parece-me que de melhor critério seria a aquisição em hasta pública de objetos como: tinta, canetas (...), de que o depósito deve estar sempre provido, firmando-se contrato anual com quem melhores vantagens oferecer. A aquisição de livros não poderia obedecer ao mesmo critério, mas o governo não deveria absolutamente adquiri-los em mão dos autores, que só se servem disso para se locupletar à custa da munificência do Tesouro. (Relatório enviado à Secretaria do Interior pelo chefe da V Seção, Durval Epaminondas, em 12/03/1911)

A intensa preocupação com a correta execução do currículo nas salas de aula é uma realidade que se confirma nos documentos encontrados. Diversas foram as estratégias de controle do governo sobre os professores, principais responsáveis por sua aplicação. O decreto 2.836, de 31 de maio de 1910, que estabelece o regulamento das escolas normais no estado, possui um trecho bastante incisivo a respeito do papel dos inspetores escolares como agentes responsáveis pela vigilância sobre a devida aplicação das prescrições curriculares:

Deverão assistir freqüentemente às aulas e aos exames; rubricar com as comissões o papel para as provas escritas dos alunos; velar pela estrita observância de cada programa do ensino, abrir, rubricar e encerrar todos os livros da escola; assinar com as comissões as atas dos exames; rubricar as cadernetas dos professores, à medida que estes forem escriturando as lições referentes aos diversos assuntos dos respectivos programas do ensino e exercer outras atribuições já estabelecidas em atos anteriormente expedidos pelo Governo. (MINAS GERAIS. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais, 1906*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906. p 58)

A leitura desse documento nos permite pensar a respeito da importância adquirida pelo currículo como peça fundamental para a realização do projeto reformista. A preocupação com a correta execução de tais regras, materializadas nos textos normativos oficiais, sugere que esse dispositivo teve importância vital para o processo de renovação do ensino. E o livro didático, seu principal veículo difusor, deve ser considerado como objeto central no interior desse processo. No entanto, muitas foram as dificuldades encontradas pelos professores e diretores para que fossem executadas tais prescrições:

Pela segunda vez escrevo à V. Ex. pedindo-lhe remover-me daqui para outro lugar. Não me é possível continuar aqui por mais tempo, não só por motivo de saúde, como porque não posso mais aturar as exigências de certos pais de família, contra o programa de ensino. É a razão justa que apelo para V. Ex., porque é quem poderá mudar a minha situação. (Ofício enviado à Secretaria do

Interior pela professora Josephina Rodrigues dos Santos, da cidade de Faria Lemos, em março de 1910)

Semelhante registro permite pensar a respeito da importância da aplicação do currículo conforme as prescrições e a consciência que os sujeitos tinham a respeito disso. Também nos remete novamente à idéia já discutida sobre a dimensão do currículo enquanto produto indissociável do contexto social, político e cultural dentro do qual ele foi produzido: a resistência dos pais dos alunos ao novo programa confirma o alcance da escola para além dos seus limites e evidencia as trocas realizadas entre a instituição e o meio em que se encontra instalada:

A cultura escolar que se produziu com essas várias participações foi se sedimentando ao longo da constituição da escola, no conjunto das idéias, dos princípios, das normas e das práticas. De fato, o grupo escolar mineiro somente se tornou possível porque muitos atores contribuíram para que essa cultura, esse modo de fazer e de pensar, se tornasse realidade. (GONÇALVES: 2004, 258)

Semelhante desconforto por parte da população local pode ser explicado pelas iniciativas voltadas para a laicização do ensino público. A erradicação do ensino religioso do currículo provocou diversas reações nas famílias dos alunos, mesmo que no cotidiano das salas de aula o que se pôde observar foi a permanência dessas práticas. No mesmo discurso de inauguração do Grupo Escolar de Lavras, já citado anteriormente, o diretor Firmino da Costa Pereira adverte:

Em uma coisa, porém, a mais delicada de todas, não intervirá o Grupo Escolar: essa ficará ao vosso inteiro cuidado, sob vossa exclusiva responsabilidade – a religião de vossos filhos. A constituição republicana assim o quer e o Grupo Escolar de Lavras, obediente ao preceito constitucional, respeitará as crenças religiosas de cada qual, não desprezará a lei de Deus, mas deixará a cargo das famílias o ensino religioso. (*Vida Escolar*, boletim quinzenal do Grupo Escolar de Lavras. 15/05/1907. p 06)

Em mais uma demonstração de preocupação com a execução do programa, as autoridades produziram recomendações de avaliações específicas para cada disciplina do ensino primário. No caso de *História do Brasil*, o documento faz as seguintes recomendações aos professores responsáveis pela cadeira:

Primeiro ano

Uma página com perguntas feitas e escritas pelo professor, para os alunos responderem somente e em breves termos, tais como: quantos nomes já teve

esta cidade onde está a escola (vila ou povoado)? Qual é seu nome hoje? Sabe porque se chama assim? Quais são os nomes dos homens mais antigos e importantes daqui? Qual é o dia de festa do povo aqui? Como se chamou o homem que descobriu o Brasil? Era português? Os índios como andavam vestidos? Em que estado atual do Brasil é que entraram primeiro os portugueses? Caramuru era indígena? Qual é seu nome verdadeiro?

Segundo ano

Uma página idem, devendo as perguntas ser mais ou menos estas: Sabará e Diamantina foram importantes no tempo antigo porque? Qual é o homem mais conhecido que veio com Pedro Álvares Cabral e o que é que ele fez? Que coisa importante fez Mem de Sá? Quando? Como é que os antigos descobriram ouro em Minas? Quais os dias de festa nacional? Quais os de festa estadual? Qual foi o primeiro ponto de terra que os descobridores viram no Brasil e em que dia? Conte a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil.

Terceiro ano

Uma página devendo as respostas ser mais desenvolvidas e as perguntas as seguintes: quais são os nomes dos lugares povoados mais antigos em Minas? Quem fundou Ouro Preto? E o Rio de Janeiro? Onde foi preso Tiradentes e como morreu? Os nomes dos seus companheiros de conspiração? Que é que fez em Minas Paes Lemes? E Borba Gato? Quando chegou ao Brasil D. João VI e que fez de útil? Conte como foi a execução de Tiradentes e como foram punidos os seus companheiros.

Quarto ano

Uma página idem, devendo o aluno tratar o assunto que o professor indicar sobre um dos seguintes títulos: Primeiros fatos de revolta dos brasileiros para se fazer a Independência; papel de Pedro I em 7 de setembro; primeiros dias do Império; brasileiros que mais se distinguiram nesse tempo; governo de Pedro II; fatos importantes da vida nacional que se deram no II reinado; presidentes da República, época e fatos de cada um desses governos. (MINAS GERAIS. Roteiro de avaliação para a escola primária. Fundo da Secretaria do Interior de Minas gerais. Arquivo Público Mineiro. 1907)

A proximidade entre as informações deste documento e as informações contidas no programa da disciplina permite que se afirmem, mais uma vez, as preocupações com a exata execução das prescrições do currículo. As sugestões de avaliação seguem quase à risca o conteúdo do programa. Cabe aqui pensar o papel desempenhado pelo livro didático, que deveria seguir também as propostas iniciais do currículo, pois era o suporte principal do conhecimento por ele veiculado, se considerarmos sua posição intermediária entre as prescrições e as formas de avaliação:

(...) entre os constituintes da disciplina escolar, acham-se as atividades de *avaliação*, essenciais para se ter o controle sobre o que é ensinado ou apreendido pelo aluno. (...) Exames, provas, argüições, testes, entre outros, compõem uma variedade de formas de controlar o que está sendo ensinado e apreendido. (BITTENCOURT: 2004, 43)

Portanto, a avaliação também pode ser entendida como elemento que faz parte do conjunto de instrumentos mobilizados e entrelaçados com a intenção de se pôr em prática os valores da cultura escolar em vigor naquele período, mais um dispositivo elaborado pelas autoridades que colaborou para os processos de vigilância do ensino e aprendizagem. E assim podemos entender a estreita relação existente entre essas sugestões de avaliação e o programa produzido para a disciplina:

O currículo avaliado, enquanto mantenha uma constância em ressaltar determinados componentes sobre outros, acaba impondo critérios para o ensino do professor e para a aprendizagem dos alunos. (...) O controle do saber é inerente à função social estratificadora da educação e acaba por configurar toda uma mentalidade que se projeta inclusive nos níveis de escolaridade obrigatória e em práticas educativas que não têm uma função seletiva nem hierarquizadora. (SACRISTAN: 2000, 106)

Faria Filho, ao tentar entender o processo de racionalização da educação escolar mineira naquele período, apresenta os métodos de avaliação como instrumentos de seleção, que excluiu aqueles indivíduos que não se apresentavam aptos para a nova ordem escolar, representando importante peça do mecanismo de homogeneização pretendido pelo discurso reformista:

O processo de avaliação se fortaleceu cada vez mais como um exame minucioso dos conteúdos específicos de cada disciplina programática, revelando-se como um mecanismo de controle e de homogeneização escolar. Neles e por meio deles, objetiva-se cada vez mais uma idéia de ordem escolar baseada na classificação, seriação, enfim, seleção dos alunos não apenas no interior de cada classe, mas no conjunto do sistema escolar, aproximando-se muito ou, mesmo, identificando a noção de *ordem* com a de *homogeneização*. (FARIA FILHO: 2000, 170)

Apesar de todo esforço realizado no sentido de se manter a coerência entre os diferentes momentos do processo educativo, as ordenações encontravam obstáculos de naturezas diversas. Mesmo os profissionais responsáveis por sua correta execução podiam trazer implicações para esse processo, como o inspetor que relata seu descontentamento com o tempo do programa de *História do Brasil*:

Em face das notas por mim tomadas e de indagações que fiz em cada escola, convenci-me de que as docentes estão praticando, embora com aplicação,

competência e resultados desiguais, o atual programa de ensino porque nas aulas a que assisti, eram as lições, tanto expositivas como de arguição, feitas segundo a seriação e ordem do decreto número 1.947 de 30/09/1906. Disse eu, no entanto, “com aplicação, competência e resultados desiguais” porque em uma classe encontrei alunos com dificuldades na leitura do segundo semestre do primeiro ano; em outra, (terceiro ano masculino) uma lição de história durante 35 minutos referiu-se à fundação da Bahia e do Rio de Janeiro, Paes Leme, Borba Gato, Ouro Preto, Caeté, Sabará, S. J. Del Rei, quando é certo que mesmo sob a exigência das restrições programáticas e mesmo tratando-se de revisão da matéria, só a função histórica de Fernão Dias e Paes Leme bastaria para encher o tempo de uma lição com a interessante narrativa dos primeiros núcleos colonizadores que a procura de esmeraldas fixou em Ibituruna, Paraopeba, Sumidouro e na longínqua Itacambira, onde demoram, ainda visíveis hoje, os socavões de Marcos de Azevedo. (Relatório enviado à Secretaria do Interior pelo inspetor Carlos Leopoldo Dayrell, sobre inspeção realizada no Terceiro Grupo Escolar da Capital. 08/01/1910)

2.2 – O programa de *História de Minas Gerais*

O programa da disciplina *História de Minas Gerais*, constante no currículo da escola normal, foi publicado na íntegra pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais em 1906. Sob o decreto 1908, de 28/05/1906, os temas se encontram distribuídos da seguinte maneira:

- 1- As primeiras entradas em território mineiro. Sua direção.
- 2- As tribos que ocupavam o nosso território. Traços gerais.
- 3- As descobertas de ouro e pedras verdes. Principais bandeiras vindas de São Paulo. Penetração dos sertões mineiros.
- 4- O povoamento. Fundação dos arraiais. As primeiras rivalidades entre os paulistas e aventureiros. Início da reação nativista.
- 5- A guerra dos Emboabas: sucessos e conseqüências.
- 6- A Capitania unida de São Paulo e Minas. Os governos de Antônio de Albuquerque, Dom Braz e Conde de Assumar. As primeiras vilas, comarcas e Casas de Fundação de ouro.
- 7- A revolta de 1720. Casas. Felipe dos Santos e outros conspiradores.
- 8- A capitania de Minas Gerais, sob os governos de Dom Lourenço de Almeida e Dom André de Mello e Castro.
- 9- A descoberta dos diamantes. O Tijuco: distrito diamantino. Legislação, povoamento e costumes.
- 10- Sucessos mais notáveis dos governos dos capitães-generais, desde o Conde de Bobadella a Luiz da Cunha Menezes (1630 a 1788).
- 11- A Inconfidência Mineira. Estado geral da Capitania. Costumes. Tributos. Os conjurados e os traidores. Planos malogrados.
- 12- A alçada e o seu julgamento. Morte de Tiradentes e destino que tiveram os Inconfidentes. Traços biográficos dos mais notáveis.
- 13- Desenvolvimento da Capitania de Minas, desde a Inconfidência até a elevação à Província (1816). Traços dos governos de Lorena, Pedro de Athayde e Mello, Dom Francisco de Assis Mascarenhas e Dom Manoel de Portugal e Castro.
- 14- Adesão de Minas à Inconfidência do Brasil. O Governo Provisório da província. Sucessos políticos.
- 15- Os primeiros presidentes. Dom Pedro I em Minas. Homens notáveis. Imprensa. Viajantes estrangeiros.
- 16- A sedição militar de 1733. Incidentes.
- 17- A rebelião liberal de 1842. Vultos principais. Combates.
- 18- Desenvolvimento da província no II reinado (1840 a 1899). Estradas, telégrafos, escolas, artes, letras e criação de dioceses, tribunais e instituições

diversas. 19- A propaganda republicana em Minas. Os partidos políticos. Índole democrática do nosso povo. 20- A fundação da Nova Capital. Histórico desse movimento e tentativas anteriores. Belo Horizonte e traços gerais de Minas contemporânea. (MINAS GERAIS. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais, 1906*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1906. p 51-52)

Mesmo que o foco deste trabalho esteja concentrado no ensino primário, realizamos considerações a respeito do ensino de História também na escola normal, pois esse nível de instrução também foi totalmente reformulado por ocasião da Reforma João Pinheiro. Considerando que essa reforma realizou uma tentativa de homogeneizar o processo de escolarização em Minas Gerais, entendemos que as autoridades tentassem produzir uma coerência entre os níveis de ensino. Portanto, achamos pertinente apresentar e discutir o conteúdo do programa da disciplina *História de Minas Gerais*, para tentar compreender como se organizaram os saberes escolares nos diferentes níveis de ensino e assim revelar as relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo de escolarização.

O currículo da escola normal estava organizado de maneira que os estudantes, de ambos os sexos, tivessem aulas de História somente no último ano do curso. É curioso observar que não havia um programa para a história do Brasil para os futuros normalistas, e ela quase não aparece no programa de História de Minas Gerais. Isso talvez explique a diferença significativa entre a quantidade de manuais adquiridos para ambas as disciplinas. Os livros sobre a História nacional, no período estudado, alcançam a marca de 24.546 aquisições de acordo com as fontes oficiais publicadas pela Secretaria do Interior. Enquanto os compêndios sobre a História local não passam de 6.134 volumes. Se, ao terminarem o curso, os novos normalistas deviam lidar com a história do Brasil nas salas de aula, mas não tinham essa disciplina no currículo, o livro didático assumiu papel fundamental de formação desses novos profissionais e lhes serviu de principal suporte de aquisição de conhecimento. Conforme já discutimos anteriormente, as circunstâncias de circulação dos livros didáticos no estado estavam associadas a diversos fatores, que iam desde as relações estabelecidas entre editoras, autores e governo, bem como as dificuldades encontradas por esse material em seu percurso até a sala de aula. Portanto, não pretendemos explicar as condições de aquisição desse material a partir dos condicionamentos do currículo: eles são mais uma possibilidade de explicação, que precisam ser considerados no conjunto das demais instâncias influenciadoras.

Assim como acontece com o programa de *História do Brasil*, não encontramos referências a respeito da autoria do texto para a disciplina *História de Minas Gerais*. No entanto, a julgar por sua qualidade, percebemos que foi bastante influenciado pelas diretrizes anunciadas pelo IHGMG e pelo Arquivo Público. Além do mais, há grande semelhança entre os temas indicados no programa e aqueles presentes nas obras didáticas direcionadas ao público escolar, especialmente a obra *Efemérides Mineiras*, de Xavier da Veiga e *Memórias do Distrito Diamantino*, de Joaquim Felício dos Santos. Vale ressaltar, também, que o autor de *Fastos da História de Minas*, Pedro Bernardo Guimarães, foi o professor responsável pela cadeira de *História de Minas* na Escola Normal Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Silvestre Ferraz, no ano de 1909.

Assim como no programa da disciplina *História do Brasil*, a história local segue uma seqüência cronológica linear e evolutiva. Inicia-se com a exploração do território pelos aventureiros de outras províncias e por bandeirantes de São Paulo e encerra-se com temas relativos ao movimento republicano no Estado, notadamente a inauguração da nova capital, símbolo da modernidade republicana. No intervalo entre esses dois momentos, os demais acontecimentos estão organizados de maneira a apresentarem uma lógica que encadeia os fatos e encaminha a história local para uma situação previamente anunciada: a República. Como se toda a trajetória de Minas Gerais fosse um estágio de gestação dessa condição ideal. Também receberam destaque as personagens responsáveis por grandes feitos, os chamados *vultos principais* ou *homens notáveis*. Além do interesse em exaltar de forma insistente a figura dos grandes heróis da Inconfidência.

Não foram encontradas recomendações para avaliar os alunos das escolas normais. No entanto, um documento datado de 8/11/1909 apresentou alguns *pontos* para o exame de *História de Minas Gerais* aplicado aos alunos do mesmo professor e autor de livros didáticos Pedro Bernardo Guimarães. Esses *pontos* formavam uma lista de 20 temas, dispostos exatamente conforme as recomendações do programa da disciplina. Aqui fica evidente, mais uma vez, a tentativa de manter uma coerência entre a prescrição do programa, a prática em sala de aula e os conteúdos dos manuais didáticos, tendo um professor/autor como sujeito que realiza a intermediação entre esses diferentes momentos de circulação do conhecimento histórico.

Ao mesmo tempo, encontramos documentos que confirmam variações de práticas em relação ao ensino de História na escola normal e também no ensino primário. Informações que apontam para discordâncias entre as indicações do programa

e as avaliações aplicadas aos alunos. Em outro documento datado de 8/11/1909, assinado por Emílio Gonçalves, diretor da Escola Normal da cidade de Barbacena, foi encontrada uma cópia dos *pontos* de exame da cadeira de *História e Educação Moral e Cívica*. Entre eles, estão, além dos temas relacionados à história local, conteúdos de história do Brasil e mesmo de história geral, como *Civilização do Egito, Civilização da Síria e da Babilônia, Civilização grega, Dinastia de Osíris, Península Ibérica, História da América até a independência das colônias, Civilização Romana, Árabes, Idade Média e Idade Moderna*. Além disso, algumas provas da cadeira de História foram aplicadas no segundo ano do ensino normal, e não no quarto ano, conforme recomendação do programa.

A falta de profissionais competentes e com formação adequada para o magistério também representou um grande impedimento para a realização do projeto reformista no âmbito da escola normal:

É professor de história e geografia e substituto de instrução moral e cívica o Sr. Dr. Arthur Ferreira Brandão, antigo juiz de direito em disponibilidade. É inteligente e tem pouca prática de magistério. É um temperamento neurótico, um espírito pouco ponderado; abusa do álcool, não consta, porém, que, em aula tenha se apresentado embriagado. O Sr. José Correa de Figueiredo, professor de instrução cívica e moral e substituto de história e geografia, é também farmacêutico e secretário da escola. É pouco preparado, tem péssima dicção. Não ministrava o ensino da cadeira em conformidade com o programa da instrução primária. Em aula lia apenas um compêndio de pedagogia, ensinando apenas e mal noções teóricas. Tem bom conceito social. (Relatório enviado à Secretaria do Interior pelo inspetor Ernesto Santiago, sobre inspeção realizada na Escola Normal Equiparada de Três Pontas. 14/08/1909)

Diante de tais constatações, podemos afirmar que havia diferenças significativas entre as recomendações do programa e a prática dos sujeitos dentro da sala de aula. Algumas evidências nos levam a crer que os sujeitos agiram e produziram alguma interferência no percurso entre o que estava idealizado nas regras oficiais e o cotidiano escolar, seja no interior das instituições, ou nos espaços fora dela. A preocupação com o *conceito social* do corpo docente das escolas revela, mais uma vez, a influência de elementos externos à escola nos processos de aprendizagem.

O currículo apresenta-se, pois, como instrumento privilegiado de investigação do processo de constituição da nova cultura escolar pretendida pela elite republicana em Minas Gerais naquele período. Dentre a diversidade de conteúdos desse currículo, o programa de História apresentava características que o distinguia dos demais e o

colocava em posição privilegiada, considerando que nesse momento da história do estado o poder público realizou um de seus mais incisivos investimentos no sentido de fazer da escola um instrumento de divulgação dos valores que lhe eram convenientes, através da formação moral, cívica e política das crianças que freqüentavam as instituições. Podemos observar como o programa foi alterado por diferentes sujeitos, produzindo uma diversidade de situações que às vezes estavam próximas àquela idealizada pelas autoridades, mas que outras vezes seguiam caminhos diferentes. O que evidencia o embate entre os múltiplos interesses dos sujeitos envolvidos, de forma direta ou indireta, com os processos educativos daquele período.

3 – Considerações sobre a autoria dos livros de História

Esta parte do trabalho se dedicou a uma questão que, segundo BITTENCOURT (2004), é fundamental para se compreender a história da produção didática e que, por essa razão, deveria ocupar cada vez mais as páginas dos textos dedicados ao assunto: a autoria dos livros didáticos. Levantar e discutir questões que envolvem os autores enquanto sujeitos participantes do processo de elaboração do livro nos remetem a problemas que se encontram associados aos diferentes momentos de constituição da história do próprio livro didático e aí reside a importância de se considerar suas particularidades individuais. Discutimos questões que anunciamos anteriormente a respeito desses sujeitos, principais responsáveis pela escrita dos conteúdos dos livros de História. Foram abordadas questões sobre a relação de tais autores com as instituições produtoras do conhecimento histórico no estado de Minas Gerais naquele período (IHGMG e Arquivo Público), suas trajetórias pessoais enquanto indivíduos pertencentes à elite política republicana ascendente, além de suas relações estabelecidas com a instrução pública primária e normal⁹.

Dentre a diversidade de autores responsáveis pela redação dos textos didáticos de História que foram investigados nesta pesquisa, podemos fazer considerações a respeito de todos eles: Estevam de Oliveira; Joaquim Felício dos Santos; Diogo de Vasconcelos; Xavier da Veiga; Pedro Bernardo Guimarães; e Francisco Lentz Araújo. As informações que serão trabalhadas são oriundas de textos e documentos de naturezas diversas. Entre eles, destacamos os trechos biográficos presentes na introdução de edições recentes de algumas das obras didáticas. Também utilizamos documentação diversificada do Fundo da Secretaria do Interior do Arquivo Público Mineiro, já apresentada em momento anterior deste trabalho, que revela as relações de alguns autores com os processos educativos do período: relatórios enviados à Secretaria do Interior por professores, inspetores e diretores, bem como ofícios encaminhados à mesma Secretaria além de documentação do IHGMG e Arquivo Público, sobre os autores que mantinham envolvimento com ambos os institutos. A escassez de informações sobre alguns autores foi lacunar pela falta de fontes suficientes que permitissem revelar suas trajetórias.

⁹ Foram utilizados como referenciais teóricos os textos produzidos por Circe Bittencourt (2004) e Michel de Foucault (1992). Ambos os autores discutem o papel do autor, suas relações com o meio que vivem e as repercussões da vivência dessas experiências particulares na produção de seus textos.

Dentre os autores, destaca-se o inspetor do ensino e major Estevam de Oliveira. A partir das evidências encontradas sobre sua trajetória, podemos fazer considerações a respeito dos encadeamentos existentes entre as transformações promovidas pela Reforma de 1906 e o conhecimento histórico que circulou no período, presente na sua obra *Rudimentos de História Pátria*. O referido autor recebeu do governo do Estado, em 1900, a tarefa de observar as transformações ocorridas no ensino público no Rio de Janeiro e São Paulo, por ocasião das reformas educacionais realizadas em ambos os estados. Como resultado dessa jornada, ele produziu o texto *Reforma de Ensino Público Primário e Normal em Minas*, publicado pela Imprensa Oficial em 1902. Nessas páginas, o então inspetor do ensino relata suas impressões sobre o que observou, especialmente nos grupos escolares de São Paulo e, a partir delas, apresenta sugestões de atuação para o governo mineiro.

Estevam de Oliveira foi nomeado inspetor de ensino ainda no governo de Francisco Salles, que antecedeu João Pinheiro na presidência do Estado. Foi responsável pela inspeção das cidades de Juiz de Fora, Cataguases, Leopoldina, Além Paraíba e Palma. De acordo com GONÇALVES (2004), Estevam de Oliveira, em seu relatório, centrou a atenção em dois eixos básicos: fundação da escola e formação do professorado. Para o inspetor, a resolução do problema do ensino primário estaria no *lançar os fundamentos de racional organização*:

(...) *fundação da escola significa*: criar institutos de ensino primário, em que tudo seja previsto, desde a higiene até as menores regras em particularidades pedagógicas. (...) *formação do professorado* quer dizer: preparar pessoal técnico competente para a execução de um plano lógico traçado de antemão. (OLIVEIRA: 1902, 04)

A partir da leitura do trecho acima citado, podemos afirmar que o inspetor entendia que era preciso uma reforma que via no Estado o responsável pelo controle dos saberes escolares, principalmente quando pensou a criação de um sistema escolar racionalizador que propôs a instalação de uma nova organização do ensino primário, tendo por um lado os grupos escolares como espaço ideal de execução do ensino e, por outro, o controle do professor, de maneira que este ficasse reduzido a um instrumento do Estado. Além disso, Estevam de Oliveira propunha que se concentrassem esforços na intenção de preparar melhor os professores: deveria ser um profissional, técnico e competente para executar um plano pensado em bases racionais. Ressaltou a

necessidade de uma maior rigidez na formação desse profissional, o que resultaria numa reformulação do ensino normal:

A reforma deve suprimir todos os institutos existentes, alguns dos quais imprestáveis, e criar um só estabelecimento congênere na Capital do Estado. Anexo a este estabelecimento deve funcionar uma escola modelo agrupada, donde resultará a supressão das escolas isoladas, mantidas apenas as suburbanas (...). nesses institutos o ensino precisa de ser mais profissional do que abstrato, mais prático do que teórico, cumpre sejam eles dotados de aperfeiçoado material, seja revisto o seu programa disciplinar, de modo que a aprendizagem se torne mais positiva do que literária. (OLIVEIRA: 1902, 181)

Comparando as idéias defendidas pelo inspetor ao teor da Reforma de 1906, já discutida em momento anterior deste trabalho, podemos perceber que possuem muitos pontos comuns, o que nos faz pensar a respeito da influência que esse profissional exerceu nos movimentos ao qual a escola foi submetida. Esse profissional também exerceu outro tipo de influência, na condição de sujeito responsável pela fiscalização do ensino. Portanto, figurou em posições diferentes e estratégicas entre os profissionais que encabeçavam o movimento reformista. Michel de Foucault, ao chamar atenção para a necessidade de se investigar o discurso a partir da figura do autor e suas relações estabelecidas com o meio que vive, afirma:

Talvez seja tempo de estudar os discursos não somente pelo seu valor expressivo ou pelas suas transformações formais, mas nas modalidades da sua existência: os modos de circulação, de valorização, de atribuição, de apropriação dos discursos variam com cada cultura e modificam-se no interior de cada uma; a maneira como se articulam sobre relações sociais decifra-se de forma mais direta, parece-me, no jogo da função autor e nas suas modificações do que nos temas ou nos conceitos que empregam. (FOUCAULT: 1992, 68)

Mais uma evidência da relação desse autor com os propósitos da Reforma pode ser encontrada no citado manual didático escrito por ele. O livro seguiu à risca as recomendações do programa da disciplina *História do Brasil*. No início de cada capítulo encontramos reproduzidas tais recomendações e em seguida o conteúdo as contempla de maneira fiel. No *Prefácio* da obra, destacamos o seguinte trecho:

O aparecimento deste livrinho é devido ao Sr. Dr. Carvalho Britto. Conferenciando nós sobre coisas de instrução, em dias de outubro último, no seu gabinete de trabalho, chegamos a concluir pela urgência de um compêndio de história pátria que satisfizesse as exigências do programa primário instituído, tal tem sido nas escolas o sacrifício daquela importantíssima disciplina, para

cujo ensino rudimentar se estabeleceram novos moldes. Assentado o plano do compêndio, recebi ordem para escrevê-lo. (OLIVEIRA: 1909, 01)

Como podemos observar, o próprio secretário do interior Carvalho Britto, responsável pela elaboração e execução da Reforma participou da organização do livro. O que nos faz pensar mais uma vez a respeito da importância assumida pelo ensino de História naquele período. A preocupação com a escolha do seu conteúdo, a delegação da obrigação de escrita a um funcionário envolvido diretamente com os processos de organização do ensino são evidências de que o livro didático caracterizou-se por estar em diversos momentos articulado diretamente aos projetos políticos educacionais. E no caso particular da obra de Estevam de Oliveira, enquanto inspetor, encontramos mais um sujeito que atuou em diversos momentos de execução da Reforma, desde sua idealização até às práticas cotidianas das salas de aula.

Joaquim Felício dos Santos¹⁰, autor das *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*, não participou dos movimentos de reforma da educação que antecederam o de 1906, e em sua biografia podemos observar que seu vínculo mais próximo à educação foi quando exerceu o cargo de professor de História, Geografia, Francês e Matemática no Ateneu de São Vicente de Paula, em Diamantina, entre os anos de 1852 e 1863.

Nascido no ano de 1828, na região onde atualmente se encontra a cidade de Diamantina, em Minas Gerais, Joaquim Felício dos Santos iniciou os estudos na cidade do Serro, passando por Congonhas do Campo, até chegar ao curso de Direito em São Paulo, na década de 1840. Durante sua estada na capital paulista, se envolve com grupos políticos que discutiam a vitaliciedade do Senado, e essa tendência encontra-se manifesta nos artigos publicados em artigos de revistas estudantis do curso de Direito.

Quando retorna a Diamantina, na década de 1850, assume seu interesse pela revitalização do partido liberal em Minas Gerais. Através do periódico *O Jequitinhonha*, o autor começa a publicar a seção *Distrito Diamantino*, onde podemos encontrar o cerne da sua obra. Através da escrita de uma espécie de roteiro da mineração, Joaquim Felício se empenha na denúncia dos abusos cometidos pelos portugueses naquela região do Estado no período colonial e também pela administração imperial. Sua escrita em forma de crônica torna o periódico bastante popular e ele se aproveita dessa visibilidade para

¹⁰ As informações sobre sua trajetória, que apresentaremos aqui, foram retiradas das páginas iniciais da edição mais recente de sua obra, publicada pela Editora Universidade de São Paulo em 1976 e assinadas por Alexandre Eulálio Pimenta da Cunha. Também foi utilizado o prefácio da versão da mesma obra de 1956, escrito por Joaquim Ribeiro.

se eleger deputado-geral em 1864. Exerceu o cargo na Câmara por apenas dois meses, pois seus projetos de reforma constitucional que aboliam a vitaliciedade do Senado foram completamente ignorados pelos colegas do plenário. Regressou ao semanário *O Jequitinhonha*, que naquele momento já se declarara um periódico republicano. Começa a publicar uma satírica ficção intitulada *Páginas da História do Brasil escritas no ano de 2000*. Trata-se de um texto onde o autor faz as vezes de um historiador do futuro que narra a visita de Dom Pedro II a uma espécie de novo mundo republicano, onde os cidadãos não se lembravam mais do soberano que reinou no século XIX. Em 1878, Joaquim Felício foi surpreendido por um convite do ministro da Justiça para que apresentasse um projeto de código civil na Corte. Acreditam seus biógrafos que tal convite se deve à fama que assumiu como jurista no Vale do Jequitinhonha. O autor se isolou por um período de três anos nos arredores de Diamantina e em 1881 a Tipografia Nacional imprime os seus *Apontamentos para o Projeto do Código Civil Brasileiro*. Após julgamento, a comissão de juristas eleita para tal tarefa decide que o texto precisa ser re-elaborado e mais uma vez Joaquim Felício se demitiu do cargo assumido na Corte, não se dispondo a rever seu texto junto aos colegas. Na República, foi eleito senador por Minas Gerais e recebeu a incumbência de regulamentar a nova lei eleitoral. No entanto, mais uma vez seu projeto foi rejeitado. Não obstante, organizou um novo *Projeto de Código Civil* adaptado à República, que, após transitar por diversas instâncias, foi definitivamente arquivado.

Em 1893 retornou a Diamantina, onde faleceu dois anos depois. Sua obra que será analisada neste trabalho foi escrita na década de 1860, quando realizou atividade intensa no periódico semanal de Diamantina, e teve sua primeira publicação no formato de livro em 1868, pela Tipografia Americana do Rio de Janeiro. Suas aspirações políticas podem ser encontradas nas páginas das *Memórias do Distrito Diamantino*, onde a defesa da liberdade e a denúncia das mazelas dos governos passados são bastante incisivas. Cada capítulo e cada episódio da história da Comarca são dotados de juízos de valor bastante próximos às convicções políticas liberais e exaltadas do autor. Além disso, ele escreveu sobre o passado do Tijuco com a constante preocupação de reparar juridicamente os danos causados pela coroa portuguesa aos colonos. Ao longo da escrita, Joaquim Felício realizou uma grande revisão da legislação mineira que regulamentava, sobretudo, os processos de extração de pedras preciosas na região. O livro possui, portanto, as características do jurista e do político liberal exaltado, profundamente preocupado em “*difundir os valores de democracia, visando uma*

sociedade de intensa participação popular e erradicação de hierarquias”. (PIMENTA: 1956, 29)

José Pedro Xavier da Veiga¹¹, autor das *Efemérides Mineiras*, nasceu na cidade Campanha, Minas Gerais, em 1846. Cresceu em ambiente familiar marcado por intenso debate político. Foi alfabetizado pelo pai aos dez anos de idade e morou no Rio de Janeiro entre os doze e dezesseis anos, trabalhando na livraria de um parente. Nesse período, fundou a *Sociedade de Ensaio Literários*, com objetivo de instruir os caixeiros do estado, e onde estão publicados seus primeiros escritos. Retornou à sua cidade natal na década de 1960, quando começou a escrever no periódico da família intitulado *O Sul de Minas*. Aos vinte e um anos, foi para São Paulo e ingressou na Faculdade de Direito, onde se envolveu com figuras que viriam a se destacar no cenário político mineiro e nacional, como Afonso Penna. Por motivos de saúde, retornou à Campanha e em seguida se matriculou na recém-inaugurada Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, onde deu continuidade à sua formação jurídica.

Entre 1870 e 1878, o autor viveu na cidade de Lavras, onde exerceu o cargo de escrivão de Órfãos e participou do Partido Conservador. Nessa mesma cidade, realizou atividades que o deixaram mais próximo às questões de ensino, quando fundou a *Sociedade Lavrense Propagadora da Instrução*, cujo objetivo era proporcionar condições de permanência de alunos pobres nas escolas primárias, através do fornecimento de livros e demais materiais didáticos, além de fiscalizar o trabalho das professoras com especial atenção às disciplinas de educação moral, cívica e religiosa.

Ao mesmo tempo, Xavier da Veiga também exerceu o cargo de deputado da Assembléia Provincial e no final da década de 1870 se mudou para Ouro Preto, onde comprou uma tipografia e começou a publicar o periódico *A Província de Minas*, cujo editorial do primeiro número declarava que o jornal havia sido fundado com intenção de defender os ideais dos políticos conservadores, que naquele momento eram vítimas de injustiças e perseguições por parte dos liberais. Após a instalação da república, o jornal alterou o nome para *A Ordem* e os artigos do autor passam a defender a idéia de instalação pacífica do novo regime em Minas Gerais. Em ambos os periódicos, os temas tratados por Xavier da Veiga variavam entre imigração, divisão administrativa, força policial, ordem pública, indústria e instrução pública.

¹¹ As informações sobre a trajetória deste autor foram retiradas do estudo introdutório da última edição de sua obra, publicada em 1998 pela Fundação João Pinheiro de Belo Horizonte, de autoria de Edilane Carneiro e Marta Neves. Também foi utilizado um estudo biográfico publicado pela Academia Mineira de Letras em 1925, escrito por José Gama.

Sobre este último tema podemos perceber, através dos seus escritos, que a educação deveria estabelecer relações com outros aspectos que compunham o projeto de construção da nação brasileira:

(...) só ela pode regenerar os costumes e engrandecer o povo que não compreende ainda seus direitos e deveres. É preciso criar leis obrigando o povo a procurá-la. É o único meio de assegurar o futuro, a glória e a felicidade do povo sem destruir as conquistas do progresso material. (*A Província de Minas*, periódico da cidade de Ouro Preto, 14/10/1881, p 16)

A atividade que mais lhe rendeu destaque foi aquela assumida em 1895, quando abandonou o cargo de senador e começou a dirigir e organizar o Arquivo Público Mineiro. Permaneceu no cargo até sua morte, em agosto de 1900. Nessa instituição, esteve envolvido com os processos de produção do conhecimento histórico a respeito de Minas Gerais, tendo como referência os métodos adotados pelos membros do IHGB. No Arquivo, Xavier da Veiga preocupou-se, sobretudo, com o incentivo ao recolhimento de documentos relevantes para a história regional e, para tanto, organizou esquemas de buscas nos municípios, em outros estados e até no exterior.

A exemplo do IHGB inaugurou a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, que foi bastante influenciada pela revista da instituição carioca: enquanto esta publicava relatos de viagens e explorações científicas, a revista da instituição mineira ocupava-se em elaborar e sistematizar corografias de municípios, além de biografias e memórias de personalidades regionais.

A questão de limites entre os estados foi outra preocupação do autor: ele recebeu a incumbência do governo mineiro, em 1899, de produzir monografia a respeito dos limites territoriais entre Rio de Janeiro e Minas Gerais. Segundo Manoel Guimarães, essa questão de limitação física fazia parte de todo o projeto de constituição de identidades regionais e nacionais propostas pelos institutos históricos naquele período:

O conhecimento da história adquiriu um sentido garantidor e legitimador para decisões de natureza política, mormente aquelas ligadas às questões de limites e fronteiras, vale dizer, aquelas ligadas à identidade e singularidade física da nação que estava em construção. (GUIMARÃES: 1988, 15)

Dessa forma, a partir da atuação de Xavier da Veiga no Arquivo Público, podemos afirmar que o autor esteve ligado aos processos de construção do saber histórico veiculado no fim do século XIX, quando a história serve de instrumento de

constituição de identidades regionais e nacionais. Essas características podem ser conferidas na atuação do IHGB, que foi a principal referência do Arquivo Público Mineiro naquele período. Ambas instituições se valeram da produção historiográfica na intenção de fortalecer e legitimar o poder do Estado. A vinculação do autor ao IHGB, em 1897, reforça a idéia de que a instituição mineira viveu sob influência da instituição carioca em fins do século XIX. Semelhante influência pode ser conferida na produção historiográfica do autor, especialmente nas *Efemérides Mineiras*, obra que abordaremos em momento posterior deste trabalho.

Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcelos¹², autor da *História Antiga das Minas Gerais*, nasceu na cidade de Mariana, Minas Gerais, em maio de 1842 e viveu até os 84 anos, quando faleceu em Belo Horizonte. Nascido em uma família de católicos devotos, foi bastante influenciado pela igreja. Concluiu o curso de *Humanidades* no Seminário de Mariana e em seguida estudou no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Após três anos no mosteiro, se dirigiu para São Paulo, onde concluiu o curso de Direito em 1867.

Ainda na Monarquia, ao retornar de São Paulo, foi secretário de dois Presidentes de Província entre os anos de 1868 e 1870. Nesse cargo, prestou serviços relacionados à instrução pública, através de projetos que estimulavam a permanência dos alunos nas escolas do ensino primário. Além disso, foi responsável por assuntos relativos à imigração de mão-de-obra livre da Europa para Minas Gerais e também pela expansão do uso de máquinas agrícolas na lavoura. Em seguida, entre os anos de 1871 e 1885 permaneceu na presidência da Assembléia Geral da Província.

Monarquista e conservador, o autor se uniu a Xavier da Veiga na publicação de textos que defendiam a manutenção do regime, nos periódicos de Ouro Preto. Já na república, foi responsável pela criação do hostilizado *Partido Católico*, que tinha como meta a defesa dos valores rejeitados pelo novo regime político. Entre esses valores, recebeu especial atenção o casamento religioso¹³. Pela sua devoção e reconhecida defesa da religião, recebeu da Santa Sé o cobiçado título de Barão do Santo Sepulcro, com as honras de Bispo de Odessa. Seu partido não obteve repercussão, devido à

¹² As informações sobre a trajetória de Diogo de Vasconcelos foram extraídas da introdução da última edição de sua obra, publicada pela Editora Itatiaia em 1999, assinada por Francisco Iglesias e Basílio de Magalhães.

¹³ Diogo de Vasconcelos cunhou a famosa expressão “*casamento de cachorros*”, se referindo à instituição do casamento civil pelo novo regime.

valorização do regime republicano no novo Estado de Minas Gerais. A militância republicana foi hostil e incisiva sobre os resquícios do velho regime.

Apesar de sua inclinação política, na república Diogo de Vasconcelos foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto pelo Presidente de Estado Afonso Pena. Quando assumiu o cargo, o Batalhão de Infantaria promoveu uma marcha popular na intenção de depor o político defensor da monarquia. Mas a tentativa foi fracassada, após um discurso moderador proferido pelo autor e pelo Presidente de Estado que acalmou os ânimos.

Nos primeiros anos do século XX, durante o período da Reforma João Pinheiro, após completo esquecimento do seu partido católico, Diogo de Vasconcelos foi eleito senador. Esta foi sua última participação política significativa. Por sua contribuição literária, religiosa e historiográfica, participou e dirigiu diversas instituições científicas e grêmios literários, como o Instituto Histórico de Ouro Preto, o IHGMG, a Academia Mineira de Letras e o IHGB.

Outros dois autores de manuais didáticos que foram analisados neste trabalho são Francisco Lentz Araújo e Pedro Bernardo Guimarães, que escreveram, respectivamente, *Geografia do Estado de Minas e noções de História do mesmo Estado e Fastos da História de Minas*. Não foram encontrados registros significativos sobre esses autores, que permitam realizar maiores considerações a respeito de suas trajetórias particulares. Sabemos, no entanto, que foram sujeitos envolvidos com os processos educativos do período.

O primeiro deles figurou na lista de inspetores técnicos do ensino e também trabalhou como professor na Escola Normal da cidade de Campanha, mas não sabemos em que disciplina. O estado de Minas Gerais, à época da Reforma, foi dividido em quarenta áreas de atuação de inspeção, denominadas *circunscrições literárias*. Francisco Lentz Araújo atuou na de número vinte e seis, que abrangia uma extensa área no sul do Estado, compreendendo as cidades de Itajubá, Jaguari, São José do Paraíso, São Caetano da Vargem Grande, Santa Rita e Cambuí. Não foram encontrados relatórios produzidos por esse inspetor. O único registro assinado por ele que temos disponível é uma correspondência enviada à Secretaria do Interior, datada de dezembro de 1910, onde o autor faz propostas de publicação e venda da segunda edição de sua obra para distribuição nas escolas públicas primárias e normais. Sabemos, no entanto, que o cargo de inspetor do ensino era bastante reconhecido e, de acordo com documentação do

período, só poderia ser exercido por pessoas que tivessem alguma relação prévia com os processos educativos e comprovada erudição:

A utilidade da simples fiscalização é manifesta: tratando-se, porém, de realizá-la por meio de profissionais afeitos aos labores do ensino e de reconhecida cultura espiritual, procurou-se revestir a marcha do ensino com as condições de segurança e prática esclarecida que lhe são mister. (...) Com o prestígio do seu cargo, com um preparo superior, alheio aos interesses partidários – a inspeção se realiza calma e serena, elevando o professorado e aperfeiçoando a escola. (Relatório apresentado ao Presidente de Estado pelo Secretário do Interior Carvalho Britto em 1907. p 12)

Percebe-se que a inspeção do ensino era compreendida como importante instrumento de conformação da nova cultura escolar pretendida naquele período, peça fundamental responsável pela conexão entre as diferentes instâncias da engrenagem educacional:

Ao atuar na intercessão entre a Secretaria e o grupo escolar, o trabalho de inspeção ganha um lugar de privilégio na produção da escola, ainda que seu papel continue sendo o de representante do poder estatal. Mas, ao atuar nesse lugar que lhe proporcionava conhecer as duas realidades, o inspetor acabava reunindo os elementos necessários para influir na produção da escola, tanto no nível estadual quanto no nível local dos grupos, daí a sua importância efetiva como organizador da instrução pública no Estado. (GONÇALVES: 2004, 184)

Adotar um livro escrito por um indivíduo que se encontrava nessa posição privilegiada pode ser entendido, portanto, como mais uma estratégia dos reformistas. Se esse inspetor era responsável, entre outras atividades, pela observação da correta execução do programa de ensino nas escolas, não haveria dificuldade em aprovar, adotar, distribuir e usar seu material nas salas de aula. Afinal, o inspetor foi para aquele período um elo de conexão entre as propostas do discurso reformista e a prática das salas de aula:

A inspeção técnica, instituição nova, criada pela última reforma do ensino, vai, cada vez mais, prestando assinalados serviços, informando por detalhe a administração do mérito de cada um dos professores de sua vasta área e dando a cada qual a necessária assistência e conselhos no sentido de melhor os encaminhar ao bom cumprimento do novo programa de ensino. (Relatório enviado ao Presidente de Estado pelo Secretário do Interior Estevão Pinto, em 1909. p 09)

Pedro Bernardo Guimarães, autor dos *Fastos da história de Minas*, nasceu em Ouro Preto em 1884 e viveu até os sessenta e quatro anos. Conforme já dito anteriormente neste trabalho, foi o professor responsável pela cadeira de *História de Minas* na Escola Normal Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Silvestre Ferraz, no ano de 1909 e no Ginásio de Itajubá. Essas informações foram obtidas a partir da leitura de algumas sugestões de avaliações assinadas pelo autor direcionadas aos seus alunos e na folha de rosto da edição de seu livro de 1911. Era o filho mais novo, entre os oito irmãos, do popular escritor mineiro Bernardo Guimarães, prestigiado ao longo de sua vida pela publicação de obras literárias como *Escrava Isaura* e *O seminarista*.

Como já dissemos, essas recomendações de avaliação estavam exatamente de acordo com o programa da disciplina *História de Minas Gerais* do ensino normal. Além disso, seu livro didático, dedicado à história local, obedeceu à seqüência de temas proposta pelo programa de ensino. Diante dessas evidências, podemos afirmar que esse indivíduo também figurou em diferentes momentos no processo de reformulação do ensino, como professor responsável pela formação de novos docentes que atuavam na escola primária. Enquanto professor de História e autor de livro didático da mesma disciplina tentou manter uma coerência entre as prescrições do currículo e o conteúdo de sua obra. Não encontramos evidências de sua participação no movimento reformista de 1906, quando o autor se encontrava na faixa dos vinte anos de idade.

A análise das trajetórias dos autores nos permitiu verificar que se tratavam de indivíduos bastante diferentes. Alguns deles participaram diretamente do processo de reforma do ensino, enquanto outros não tiveram oportunidade para tanto, seja por não terem vivido no período, ou por falta de documentos que comprovassem tal envolvimento. Outros, no entanto, mesmo que não tenham atuado de forma direta, como funcionários do governo, exercendo o cargo de inspetores, professores ou diretores, a adoção de seus livros para uso nas escolas os aproximou da reforma e fez com que exercessem influência.

A diversidade que marcou a trajetória dos autores nos faz pensar a respeito das diferentes influências que possam ter produzido no processo de implantação de uma reforma que se pretendia republicana e laica. Autores monarquistas ou católicos, cujas inclinações podem ser encontradas em seus livros e, mesmo assim, não deixaram de ser aprovados pelo Conselho Superior de Instrução.

Em algum momento os discursos desses autores tiveram lugar na prática cotidiana das salas de aula, exerceram influência e, dessa forma, foram de encontro ao

que havia sido projetado pela elite que planejou a reforma. Talvez isso se explique pela escassez de material didático disponível, quando as autoridades tiveram que lançar mão do que havia ao alcance. Por outro lado, não podemos deixar de considerar o prestígio social e político dos autores, que provavelmente colaborou para que tivessem suas obras publicadas, adquiridas e distribuídas pelo poder público.

Um exemplo dessa influência política e social pode ser encontrado do final da segunda edição do livro de Diogo de Vasconcelos, quando o autor redige um *Agradecimento* aos responsáveis pela publicação de seu livro na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, mesmo que ainda não tivesse sido adotado pelo Conselho Superior de Instrução:

(...) procurei publicar todo o meu escrito, mas os livreiros do Rio observaram que, sendo particularismo o interesse que o valoriza, tendente todo à história de Minas, só poderiam editá-lo se eu alcançasse do Conselho Superior da Instrução Pública do Estado a sua adoção para o ensino. (...) Nestas condições, o Sr. Dr. Francisco Valadares, com a espontaneidade natural dos grandes talentos políticos unidos aos grandes corações, apresentou à Câmara dos Deputados um projeto autorizando o Governo a mandar imprimir o meu livro, sem despesa minha, mas cedendo-lhe eu mil exemplares. (...) Escusado é lembrar a carreira feliz que esse projeto conseguiu nas duas casas do Congresso, nas quais eu mesmo não esperava, ali, da justiça, merecer tanto carinho e a exuberância de simpatias com o que me trataram. (VASCONCELOS: 1904, 418)

Autores que vivenciaram a troca do regime, em fins do século XIX, como Xavier da Veiga e Diogo de Vasconcelos, e que sempre se apresentaram como defensores da monarquia, foram contemplados com altos cargos políticos na república. Com a instalação do novo regime, ambos os autores se mostraram bastante flexíveis no trato político, simpatizando com a nova realidade, assumindo uma postura conciliadora e pacífica. Esse movimento de adaptação também pode ter colaborado para que o conhecimento histórico produzido por eles circulasse nas escolas.

No entanto, muitas vezes o prestígio social do autor não significou que sua obra fosse adotada pelo governo. A *distinta* escritora portuguesa Anna de Castro Osório teve sua solicitação recusada pelo Conselho Superior. Neste caso, o que prevaleceu foi a permanência da prescrição do programa, baseada na intenção de introduzir os alunos no conhecimento dos *pontos da história pátria, cujo conhecimento é o alicerce da nossa educação cívica*:

A distinta escritora portuguesa D. Anna Osório apresentou ao Ex. Sr. Dr. Secretário do Interior, para que fossem submetidos ao exame do Conselho Superior, dois livros de sua lavra, intitulados *A minha Pátria* e *Lendo e Aprendendo*. (...) Julga a autora que *A minha Pátria* seria bastante útil para leitura nas escolas, como nas Escolas Normais, Ginásio e Instituto João Pinheiro; que o assunto da obra, sem embargo de parecer interessar tão somente a Portugal, importa de fato às crianças do Brasil, região que o gênio, a inteligência e a constância da raça lusa fez surgir à luz da civilização; que a história do povo português, contada familiarmente, fará compreender aos nossos patrícios, principalmente aos mineiros, a glória de seus avós de além-mar. (...) Examinei minuciosamente cada um desses trabalhos, ambos os quais revelam sem dúvida o largo conhecimento que tem a autora desse misterioso segredo de tocar a alma e o sentimento das crianças, educando-as nos princípios de rigorosa moral que lhes é infundida de envolta com múltiplas outras noções de elevado alcance para a vida prática e para o convívio social.

(...) Quanto à *Minha Pátria*, lamento não descobrir na sua adoção em nossos cursos vantagens imediatas. O livro ocupa-se notadamente de Portugal: dos hábitos, costumes, lendas e tradições de seu povo; apenas em uma ou outra passagem se faz referência ao Brasil: daí a sua feição precipuamente regional. (...) É, não há negar, muito agradável a nós outros, brasileiros rever as glórias de nossos antepassados lusitanos, heróis de memoráveis feitos, cuja história, a partir do século 16º, se acha visceralmente ligada à nossa, podendo-se mesmo considera-las, uma e outra, como um todo homogêneo, até a áurea data de nossa emancipação política. Mas não nos é dado ocultar que, restrito quanto ao tempo e complexo quanto à organização, como é, o trato das outras disciplinas para o contato espiritual com o que nosso, puramente nosso.

Como, infelizmente, têm sido descurados pelos nossos escolares os fatos culminantes da nossa vida de nação independente! Quão inelutavelmente se impõe aos nossos docentes informar minuciosamente os nossos jovens compatriotas, já na digamos em tudo quanto concerne à nossa vida colonial, mas ao menos no que toca aos podromos da independência nacional, ao início do segundo reinado, à revolução mineira de 42, à lei do ventre livre, à guerra do Paraguai, à abolição da escravatura, à proclamação da república e a tantos outros pontos da história pátria, cujo conhecimento é o alicerce da nossa educação cívica! No estudo da própria história do Brasil aprendemos o que sobre Portugal mais importa saber. (trecho de parecer do Conselho Superior, reproduzido no Relatório enviado ao Presidente de Estado pelo secretário do Interior em 1912)

Independente das razões que legitimaram a escolha dos manuais didáticos, o que importa destacar é que mais uma vez fica evidente a diversidade de práticas assumidas pelos sujeitos envolvidos com a reformulação do ensino público naquele período em Minas Gerais.

O estudo dos manuais didáticos, de suas autorias e dos demais elementos que colaboraram para sua constituição nos permitiu trazer à tona mais um conjunto de indícios de que o projeto republicano para a escola pública mineira na primeira década do século XX encontrou obstáculos que nos fazem refletir a respeito de como podem ter

sido destoantes os caminhos assumidos pelos regulamentos, os discursos oficiais e as práticas cotidianas.

CAPÍTULO III

LIVROS DE HISTÓRIA EM MINAS GERAIS: TRAJETÓRIAS, FORMAS E CONTEÚDOS

Esta parte do trabalho trata da análise do conteúdo escrito e iconográfico dos manuais didáticos de História selecionados a partir da lista publicada pelo Conselho Superior de Instrução no período de implantação da Reforma João Pinheiro e de outras fontes encontradas no Fundo da Secretaria do Interior de Minas Gerais.

Como os manuais didáticos possuem uma grande variedade temática, optamos por selecionar os assuntos que nos pareceram mais pertinentes de serem investigados nesta pesquisa, seguindo, então, um roteiro de investigação. Separamos o saber histórico em duas partes: história do Brasil e história de Minas Gerais. Nas obras escolhidas para análise, apenas uma delas se refere à história nacional, de autoria de Estevam de Oliveira. Nas demais, a história local prevalece, de forma que a história do país aparece como elemento explicativo para os eventos locais.

Para ambos os casos, foram elencadas concepções comuns de análise, que se dividem em três grupos principais: periodização; sujeitos da história; representações de elementos étnicos (negro escravo e índio); história local e história nacional.

Na periodização, a concepção de tempo e espaço de cada autor é explicada quando identificamos e discutimos os marcos divisórios da história: Colônia; Monarquia; Império; República. Em relação aos sujeitos históricos, elegemos as figuras dos heróis nacionais e locais como principais referências. As representações étnicas foram reveladas quando buscamos entender as opções feitas por cada quando escreveu sobre o elemento indígena e o negro escravo.

No compêndio de história do Brasil, além dos temas mencionadas, buscamos identificar as representações sobre Minas Gerais no âmbito da história nacional.

Nos manuais de História de Minas Gerais, por sua vez, foram investigadas as estratégias de construção de uma história local preocupada em construir e afirmar o domínio econômico e político do estado no cenário nacional. A figura de Tiradentes, principal personagem da Inconfidência Mineira e herói local de maior projeção no Brasil, recebeu atenção especial, devido à sua posição de ícone da historiografia mineira. Sua construção e divulgação foram resultados do esforço empreendido pelos sujeitos envolvidos com a produção historiográfica em fins do século XIX e princípios

do século XX, especialmente nas duas instituições mais importantes: Arquivo Público Mineiro e Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Em relação à organização do texto, optamos por apresentar os livros separados, de forma que cada um deles formasse um sub-capítulo. Essa forma de escrita se explica pela opção de apresentação da história particular de cada manual, o que não seria possível fazer se optássemos pela organização a partir dos temas.

Optamos por apresentar as obras obedecendo aos seguintes critérios: em primeiro lugar, em ordem cronológica de publicação, estão os livros que não foram pensados como material didático. São aquelas obras escritas em momento anterior à Reforma João Pinheiro, trabalhos vinculados ao projeto de construção da história e da identidade mineiras em fins do século XIX e princípios do século XX. Trabalhos, esses, que foram apropriados pela elite republicana mineira e que serviram de referência para os autores das obras didáticas publicadas nos anos seguintes. Esses livros circularam nas escolas mineiras nos primeiros anos do século XX e, no caso de terem sido usados, o uso se restringiu aos professores das escolas primárias e normais, pois sua linguagem não era apropriada para crianças. São elas: *Memórias do Distrito Diamantino*, de Diogo de Vasconcelos; *Efemérides Mineiras*, de Xavier da Veiga; e *História Antiga das Minas Gerais*, de Diogo de Vasconcelos.

Em seguida, apresentamos as obras escritas com intenções didáticas. Aquelas produzidas para serem usadas pelos professores e talvez pelos alunos das escolas primárias e normais. Essas obras foram escritas sob a dupla influência das obras de referência acima citadas e do programa das disciplinas *História do Brasil* e *História de Minas Gerais*. Portanto, foram livros já pensados em conformidade com as propostas da Reforma João Pinheiro. São elas: *Geografia do Estado de Minas e noções de História do mesmo Estado*, de Francisco Lentz Araújo; *Rudimentos de História Pátria*, de Estevam de Oliveira; e *Fastos da História de Minas*, de Pedro Bernardo Guimarães.

*1 – “Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio”, de
Joaquim Felício dos Santos.*

MEMORIAS
DO
DISTRICTO DIAMANTINO
DA
COMARCA DO SERRO FRIO

(PROVINCIA DE MINAS GERAES)

PELO

Dr. J. Felício dos Santos



^c RIO DE JANEIRO

Typographia AMERICANA, rua dos Ourives n. 19

—
1868

O livro de Joaquim Felício dos Santos foi publicado pela primeira vez no Rio de Janeiro, pela Tipografia Americana, no ano de 1868. Teve diversas outras edições ao longo do século XX e seu texto se manteve inalterado em todas elas, a não ser pelas correções feitas no português arcaico e a inclusão de algumas imagens. Sua versão *primitiva*, como denomina Alexandre Eulálio, foi publicada entre janeiro de 1861 e setembro de 1862, no periódico *O Jequitinhonha*, de Diamantina. Ao mesmo tempo, era publicado pelo periódico carioca *O Diário do Rio de Janeiro*, que fez com que o Joaquim Felício se tornasse bastante popular e fosse convidado para escrever em revistas daquela cidade. Na ocasião de sua adaptação para o formato de livro, foram suprimidos alguns trechos¹⁴.

Mais de cinquenta anos depois da primeira versão em livro, em 1924, a Castilho, também do Rio de Janeiro, publicou sua segunda versão, que trouxe a novidade de um estudo biográfico escrito por Nazareth Menezes. A terceira versão apareceu em 1956, pela prensa das *Edições O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, que incrementou a obra com um índice, estudo biográfico de José Teixeira Neves, prefácio de Joaquim Ribeiro, introdução de Herberto Sales e algumas ilustrações do acervo da Biblioteca Nacional e do Arquivo Histórico Nacional. Faz parte da coleção *Brasília*. A quarta edição veio ao público vinte anos depois, pela Editora Itatiaia de Belo Horizonte, em colaboração com a Editora da Universidade de São Paulo. Esta versão suprimiu as imagens da anterior e incluiu textos introdutórios sobre a obra e sobre a vida do autor, assinados por Alexandre Eulálio. A última versão apareceu dois anos depois, sob responsabilidade conjunta da Editora Vozes de Petrópolis e do Instituto Nacional do Livro de Brasília, como parte da coleção *Dimensões do Brasil*.

O número de páginas apresentou-se irregular nas diferentes publicações, variando entre 338 e 472. Mas isso não se deve a alterações no texto, que manteve-se fiel ao original de 1868. A diferença se deve às dimensões físicas de cada versão, como o tamanho das páginas e a fonte utilizada. Além, evidentemente, da inclusão de textos introdutórios, imagens e apêndices.

A versão original foi encontrada apenas na biblioteca do Arquivo Público Mineiro e esta nos serviu de principal suporte para as análises aqui realizadas,

¹⁴ Alexandre Eulálio publicou, em forma de apêndice, as partes que foram eliminadas pelo autor quando teve que adaptar suas crônicas para o formato de livro. Encontram-se reunidas nas páginas finais da edição de 1976.

considerando que foi a única que poderia ter circulado nas escolas públicas no período da Reforma João Pinheiro.

As demais versões foram encontradas em diversos acervos e não tivemos dificuldades para acessá-las. Estão distribuídas nas escolas públicas de Belo Horizonte e de cidades do interior de Minas Gerais, em sebos, em diversas bibliotecas da UFMG, da USP, em acervos particulares etc. Entre os autores mineiros aqui investigados, Joaquim Felício foi o que mais circulou pelo estado e também fora dele. Sua obra foi a que apresentou o maior número de publicações e isso explica sua difusão.

A primeira versão possui 438 páginas, 21 x 13 cm, a capa dura não é original e o estado de conservação é o mais precário entre todos os livros analisados. A versão de 1956 possui 472 páginas e tem as mesmas dimensões físicas. Não foram encontrados registros de uso nas edições utilizadas neste trabalho.

A linguagem não é adequada para crianças e em momento algum o autor menciona que possa ter escrito pensando na instrução delas. Por isso incluímos este texto no conjunto que serviu de referência para a escrita das obras didáticas. E, portanto, se foi usado pelo público escolar, esse se resumiu ao professorado. O relatório do diretor do Grupo Escolar de Diamantina, reproduzido no primeiro capítulo deste trabalho, que mostra o diretor adotando esta obra, mesmo ela não tendo sido aprovada pelo Conselho Superior, reforça essa hipótese: o diretor afirma que foi adotado para uso dos professores.

As *memórias* de que o autor trata se iniciam em data não definida. No primeiro capítulo encontramos a referência dos *últimos anos do século XVII*, quando, segundo Joaquim Felício, foram descobertas as riquezas minerais na região da comarca do Serro Frio. A primeira data precisa aparece somente no segundo capítulo, quando o autor afirma que o primeiro ouro encontrado em Minas Gerais remonta ao ano de 1695. A data mais recente, por sua vez, aparece no último capítulo do livro: 1852, citada por ocasião da criação de uma lei pela Assembléia Geral Legislativa que versava sobre a ocupação de terras para exploração das minas de diamantes.

Portanto, o livro de Joaquim Felício traça um panorama de cento e cinquenta e sete anos de história da comarca do Serro Frio, organizados em quarenta e dois capítulos.

Sua narrativa tem como eixo central o processo de exploração das riquezas minerais na região. Essa prática atravessa toda a obra e é o fio condutor das demais tramas. A partir dela o autor constrói sua versão da história local, desde a colônia até

meados do período imperial. Assim como percebemos na obra de Diogo de Vasconcelos e Xavier da Veiga, a atividade mineradora assume *status* de elemento constitutivo da identidade do povo mineiro. Joaquim Felício, no entanto, é o que dá mais relevo a essa característica:

Precede o texto do *O Jequitinhonha* uma breve introdução com uma advertência ao leitor: seriam publicados, apenas, “alguns artigos sobre minerações” e “alguns apontamentos” para uma história local, que o autor pretendia escrever, futuramente. O principal escopo da publicação era orientar os mineiros sobre terrenos explorados, a fim de poupar-lhes despesas e trabalhos infrutíferos. (NEVES: 1956, 22)

Portanto, a idéia inicial do autor era fazer um mapeamento das regiões de exploração de pedras preciosas na comarca do Serro Frio, uma espécie de guia para as pessoas que se lançavam nesse ofício. Ao mesmo tempo, seu texto teve a função de tornar pública toda a legislação referente à extração mineral na região, desde as primeiras explorações portuguesas. Diferente das demais obras investigadas neste trabalho, sua história não começa com a chegada dos portugueses na América, os primeiros contatos com os índios ou a narração da primeira missa, mas, sim, apresentando o registro da primeira descoberta de metal precioso no solo da região do Rio Jequitinhonha, e esse é o ponto de partida da sua história.

A partir desses elementos, o autor realizou uma grande obra de denúncia dos abusos cometidos pela administração da metrópole portuguesa sobre sua colônia na América. Sua escrita foi revestida de intenções corretivas, ao mesmo tempo denunciando e apresentando formas de punição aos exploradores. De acordo com seus biógrafos Joaquim Ribeiro e Alexandre Eulálio, o texto assume essas características devido às influências da carreira jurídica do autor. Conforme vimos anteriormente neste trabalho, Joaquim Felício foi responsável pela escrita de diversas versões de um projeto de reformulação do código civil.

Assim, podemos identificar em sua obra dois grandes grupos sociais bastante distintos entre si e que, ao longo da narrativa constroem uma relação de oposição: os senhores, donos das terras e das lavras; e o povo (pobre; imigrante; negro escravo; índio) que vivia sob seu jugo, dependente, injustiçado e submisso às vontades dos seus senhores. É sobre essa diferença que Joaquim Felício realiza seu papel de denunciador e justiceiro, sempre acompanhando de perto as transformações ocorridas na legislação do período:

A opressão, que experimentavam os moradores das Minas, e principalmente a classe mais pobre, pela desigualdade e excesso com que eram fintados, para a contribuição do cômputo das arrobas de ouro, que convencionaram pagar em substituição dos quintos, determinou as disposições da lei de 11 de fevereiro de 1719, como ela mesma se expressa no seu preâmbulo. Esta lei mandou cessar a contribuição das 25 arrobas de ouro, que pagavam os povos de Minas e estabeleceu a cobrança dos quintos pelo sistema das casas de fundição; mandou que em Minas se construísse uma ou mais casas, em que se fundisse e se reduzisse a barras todo o ouro que se extraísse; proibiu que saísse para fora ouro algum em pó, podendo este somente correr dentro de Minas para as necessidades do comércio e mais transações de compra e venda, tendo o valor de 10 tostões por oitava, na razão de 22 quilates. (...) (SANTOS: 1868, 40)

O texto segue apresentando diversas outras minúcias que compunham a nova lei, que se constituíam em graves abusos da coroa portuguesa. Ao fim da descrição da lei, o parágrafo seguinte encerra o assunto:

Não eram essas providências as que os povos solicitavam; e quando o Governador D. Pedro de Almeida Portugal tratou de pôr a lei em execução houve sérias perturbações em alguns lugares de Minas, que foram o prelúdio do célebre motim do povo de Vila Rica, na noite de 28 de junho de 1720, de que não entra no nosso propósito fazer narração. (SANTOS: 1868, 41)

Os dois trechos citados acima são emblemáticos para se entender a forma de abordagem dos temas adotada pelo autor. Baseia-se na denúncia, através da apresentação de documentação oficial de ordem jurídica, vitimizando as classes desfavorecidas e culpando as classes favorecidas e o poder instituído da metrópole portuguesa através de seu julgamento particular. Diante dessas constatações, não é difícil pensar a produção e circulação desse livro se considerarmos o contexto no qual foi escrito. A política imperial de recusa ao passado colonial e denúncia das suas mazelas foi campo fértil para semelhante realização, e Joaquim Felício se inclui, dessa forma, no círculo de intelectuais que colaboraram para a legitimação do governo imperial através da história.

Entre todos os autores abordados neste trabalho, Joaquim Felício foi o que mais atenção dedicou à representação do negro escravo como personagem da história. Ele aparece em diversas passagens do livro. Logo no primeiro capítulo o autor deixou evidente seu posicionamento a respeito da prática da escravidão:

Era costume dos antigos levantarem um pelourinho, quando se fixavam em qualquer parte com intenção de fundar um arraial. Pelourinho é uma picota, que

se levanta em lugar bem público, com uma argola de ferro presa no alto, onde se amarram os escravos para serem surrados. Desgraçadamente em muitas de nossas vilas e cidades ainda se ostenta em público esse sinal de barbaria da atualidade.

(...) Os comboieiros, a pretexto de venderem escravos, facilmente obtinham licença para entrarem nas terras da Demarcação. Não se refletia, que a homens já habituados ao abominável comércio de carne humana não repugnaria qualquer outra especulação ilícita e proibida. (SANTOS: 1868, 13)

A prática da escravidão é representada como mais um elemento das mazelas do período colonial, que sobreviveu à mudança do regime e que carrega a herança daquele tempo que precisava ser eliminada. O autor se mostra em posição de defesa dos direitos que foram negados a essa parte da população:

Não confundamos também o garimpeiro com o negro fugido: este quando encontrava alguma rês no campo matava para não morrer de fome; quando se oferecia ocasião garimpava ou falcava ouro; mas seu crime não era furtar gado, ou minerar às ocultas; seu grande crime consistia em fugir do cativo. (SANTOS: 1868, 80)

Após esse trecho seguem descrições do alvará português que criminalizava a fuga do negro, escrito em 1741. Em seguida, o autor discursa contra a instituição da escravidão, rebatendo as condenações jurídicas que recaíam sobre os negros escravos, mostrando-se permanentemente em posição de defesa dessa parte da população.

No capítulo XV, o autor se refere à famosa personagem de Chica da Silva. Ela é representada como uma exceção à imagem até então veiculada do negro, sempre vitimizado pelo branco português. É uma mulher que não sofreu os inconvenientes comuns à sua etnia naquele período. Devido à sua relação com o contratador dos diamantes João Fernandes, ela foi uma negra privilegiada na sociedade do Tijuco. O autor reforçou quase todos os estereótipos que são comuns a essa personagem: sua influência que exercia no arraial, seus caprichos, a sedução que exercia sobre o amante, o gosto pelo deboche, o deslumbre pela riqueza. A única discórdia estava relacionada aos seus traços físicos:

Foi célebre essa mulher, única pessoa ante quem se curvava o orgulhoso Contratador; sua vontade era cegamente obedecida, seus mais leves ou frívolos caprichos prontamente satisfeitos. Dominadora do Tijuco, com a influência e poder do amante, fazia alarde de um luxo e grandeza, que deslumbravam as famílias mais ricas. (...) Tinha feições grosseiras, alta, corpulenta. (...) Não possuía graças, não possuía beleza, não possuía espírito, não tivera educação,

enfim não possuía atrativo algum, que pudesse justificar uma forte paixão. (SANTOS: 1868, 56)

O capítulo XXXII foi inteiramente dedicado ao famoso episódio de outro negro célebre do Tijuco: o garimpeiro Isidoro, que recusou o trabalho forçado, fugiu e organizou um grupo de negros fugidos que contrabandeavam diamantes. Foi capturado pela coroa portuguesa graças à denúncia de um dos membros de seu bando. Ao longo da narrativa, o autor se posiciona sempre a favor de Isidoro e sua trajetória é usada como mais um motivo de crítica à administração colonial. O personagem é apresentado com características de herói e mártir. É honesto, valente, forte, destemido, bom caráter, corajoso, realiza benfeitorias, protege os oprimidos, combate os opressores:

Isidoro era alto, corpulento, valente, intrépido. Sua tropa compunha-se de 50 escravos, todos aguerridos e ousados. (...) O furto constituía um dos grandes crimes desses homens, que nunca tiveram noções exatas do direito de propriedade, e só o aprenderam da lei da natureza! Respeitavam a propriedade dos brancos, que lhes haviam *roubado* – a expressão é apropriada e não a retiramos – o maior dos bens: a liberdade! (...) Foi no mês de junho de 1809 que Isidoro entrou preso no Tijuco. Era um triste espetáculo. Ainda hoje vive muita gente que o assistiu. O povo compungido dizia: “Lá vem o mártir, o homem inocente”. (SANTOS: 1868, 240)

Outro tipo de heroísmo, também relacionado ao contrabando de diamantes, é representado na figura do *garimpeiro*:

Garimpo era a mineração furtiva, clandestina do diamante, e o *garimpeiro*, o que a exercia. Já conhecemos as penas severas com que era punido o garimpo. Garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que obrigado a expatriar-se ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração se lhe tirava o único meio de subsistência, ia exercer a mineração clandestina, que julgava um direito seu, injustamente usurpado. (...) era finalmente o audaz, o intrépido e ambicioso aventureiro, que ia buscar fortuna nessa vida cheia de riscos, perigos e emoções. Não se confunda o garimpeiro com o bandido. Foragido, perseguido, sempre em luta com a sociedade, o garimpeiro só vivia do trabalho do garimpo, trabalho na verdade proibido pela lei – e era o seu único crime – mas respeitava a vida, os direitos, a propriedade de seus concidadãos. (...) nesta narração, teremos de registrar fatos de generosidade, dedicação e verdadeiro heroísmo praticados por eles. (SANTOS: 1868, 81)

Mais uma vez, o autor faz uso de um personagem da história colonial para criticar a administração portuguesa. Aqui, mais um foragido da lei é representado com pompas de herói. Joaquim Felício trabalha constantemente com esse tipo de indivíduo, que subverte as regras da metrópole, e o transforma em exemplo de conduta para toda a

população. O autor recorreu a essa estratégia diversas vezes, evidenciando e valorizando as condutas que iam de encontro às determinações da coroa portuguesa. Através delas, apresentou soluções de natureza jurídica contra a elite do período.

A história nacional, assim como a história de Minas Gerais, aparecem de forma a complementar as narrativas sobre o arraial do Tijuco. Assim como aconteceu com a revolta de Vila Rica, o autor não entra em detalhes a respeito de acontecimentos que não digam respeito ao distrito Diamantino. E, quando ele aborda esses episódios de maior abrangência, é com intenção de fornecer alguma explicação a respeito da história da comarca do Serro. Podemos usar como exemplo a narração da chegada da família real ao Brasil, em 1808, que ocupa nada mais que seis linhas do capítulo XXVII do livro:

A vinda de Câmara para o Tijuco coincidiu, com pouca diferença, com a chegada da Família Real ao Brasil. Este fato marca uma época muito importante na história brasileira, podendo-se daí tratar a nossa emancipação, e elevação do estado de colônia ao do império independente. (SANTOS: 1868, 189)

Em seguida, Joaquim Felício inicia uma longa narrativa apresentando inúmeras transformações ocorridas na comarca do Serro por ocasião da chegada da família real, que trouxe consigo mudanças nas formas de arrecadação de tributos sobre a atividade mineradora. Essa era a grande preocupação do autor, que complementa, para encerrar o tema da chegada da família real e da independência: *“O Sete de Setembro foi um fato sem importância, e quiçá prejudicial ao Brasil, porque em 1821 foi Portugal que se emancipou do Brasil, de que dependia”*.

Após o ano de 1822, podemos perceber que o autor se mostra mais otimista em sua narrativa. O evento da independência e a nova ordem política são alvos de elogios e razões para que seu texto assuma essa característica. No entanto, ele não foi condescendente com o novo regime. Em diversos trechos encontramos críticas à administração imperial, baseadas também nas novas legislações criadas. E o procedimento é o mesmo: apresentação do texto normativo, crítica ao seu conteúdo e apresentação dos sujeitos envolvidos, tanto da elite quanto do povo vitimizado.

A obra de Joaquim Felício, portanto, encerra em si características que a tornam bastante peculiar para seu período. Além de revelar aspectos de uma região pouco explorada por estudiosos até aquele momento, ela foi composta de maneira que podemos perceber diferenças com a produção histórica do período, em especial a produção dos institutos históricos:

Energicamente, e até mesmo com certo sarcasmo, contesta, discute e corrige as simplificações dos historiadores nacionais mergulhados no conformismo, a girarem no aprovado sistema planetário dos Institutos Históricos. Investe contra os “heliosistas” de um mormacento e constitucional rei-sol, chamando-os a juízo, pelo nome ou através de alusões bem claras, quando generalizam com leviandade ou perfazem afirmações superficiais. Sejam eles o grande Varnhagen ou figuras menores – Pereira da Silva ou Joaquim Norberto, Macedo e o Cônego Pinheiro. (EULÁLIO: 1976, 12)

Entre todas as obras investigadas, as características peculiares da escrita de Joaquim Felício são as que mais apresentam evidências da influência da produção historiográfica do período anterior à Reforma sobre o programa das disciplinas históricas. O item número nove do programa da disciplina *História de Minas Gerais* das escolas normais sugere: *A descoberta dos diamantes. O Tijuco: distrito diamantino. Legislação, povoamento e costumes*. É essa a essência da obra de Joaquim Felício.

2 – “*Efemérides Mineiras*”, de Xavier da Veiga.

EPHEMERIDES MINEIRAS

(1664–1897)

Colligidas, coordenadas e redigidas

POR

José Pedro Xavier da Veiga

VOLUME I

(Janeiro a Março)

OURO PRETO

IMPRESA OFFICIAL DO ESTADO DE MINAS

1897

424

A obra que apresentamos nesta parte do trabalho foi publicada pela primeira vez em 1897, pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, localizada ainda na cidade de Ouro Preto.

Outras edições vieram ao público ao longo do século XX. Em 1926, quase trinta anos após sua primeira versão, a mesma Imprensa Oficial realiza sua reedição. Não há qualquer alteração entre as duas edições, a não ser a qualidade do papel: a edição de 1926 foi impressa com papel mais resistente e não possui qualquer sinal de deterioração, enquanto na primeira edição encontramos sinais de deterioração, as páginas estão ressecadas e exigem cuidado no manuseio. As capas originais de ambas foram substituídas.

Além dessas edições, a obra recebeu mais duas. A terceira delas aconteceu em 1971 e 1972, pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A última foi publicada pelo Centro de Estudos Históricos da Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte, em 1998 e possui estudo biográfico e críticas realizados por Marta Eloísa Melgaço Neves e Edilane de Almeida Carneiro. Esta edição, diferentemente das demais, que dividiram a obra em quatro volumes, está condensada em apenas dois.

Os exemplares estão disponíveis em diversas bibliotecas e arquivos, não tivemos dificuldade para localizá-los ou para manuseá-los. Há exemplares de quase todas as edições nas bibliotecas de diversas faculdades da UFMG, na biblioteca do Arquivo Público Mineiro, na Biblioteca Nacional, em bibliotecas de escolas públicas estaduais de Belo Horizonte e de cidades do interior do estado de Minas Gerais, na Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em diversas faculdades da Universidade de São Paulo e no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). A versão aqui escolhida para análise é a de 1897, pois esta é a única que poderia ter circulado nas escolas mineiras no período de implantação da Reforma João Pinheiro. Pertence ao acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP). As demais edições foram utilizadas apenas para efeito de comparação ou para acesso a notas biográficas sobre o autor. Não encontramos registros de uso nos exemplares consultados da primeira edição.

Os quatro volumes da primeira edição possuem 23 x 15 cm. O primeiro deles possui 417 páginas, o segundo 479, o terceiro 426 e o quarto 453. Nenhum deles, em qualquer edição, possui imagens. Nas primeiras páginas, antes de iniciar o texto, o autor escreveu um *Prefácio*, onde discorre sobre o processo de escrita da obra, se desculpa

pelos possíveis erros, faz considerações a respeito da documentação histórica levantada e pesquisada e apresenta a principal finalidade que o incentivou a escrever:

Coligir dados e documentos, após demoradas leituras e pesquisas; fazer inúmeros extratos de impressos em geral pouco vulgares e de velhos manuscritos inéditos colhidos em arquivos mais ou menos desordenados; examinar, atenta e pacientemente, centenas de volumes e de códices poentos e quase ilegíveis; empenhar-me reiteradamente por informações de interesse histórico, estatístico ou biográfico; acumular quantos elementos me foi dado conseguir, úteis ao desígnio a que me propus – apurar a verdade, ir redigindo tudo sob a forma peculiar a esta espécie de trabalho e à medida que registrava definitivamente os fatos averiguados, escrupulizando sempre em dar com sinceridade aos acontecimentos, às coisas e aos homens notáveis de Minas Gerais, de quem me ocupo a feição que neles conheço pelo estudo e reflexão de muito tempo – tal foi, resumidamente, o esforço de que resultaram ao final os quatro volumes das *Efemérides Mineiras*. (VEIGA: 1897, V - VI)

Também no *Prefácio* encontramos referências a outro incentivo que o autor recebeu para escrever a obra: foi feita por encomenda do governo do Estado:

Realizei esforço mais acentuado ainda na conclusão da obra e preenchimento de várias lacunas verificadas, desde que, por decreto do atual ilustre Governo do Estado, fui honrado com a incumbência de seu preparo, nos termos do artigo 8 da lei mineira número 126, de 11 de julho de 1895. (VEIGA: 1897, V)

A lei foi assim redigida:

Ficará a cargo do diretor do arquivo a fundação e redação de uma revista periódica, editada na Imprensa Oficial, na qual publicará não só os trabalhos históricos, biográficos, topográficos, estatísticos etc., que escrever acerca dos acontecimentos, homens e coisas notáveis de Minas Gerais, como também documentos, composições literárias e memórias interessantes sobre os mesmos assuntos inéditas ou não vulgarizadas.

Em remuneração deste trabalho especial, perceberá a gratificação que o seguro arbitrar no regulamento, não excedendo a quatro contos anuais, arrecadando-se na Imprensa Oficial como renda do Estado a importância das assinaturas da referida revista.

Ao autor caberá oportunamente por essas obras, que serão editadas na Imprensa Oficial, o prêmio pecuniário que o governo entender merecido, à vista dos mesmos trabalhos e do parecer que sobre eles apresentar pessoa ou comissão idônea a quem disso incumbir o Presidente de Estado. (MINAS GERAIS. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1907)

Assim como aconteceu com Estevam de Oliveira e Diogo de Vasconcelos, podemos perceber que o autor das *Efemérides Mineiras* não encontrou dificuldades para

ter sua obra publicada e posteriormente adotada pelo Conselho Superior de Instrução. Se o pedido partiu do próprio governo, podemos afirmar que seu prestígio político foi um dos fatores determinantes para sua divulgação. Não temos informações a respeito da quantidade de volumes adquiridos e distribuído pela Secretaria do Interior naquele período, mas a julgar pela facilidade de acesso aos exemplares, entendemos que foi uma obra que circulou bastante pelo estado e também fora dele.

Ainda no *Prefácio*, Xavier da Veiga faz uma prévia apresentação dos temas que podem ser encontrados durante a leitura de sua obra. Assim, o livro se divide nos seguintes temas:

legislação, administração e história mineira - desde os primitivos tempos coloniais - a partir do registro e referências que se contêm na *efeméride* de 23 de março de 1664, a data mais antiga determinada com precisão que conhecemos relativamente à história mineira - até os nossos dias, presumo haver mencionado quanto há de verdadeira importância e de interesse evidente.

(...) Dei considerável desenvolvimento às páginas consagradas a memorar os magnos acontecimentos da história mineira, na complexidade das respectivas ocorrências, antecedentes e efeitos.

(...) Na parte estatística, compreensiva da agricultura, indústria, viação, comércio, instrução pública, imprensa periódica, população, instituições pias, de beneficência, literárias.

(...) Abri espaço também nas *Efemérides* a algumas lendas e tradições de nossa terra e de nossa história, tão encantadoras na idéia e nos episódios que memoram como no piedoso sentimento popular que as perpetua.

(...) Julguei dever igualmente registrar nesta obra outros fatos como sejam: casos de rara longevidade, curiosidades naturais, fenômenos meteorológicos etc.

(...) Frequentes e por vezes extensas são as indicações contidas nas *Efemérides* acerca de minas, mineração, ouro, diamantes e outras pedras preciosas e dos respectivos e vários tributos que, no período colonial, incidiam iníqua e pesadamente absorventes sobre os mineiros.

(...) No que pertence aos esboços e apontamentos biográficos, esforcei-me para tornar esta obra um repositório o mais completo possível de notícias de mineiros distintos, já falecidos. (...) Não limitei-me somente ao círculo das sumidades já consagradas (...) procurei ao mesmo tempo, igualmente, exumar de injusto e desconsolador olvido não só os nomes de numerosos mineiros beneméritos, mas também os de muitos outros conterrâneos esperançosos colhidos pela morte no primeiro estágio da rútila trajetória. (VEIGA: 1897, VIII - X)

Nas páginas que sucedem a apresentação dos temas há um *Indicador alfabético dos 4 volumes das Efemérides Mineiras*. Nele podemos encontrar um guia de leitura da obra, organizado em ordem alfabética. Encontram-se ali referências a todos os temas citados acima, que surpreendem pela forma minuciosa que são apresentados e pela sua diversidade, todos seguidos das respectivas datas: nomes de cidades, de vilas, de instituições, de governadores, de leis, decretos, atos, de personalidades, de famílias, de

datas memoráveis, de associações; notícias sobre o recenseamento populacional, das minas de pedras preciosas, da ascendência dos heróis, de batalhas, de sentenças contra criminosos, de congressos, dos correios, de desapropriações públicas, dos índios, de missões religiosas, de periódicos regionais, da casa da ópera, da estrada de ferro, da instrução pública, de negros conspiradores etc.

Antes de iniciar o texto, Xavier da Veiga ainda se preocupou em redigir um resumo da cronologia da história mineira, que ocupa duas páginas do livro. Nele, o autor remonta ao ano de 1553, quando ocorrem as primeiras expedições ao território mineiro, realizadas por Espinosa, Martim Carvalho e Fernandes Tourinho. Atravessa os séculos XVII, XVIII e encerra em 1897, também por ocasião da inauguração da *Cidade de Minas*, futura Belo Horizonte.

Conforme vimos anteriormente, o autor elegeu o ano de 1664 para iniciar sua narrativa, encerrando no ano de 1897, por ocasião da inauguração da nova capital do estado. Para contar esses duzentos e trinta e três anos da história de Minas Gerais, ele organizou o conhecimento histórico em uma espécie de calendário da história regional, que se inicia no primeiro dia de janeiro e se encerra no último dia de dezembro. A partir dessa organização, ele elencou os temas em ordem cronológica, que se reinicia a cada novo dia do calendário.

O primeiro volume concentra os meses de janeiro, fevereiro e março. O segundo volume os meses de abril, maio e junho. O terceiro volume os meses de julho, agosto e setembro. E o quarto volume traz os meses de outubro, novembro e dezembro. A atenção dedicada aos acontecimentos está de acordo com sua relevância para a história regional, cuja medida é ditada pelo próprio autor. Como exemplo, está dia vinte e um de abril, comemorativa da Inconfidência Mineira. Nessa data, o autor buscou o registro mais antigo de algum fato relevante ocorrido na região de Minas Gerais que, no caso, remonta a 1746 e se refere a uma carta régia enviada ao governo da Capitania para que se fizessem as honras ao bispo do Maranhão que se dirigia à cidade de Mariana para erigir o bispado e a catedral. Este acontecimento é relatado em quatro linhas. Em seguida, no ano de 1792, é a vez da narração do suplício de Tiradentes, que ocupa nada menos que sessenta páginas do segundo volume, com uma grande riqueza de informações, documentação e discussões. Em seguida, aparece o ano de 1805 e nele é narrado o episódio da morte do Dr. Antônio da Silva Leme, filho de uma senhora (cujo nome não é citado) *pertencente à antiga e importante família Paes Leme*. A narrativa ocupa duas páginas. Em seguida, no ano de 1815, o autor apresenta uma ordem dada

pelo príncipe regente ao governo da capitania para que se regularizem os trabalhos na mina de Abaeté. Em 1859, aparece a promulgação de um regulamento da instrução pública que regulamenta os círculos literários em Minas Gerais, fato, este, que é apresentado em três linhas. Nas duas linhas seguintes, no ano de 1881, o autor cita a partida da comitiva do Imperador de Ouro Preto para São João d'El Rei. E assim seguem as narrativas, em ordem cronológica, que se encerram no dia vinte e um de abril de 1894, com o relato da inauguração, pelo governo republicano mineiro, de monumento em homenagem a Tiradentes na praça principal de Ouro Preto.

Assumindo essa forma que se assemelha a um calendário ou a um diário historiográfico, o livro de Xavier da Veiga se aproxima de outras produções da mesma natureza, publicadas no mesmo período, quando, no Brasil, a exemplo de outras nações, percebemos uma tentativa do Estado em se legitimar pela história (GOMES: 1996).

São raros os trechos em que o autor se coloca no seu texto. Na grande maioria das vezes, o que ele realiza é uma simples descrição de acontecimentos e de biografias. Quando tem acesso a algum documento que narra o fato, ele se restringe à sua reprodução, conforme consta no original, sem qualquer tipo de acréscimo. Na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, logo nas primeiras páginas da primeira edição, encontramos vestígios que nos remetem às escolhas realizadas pelo autor, que explicam sua relação com uma escrita comprometida com os desígnios da documentação e que encontra ressonância nas *Efemérides*:

Esses documentos, explicando os sucessos a que se filiam, esclarecendo acontecimentos por vezes aparentemente confusos e contraditórios – são, por certo, elos de importância capital para a nossa vida coletiva, elos que cumpre examinar e estudar atentamente, para bem conhecendo-os, bem preza-los. Sem eles, - obscurecidas ou deturpadas a verdade dos fatos à feição dos interesses e das paixões, eliminadas as fontes de que emanam para a história a própria origem e a austeridade fecunda de seus conceitos – não raro careceria o investigador sincero ser iluminado, o que só alcançam gênios privilegiados. (...). Sem eles, pois, - quantos enigmas e mistérios impenetráveis nas páginas do passado! Quantos ensinamentos perdidos! (...) Velhas leis portuguesas, alvarás os decretos, cartas, ordens e provisões régias; leis do extinto Império e da República, da antiga Província e do Estado; avisos, ordens, patentes, regimentos, portarias, decretos, propostas, regulamentos (...) – procurei esmerilhar tudo e tudo mencionar com a indicação precisa das datas, invariável escrúpulo na narrativa exata dos fatos. (VEIGA: 1896, II)

Sua forma de escrita reflete o trabalho realizado no Arquivo Público Mineiro, quando se responsabilizou pela coleta, organização e publicação da documentação

pertinente à história oficial do estado. A ele coube reunir, organizar e escrever essa história, que tinha a função, entre outras, de ser exemplo de comportamento para a geração que lhe era contemporânea e para as gerações futuras:

(...) é indispensável acumular, ordenar e metodizar os elementos do processo histórico, fundamento e luz para sentenças justas de que emanem – para os beneméritos o galardão, o indulto para os que erraram bem intencionados, e a execração para os perversos. (VEIGA: 1896, IV)

Essa pretensão pedagógica da história enquanto exemplo também se encontra nas páginas do livro:

Ainda em desculpa e para atenuar as aludidas imperfeições, permitam-me lembrar aqui as circunstâncias desfavoráveis em que executei este trabalho: (...) a gélida indiferença e triste desamor com que é vulgar olharem-se as coisas, mesmo as mais edificantes, do passado, como se na seiva dele, latente mas poderosa e fecunda, não procedesse nossa vitalidade atual, que dará por sua vez vigor e luz às gerações e cometimentos do porvir. (VEIGA: 1897, VI)

As diversas efemérides históricas produzidas naquele período na América Latina e particularmente no Brasil traziam em seus conteúdos temas associados aos movimentos de emancipação política das nações e/ou de mudança do regime político, repletas de ensinamentos para as gerações que lhes foram contemporâneas:

Escritas neste contexto, essas efemérides reforçam o caráter da história e do historiador como timoneiros de povos, revelando, ainda mais uma vez, a finalidade pedagógica dos conteúdos históricos elaborados e sua função de ensinar a toda comunidade nacional os caminhos a serem percorridos, baseados numa história exata revelada por um passado supostamente comum de identidade histórica e cultural. (CARNEIRO & NEVES: 1998, 33)

Devido à forma de organização da obra, os temas encontram-se dispersos, sendo necessário recorrer ao índice para procurá-los. Na tentativa de caracterizar o negro escravo, por exemplo, recorreremos a algumas datas importantes que pudessem trazer alguma referência, como o treze de maio de 1888. No entanto, o que encontramos foram reproduções de estatísticas da população negra em Minas Gerais e no Brasil, seguidas de sentenças como: *A lei grandiosa e santa de 13 de Maio de 1888 foi a redenção abençoada para cerca de 230.000 infelizes em Minas Gerais, e para quase 800.000 no Brasil.* (VEIGA: 1897, 262). Além dessas referências, encontramos também a reprodução de diversos mandatos de buscas a negros foragidos, pedidos do Conselho

Ultramarino para que o governador da província enviasse dados sobre os negros forros. Nesses trechos não há nada além da reprodução de documentos ou de apresentação de estatísticas. Talvez o trecho mais elaborado sobre o assunto que encontramos foi a transcrição de uma ata de reunião do governo da província, em 1829, que relata os motivos que levaram as autoridades a manterem o tráfico de escravos em Minas Gerais:

(...) Foi aprovada a redação de uma proposta dirigida aos poderes legislativo e executivo nacionais, relativa ao tráfico da escravatura, proposta que constitui curioso documento histórico das idéias então infelizmente dominantes sobre a escravidão. Por isso a transcrevemos integralmente. (VEIGA: 1897, 103)

Segue, portanto, o texto da ata, na íntegra, onde o governador, usando de termos pesarosos, autorizou a manutenção do trabalho escravo na província. Ele alegou que a extinção do trabalho negro forçado resultaria em grandes perdas orçamentárias para o poder público, pois os índios se mostravam insubordinados e os projetos de incentivo à atração de mão-de-obra estrangeira ainda se encontravam bastante precários e ineficientes. Encontramos também outros registros documentais que evidenciam a condição de vítima do escravo e que culpam as autoridades pela manutenção desse tipo de trabalho. No quarto volume, está reproduzido o testamento de Chica da Silva, célebre personagem do distrito Diamantino, datado de 12/11/1770. Mesmo que o autor não use com freqüência suas próprias palavras para se pronunciar, a escolha da documentação é bastante expressiva para esclarecer seu posicionamento a respeito da prática do trabalho escravo.

Diversas vezes ele se valeu desse tipo de material para condenar os abusos cometidos pela coroa portuguesa no período colonial. E a mineração, principal atividade econômica na região naquele período, se tornou o grande alvo de extorsão dos colonizadores, e ao redor da qual gravitavam todos os demais elementos da cultura, da política e da economia locais. Assim como aconteceu na obra de Diogo de Vasconcelos, o autor usou com bastante freqüência documentação que comprovava a cobrança excessiva e impostos pela coroa portuguesa. Essa intensa aversão, verdadeira crítica odiosa à exploração colonial, se torna uma das principais denúncias do livro. E a partir dela o autor construiu e reforçou a idéia de que o mineiro, povo vitimizado pela exploração metropolitana, sempre lutou pela libertação do país e a liberdade pretendida por esse povo se tornou um verdadeiro ícone da sua produção historiográfica. Essa característica da mineiridade atravessou o tempo e permaneceu como elemento típico da

personalidade dos seus conterrâneos, ao ponto de ser possível identifica-la em momentos posteriores da história. Tornou-se traço da identidade mineira:

A rapacidade, como lição e exemplo, vinha do alto da governança, donde desciam também para as autoridades de ordens inferiores os modelos dos maiores escândalos, da libertinagem e outros abusos desbragados, como das mais ostentosas e perversas violências. O povo, o mísero povo, vegetava em trevas e opressão, imobilizado pelo terror, abafando os próprios gemidos, que o poderiam expor a novas torturas. Mas não perdera, felizmente, nem a noção da dignidade humana, nem a esperança alentadora nos destinos da Liberdade. (VEIGA: 1897, 112)

Utilizando ainda o índice como principal referência de busca no livro de Xavier da Veiga, encontramos o título *Antiguidades indígenas existentes em Minas*. Nessa parte do texto o autor, mais uma vez, se apropriou de outra produção para apresentar suas idéias a respeito da população indígena que vivia na região de Minas Gerais. A data é o primeiro de junho de 1893:

Sob esta epígrafe na presente data o engenheiro Dr. Jaime Reis dirige ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a seguinte curiosa comunicação, que se lê no tomo LVI da *Revista* dessa importante e benemérita associação: (...) (VEIGA: 1897, 319)

A partir desse enunciado, seguem três páginas de relato do engenheiro, que consistem em descrições de hábitos de uma suposta tribo indígena que existiu em Minas Gerais na região entre Ouro Preto e Diamantina. Essa é a parte do livro que mais atenção dedica à caracterização do elemento indígena. Em outros momentos, o índio aparece representado em ocasiões de combates contra os colonizadores e contra o governo imperial. Sua observação se baseia em uma série de registros encontrados naquela região durante uma viagem que realizou entre as duas cidades com intenção de prestar serviços telegráficos. Os vestígios que encontrou eram constituídos por desenhos, alojamentos em cavernas e ao ar livre, fragmentos cerâmicos, machados de pedra, além de uma fábrica de artefatos de argila:

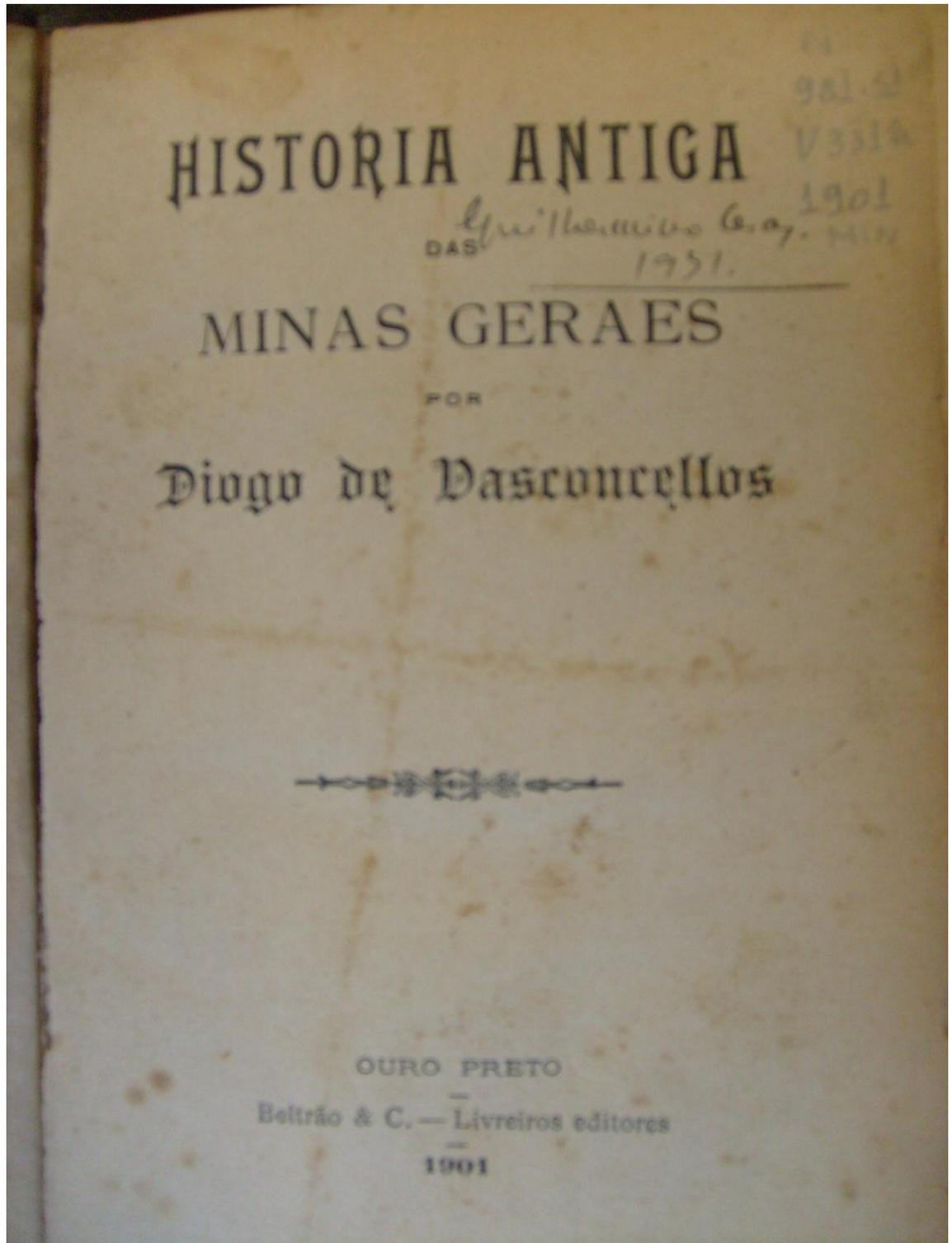
Trata-se de numerosos vestígios de uma grande tribo, que existiu no centro de Minas, vestígios que atestam um grau de cultura intelectual muito superior ao das tribos descritas pelos nossos antigos cronistas. (VEIGA: 1897, 319)

O relato do engenheiro segue apresentando minúcias do que encontrou pelo caminho, especialmente das imagens pintadas nas pedras, a partir das quais ele realizou

uma série de suposições a respeito dos hábitos dos nativos que ali viveram. Os machados encontrados, por exemplo, estavam em estado precário de conservação, sugerindo que a tribo se encontrava constantemente envolvida em batalhas. As imagens pintadas nas pedras representavam animais da região, e a precisão com que foram desenhadas era digna de um povo desenvolvido. Quanto às cerâmicas, tratavam-se de vasos funerários, que os índios utilizavam para enterrar seus mortos e, de acordo com opinião do engenheiro, eram usados para que os tatus não devorassem os corpos dos mortos, e não pela crença da ressurreição dos indivíduos.

Segundo CARNEIRO & NEVES (1998), a obra de Xavier da Veiga foi uma grande referência para sua época, tanto pelo seu conteúdo histórico quanto pelas investidas realizadas na área da antropologia regional. Ambas as áreas do conhecimento se confundem nas *Efemérides*, e trazem consigo a tarefa de construir uma identidade regional mineira, pretendida pelo novo governo republicano do estado, que estava inserida num projeto mais amplo de construção da identidade da nação brasileira formulado pelo IHGB. Isso evidencia a influência exercida pela instituição carioca sobre a produção histórica regional, que esteve concentrada no Arquivo Público Mineiro, sob orientação do autor das *Efemérides*, seu fundador e membro mais importante.

3 – “*História Antiga das Minas Gerais*”, de Diogo de Vasconcelos.



O registro de edição mais antigo da obra que analisaremos nesta parte do trabalho data de 1901, quando a Beltrão e Companhia Livreiros Editores, instalada na cidade de Ouro Preto, se responsabilizou por sua publicação. A obra teve outras diversas edições, o que sugere que seu conteúdo teve bastante circulação. Em 1904 a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais publica sua segunda edição, que, segundo o próprio autor *é muito aumentada da primeira edição, e corrigida com documentos novos* (Vasconcelos: 1904, III). A terceira edição veio ao público em 1918, também pela Imprensa Oficial de Minas Gerais. Em 1948, a Imprensa Nacional do Rio de Janeiro adquire os direitos de publicação e o livro sai em dois volumes. Quase trinta anos depois, em 1974, a Editora Itatiaia de Belo Horizonte lança novamente a obra em apenas um volume, como parte da *Coleção Biblioteca de Estudos Brasileiros*. Por fim, em 1999, a mesma Itatiaia o publica novamente, com introdução de Francisco Iglesias e nota biográfica de Basílio de Magalhães, dentro da *Coleção Reconquista do Brasil*.

Os volumes encontrados fazem parte da biblioteca do Arquivo Público Mineiro, da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa em Belo Horizonte, da biblioteca de diversas faculdades da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade de São Paulo (FFLCH e IEB) e Biblioteca Nacional.

A documentação produzida pela Secretaria do Interior no período que compreende os anos de 1908 a 1912 registra que o governo de Minas Gerais adquiriu 598 exemplares da obra e distribuiu todos para as escolas públicas naqueles mesmos anos.

O único exemplar de 1901 que foi encontrado pertence ao acervo do Arquivo Público Mineiro e, na ocasião do trabalho de campo em Belo Horizonte, a referida obra não estava acessível para consulta. Conseguimos, no entanto, permissão para fotografar algumas partes do livro. Optamos por registrar a capa e o índice, na intenção de verificar as alterações realizadas pelo autor entre as duas primeiras edições. Além disso, também nos preocupamos em recolher informações sobre os poucos vestígios de uso que se encontravam concentrados em algumas páginas. Esses vestígios se resumem a um nome escrito na folha de rosto do exemplar, *Guilhermina*, seguido do ano de 1931. Além deste, também encontramos marcações de partes do texto, feitas à lápis, todas concentradas no trecho do livro que se refere à descrição das tribos indígenas que viviam no Brasil e no território mineiro no período colonial. Esses registros se resumem a alguns rabiscos que colocam em evidência trechos dispersos do texto, às vezes

destacando algumas palavras, outras vezes destacando parágrafos, frases inteiras ou nomes próprios.

Diante da impossibilidade de acesso a essa primeira edição, escolhemos a edição de 1904 para realizar as investigações, considerando que os exemplares publicados nessa data também podem ter circulado nas salas de aula do ensino público primário. O livro possui 13 x 21 cm, 419 páginas escritas e também não traz imagens no seu interior. As folhas são de papel de seda.

A linguagem do livro evidencia que não foi produzido para ser manuseado por alunos do ensino primário. No entanto, o próprio autor deixa claro que o escreveu pensando na instrução das crianças:

Escrevendo esta *História* é bem claro que não tive somente em vista instruir alunos, senão também educa-los civicamente; pois convencido sou da influência moral que a história exerce no próprio sentimentalismo dos moços, oferecendo-lhes um inventário exato e verdadeiro do passado. (VASCONCELOS: 1904, 418)

A segunda edição da obra traz diferenças significativas se comparada à primeira. O que não se verifica nas edições seguintes, mesmo na de 1918, quando o autor ainda era vivo. Para se ter uma idéia, a edição de 1901 possuía apenas 244 páginas e seu índice contabilizava apenas 59 temas, enquanto a edição de 1904 veio acrescida de mais 65 temas reunidos no que o autor chama de *segundo livro*.

De acordo com IGLESIAS (1999), a intenção do autor era fazer uma compilação da história de Minas Gerais, dividida em três livros diferentes, intitulados *História Antiga das Minas Gerais*, *História Média das Minas Gerais* e *História Recente das Minas Gerais*. Além da primeira, o autor chegou a escrever e publicar a segunda delas, mas faleceu antes de iniciar a terceira parte. O autor assim pretendia dividir os temas: para o primeiro livro, iniciar com a narração dos descobrimentos até a instalação da Capitania de Minas Gerais separada de São Paulo; o segundo livro daria seguimento até o ano de 1785; ficaria, portanto, reservada ao terceiro livro a narração dos episódios da história de Minas a partir do evento da Inconfidência Mineira até os primeiros anos do regime republicano. Aqui o autor deixou evidente a importância da Inconfidência para o projeto de construção da história local. Na edição de 1918, ele afirmou, quando se referiu à divisão de sua obra: “ (...) o segundo livro vai até 1785, e não passará, porque

daí em diante vem raiando o episódio da Inconfidência, e esta, como fato culminante, exige maior tratamento” (Vasconcelos: 1918, 03).

Diante disso, a obra do autor aprovada e adotada pelo Conselho Superior de Instrução trata apenas do período colonial mineiro: a história nacional surge apenas quando necessária, para explicar um episódio da história local, para tornar lógica a seqüência dos acontecimentos.

O livro que investigamos agora, portanto, inicia-se com relatos referentes à chegada dos portugueses no Novo Mundo e se encerra com a separação da Capitania de Minas Gerais da Capitania de São Paulo, que, segundo o autor, aconteceu em 1720. Nesse intervalo de tempo, a narrativa segue a lógica cronológica dos acontecimentos, e toda história nacional é trabalhada na intenção de desvendar a história de Minas Gerais, principalmente através do relato das expedições de aventureiros às terras ainda não povoadas da América portuguesa. Estes relatos compõem o que o autor chamou de *Primeira Parte – Primeiras Expedições*, ocupam as sessenta primeiras páginas do livro e foram divididos em seis capítulos, cada um contendo uma série de informações sobre as primeiras expedições em direção ao interior do país. Merecem destaque as expedições de Thomé de Souza, Espinosa, Dom Vasco, Martim de Carvalho, Fernandes Tourinho, Antônio Dias Adorno, de padres jesuítas da Bahia e Espírito Santo, Fernão Dias, Borba Gato e Garcia Rodrigues. Todos, segundo o autor, desbravaram os sertões do país motivados pela promissora notícia de encontrarem pedras preciosas, estimulados pela coroa portuguesa:

Regurgitava então São Paulo de sertanistas, sendo paixão da época as grandes jornadas pelo interior do Continente. Arrebatado, pois, de entusiasmo pelo cometimento das esmeraldas. (...) Dom João IV, ao tempo de sua coroação, e mesmo em todo o reinado, achou-se tão baldo de recursos, como por ventura o seu antecessor Dom João III; e também concentrou as mais vivas esperanças no sertão do Brasil. (VASCONCELOS: 1904, 25 - 31)

Os padres jesuítas, segundo o autor, não tinham intenção de enriquecerem com as pedras preciosas. Se os servos da Companhia de Jesus se lançaram na empreitada em busca de riquezas, foi com a finalidade de realizar algumas benfeitorias. Entre elas, o pagamento da *enorme dívida de 150 mil cruzados e juros que oneravam a sua Província* (VASCONCELOS: 1904, 23). A igreja católica foi tratada com especial atenção em todo o livro. Os indivíduos que a representam, em sua maioria membros da Companhia de Jesus, se movimentam estimulados por sentimentos de caridade e

benevolência. Um exemplo disso está na relação dos padres com o elemento indígena, que é visto como selvagem que precisava ser civilizado e que a catequese poderia servir para esse propósito. Quando narra sobre a investida da igreja pelo sertão atrás de pedras preciosas, o autor afirma que ela tinha uma vantagem sobre os demais aventureiros, pois mantinha uma relação amigável com as tribos selvagens, devido a benfeitorias realizadas nas aldeias:

(...) Dispunham eles de pessoal idôneo em seus aldeamentos, índios habituados ao sertão; e, de mais, justaposto ao ódio, que os selvagens mostravam aos seculares, prevalecia o respeito, que votavam aos padres, havidos como seus amigos e protetores. Eram condições para que pudesse manter no interior do país um estabelecimento durável e proveitoso a serviço do Rei. (VASCONCELOS: 1904, 23)

Apesar de sua evidente devoção à igreja católica, e dos diversos trechos do livro que escreveu a favor dos indivíduos a ela associados, há um momento da obra em que ele criticou a atuação eclesiástica no território mineiro:

Os bispos, tendo uma posição política e exercendo muitas atribuições civis, eram quase soberanos em sua esfera. Para sustentarem a sua influência, em face da autoridade temporal, ordenavam o maior número de padres, que podiam, chegando a ponto, que criminosos protegidos por Dignidades Eclesiásticas, não raras vezes, recebiam as ordens para se livrarem da jurisdição e do foro comum. (...) Nas Minas não obedeciam os clérigos a ninguém. Isentos da jurisdição civil, não respeitavam nem ao Bispo, e os frades apóstatas não o reconheciam por seu Prelado. Daí a libertinagem e a sinomia; e apenas um haveria menos concorrente aos gozos materiais, que a riqueza e o luxo sabem engendrar. Eram negociantes, mineiros, senhores de engenho e de escravos; mas sobretudo fatores desabusados e sem peias dos contrabandos e extravios do ouro. As autoridades não toca-los, e em geral não havia quem mal os quisesse por essa conveniência de extraviarem o ouro para si e para os amigos. (VASCONCELOS: 1904, 301)

Diogo de Vasconcelos se mostrou, neste trecho, objetivo e desapegado à sua crença religiosa quando escreve essas linhas. Ele revelou como o comportamento dos clérigos se assemelhava ao de outros grupos ligados ao poder, que se preocupavam apenas em aproveitar da posição que ocupavam para enriquecerem, lançando mão até mesmo do contrabando, pois eram invulneráveis às leis. O autor tentou justificar esse comportamento expondo as condições daquele período, onde os grupos se confrontavam e viviam em constante competição. Como os padres não possuíam formação adequada para a exercerem a função, os bispos se aproveitavam para aumentar o seu número, na

intenção de fortalecerem sua influência. Dessa forma, o governo da província proibiu as ordenações e o padre não podia passar com facilidade da condição de secular para a de regular. É essa condição eclesiástica que o autor critica no livro. De acordo com seu texto e com a documentação que apresenta, o padre apareceu como um indivíduo aventureiro que não respeitava os chamados bons costumes nem a autoridade constituída.

O elemento indígena recebeu especial atenção no interior da narrativa. Ele ocupou vinte e uma páginas do que o autor denomina como a *Segunda Parte da Origem Histórica das Minas Gerais*. O índio apareceu em outros momentos do texto, especialmente nos episódios de combates com os desbravadores do continente. Mas esta parte do texto foi inteiramente dedicada a ele, onde o autor realizou a caracterização de diversas tribos. É interessante sua tentativa de realizar um levantamento dos primórdios da ocupação da América portuguesa, remontando a um passado longínquo, onde os registros de ocupação se confundem com lendas que o autor funde com crenças católicas:

A presença, porém, dos indígenas encerra um problema insondável e tem mistérios que a própria imaginação desiste de perscrutar. A Serra de São Thomé das Letras, por exemplo, os colonos assim a denominaram por encontrarem nela uma pedra cheia de cifras e tão perfeitas que se atribuíram ao Apóstolo, graças à lenda espalhada entre os mesmos índios que em tempos remotos um varão extraordinário andou pelos sertões pregando doutrinas e praticando virtudes. (VASCONCELOS: 1904, 234)

Diante da dificuldade de explicação do processo de ocupação do continente pelos primeiros habitantes, o autor encerrou esse tema atribuindo a culpa da falta de civilidade dos índios aos empecilhos impostos pela natureza, tanto num passado remoto quando houve a recorrência de supostas missões civilizatórias no território, quanto no período de ocupação portuguesa:

Como quer, porém, que seja, o fato é que esses germens não conseguiram forçar o meio, e foram lampejos efêmeros de inteligências naufragadas no peço enorme da barbaria primitiva. A massa indígena embrutecida pela própria natureza: e esta natureza também, a mais gigante do mundo, que resistiu à toda tentativa, foram obstáculos, que só uma civilização aparelhada em ponto conseguiria debelar. (VASCONCELOS: 1904, 66)

O autor afirmava que havia uma grande comunidade indígena, que sobreviveu ao grande *dilúvio*, que habitava outros continentes e ao longo do tempo se deslocou para

o continente americano. E que, após sucessivas guerras para assegurar a sobrevivência e vencer os obstáculos da natureza, esse grande agrupamento se dissolveu e originou outras diferentes nações indígenas. A primeira delas a se destacar foi a *Tupi*. E a partir desta, o autor realizou uma descrição do processo de ocupação do território pelas demais que a sucederam: a nação *Goiá*, a *Guarany*, a *Tupiná*, a *Tapajó*, a *Cataguá* e a *Tamoio*.

Na tentativa de caracterizar o modo de vida das diferentes nações, o autor relatou a condição de escrava da mulher naquelas culturas, que, segundo ele, era comum em toda cultura bárbara: ela era responsável pelo trabalho pesado, submetida a práticas grosseiras dentro das tribos, como a *operação estúpida para se lhes dilatarem as tetas para darem aos filhos carregados nas costas* (VASCONCELOS: 1904, 68). A antropofagia foi citada diversas vezes, e recebe *status* de hábito demoníaco, desprovido de humanidade. O autor apresenta os costumes indígenas com certa homogeneidade e a diferença entre as tribos estava no nível de violência praticada: umas eram mais pacíficas, outras menos. E a referência que ele usou foi a condição de submissão ao colonizador.

Apesar do índio às vezes ser apresentado como sinônimo de força, valentia e resistência, em nenhum momento o autor o legitimou como componente de formação da identidade brasileira. Sua imagem esteve sempre associada às guerras entre as tribos, às batalhas contra os colonizadores, aos empecilhos para a difusão da civilidade e da fé católica, aos maus hábitos, à barbárie, à brutalidade. Mesmo no momento em que foram narrados os massacres contra as nações indígenas, a dizimação de tribos inteiras, o autor não abriu espaço para pensar a condição de vítima do elemento nativo, submetido à invasão violenta do colonizador europeu. É como se essa invasão se legitimasse pela história, afinal para alcançar a condição ideal de civilidade que era contemporânea a ele, não havia outra alternativa: a permanência daqueles hábitos de vida não seria compatível com os projetos de civilidade que deveriam ser executados no Novo Mundo.

Ao longo da narrativa podemos encontrar poucas referências ao negro escravo. Ele está quase sempre acompanhando as representações negativas do elemento indígena. Quando o autor se referiu às mazelas e à precariedade de algumas regiões do território mineiro naquele período, muitas vezes essas condições estavam associadas à presença do índio. Mas o negro escravo também foi responsabilizado pela manutenção da situação e percebemos que o tratamento dispensado a ambos, negro e índio, foi quase sempre homogêneo, não havendo diferenças significativas: são desordeiros, primitivos,

pagãos, violentos, bárbaros, pouco afeitos à domesticação. Portanto, a eles foi atribuída a culpa pela ineficiência administrativa da colônia. Foram, sobretudo, empecilhos para o desenvolvimento da civilização e, como tais, foram representados num mesmo conjunto de elementos perniciosos, verdadeiros entraves para o crescimento do Brasil. No trecho inicial que o autor tratou de alguns motins ocorridos no princípio de século XVIII, encontramos a seguinte passagem:

O indivíduo na infância é ver um, ver todos. Os povos nascentes, também como as crianças, não diferem entre si. As Minas Gerais, porém, não tiveram infância. Nasceram como a Deusa de Atenas, já feitas e armadas. O povoamento se fez com gente passando por todos os estágios de civilização, desde o elemento bárbaro dos índios e africanos, até os mais esclarecidos letrados desse tempo. (VASCONCELOS: 1904, 296)

O negro também apareceu em outro trecho do livro, quando Diogo de Vasconcelos se preocupou em relatar alguns motins e insurreições ocorridos nos primeiros anos do século XVIII. Entre esses eventos, encontra-se uma tentativa de levante organizada por negros, que o autor intitulou *insurreição de escravos*. Antes de iniciar a narração do episódio, ele apresentou algumas razões que levaram os escravos a se organizarem. Entre essas razões, encontramos os maus tratos a que foram submetidos, o grande número de negros em relação aos brancos e as ameaças de decretos que pudessem aumentar a punição para os negros foragidos. Além dessas razões, o autor afirmou que foi necessária a atuação de negros *esclarecidos* no comando das revoltas: de acordo com suas palavras, nem todos os negros chegavam da África em completo estado de boçalidade:

Mas, se assim foi que da África se transplantaram tribos e nações inteiras, e que em muitos casos se cativavam indivíduos, já ensaiados em civilidades nas feitorias ou colônias, não admira que viessem aqui parar no meio de tantos alguns menos boçais, e outros mesmo capazes de certa ordem de idéias sugeridas pelos instintos da liberdade e desenvolvidas pela força do desespero. (VASCONCELOS: 1904, 325)

O autor justificou a escravidão pela necessidade de realização de trabalho pesado na colônia. Ao mesmo tempo que aproxima a imagem do rei de Portugal aos santos católicos, ele o absolve da culpa por permitir o tráfico de escravos no território americano, pois o rei decretou que fossem todos os negros batizados antes de embarcarem para a América ou quando chegassem aqui:

Não podia Sua Majestade proibir o tráfico; eis que a escravaria se impunha à necessidade das colônias; ordenava que se não facilitasse a liberdade dos negros. A escravidão dos negros justificava-se santamente pela sentença bíblica de Cam. Não tinha, portanto, remédio. Mas ao menos queria o bom Rei que se salvassem e fossem para o céu, já que podia disputar à morte esta alforria de Deus! (VASCONCELOS: 1904, 325)

O único momento que o negro escravo é representado como sujeito portador de boas qualidades, capaz de exercer atividades que o diferencia da sua condição primitiva, dotado de bons sentimentos e digno de consideração pelo branco colonizador é durante a narração do famoso episódio do escravo da antiga Vila Rica conhecido por Chico Rei:

Na massa africana, porém, nem todos aqui chegavam, como se pode pensar no estado bestial de semi-selvagens. Os salteadores apreendiam ou compravam na África tribos e nações inteiras, gente de vários graus de sociabilidade, embora rudimentar; e além de muitos exemplos para prova-lo, tivemos o que deu lugar à lenda tão bizarra, quão verdadeiramente poética do Chico Rei, que dominou Vila Rica. Esta figura nobre de um preto, cuja vida acidentada aqui finalizou, imensa de luz derrama aos painéis daquela sombria época. (VASCONCELOS: 1904, 322)

Outra parte do texto que mereceu destaque e ocupou parte significativa do livro é aquela que o autor intitulou *Famílias Fundadoras*, constante na *Terceira Parte das Origens Históricas das Minas Gerais*. A intenção do autor foi apresentar ao leitor algumas referências a respeito do início do povoamento nas regiões mais desenvolvidas do território mineiro antes da criação da nova província. Partindo de uma prévia seleção que priorizou o nome da localidade, ele narrou a trajetória de famílias importantes que se instalaram na região e que, segundo o autor, foram responsáveis pelo início do seu povoamento. Em meio às narrativas, ele fez referência à suposta manutenção de uma certa pureza racial no território onde hoje se encontra o estado de Minas Gerais, não atentando para as possibilidades de miscigenação, a despeito da forte presença do negro, do índio e de indivíduos oriundos de países da Europa em busca de enriquecimento rápido:

É fato particular de Minas, que pela sua posição no interior das terras, tendo-se povoado do centro para as extremidades, constituiu-se independente de massas xenogênicas, e se multiplicou à custa do próprio atavismo, razão pela qual unidade étnica preenche o fenômeno, como em nenhuma outra província, de uma tal soma de sangue afim, que bem se pode dizer a maior de toda a América. Concorrendo as primeiras famílias para se instalarem em poucos lugares, o parentesco insistiu na formação das segundas, e o entrelaçamento deste modo

ampliou-se. Daí a razão porque apenas uma casta existe que em mais ou menos próximo grau não seja consangüínea das outras. (VASCONCELOS: 1904, 183)

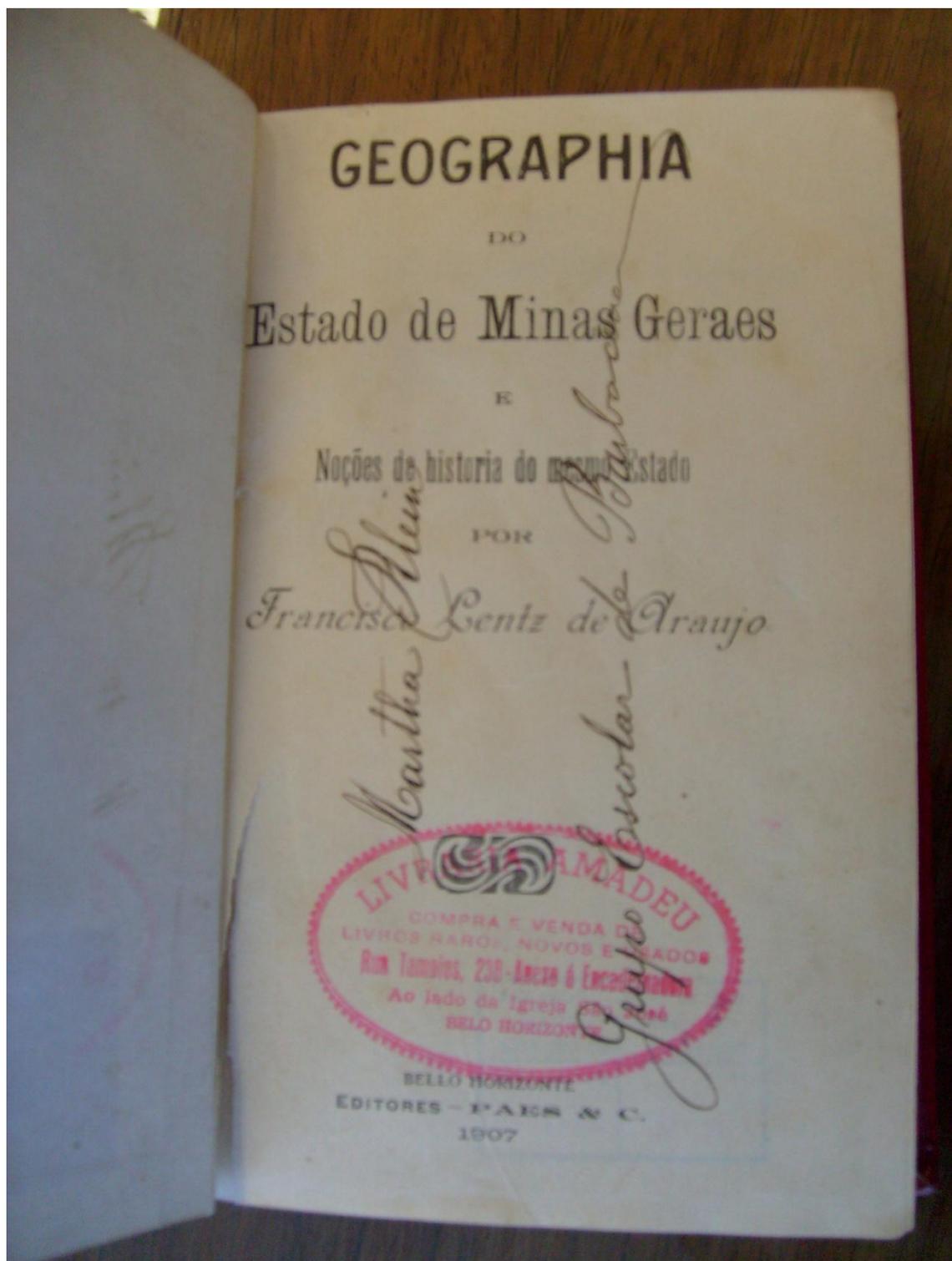
A partir dessas evidências, podemos notar que o autor reforçou uma série de imagens estereotipadas pertencentes ao imaginário coletivo, produzidas ainda no período colonial brasileiro, sobretudo pelo olhar diferenciador dos viajantes europeus que circularam pela América portuguesa. Discursos, esses, que, segundo VAZ (1999), atravessaram os séculos seguintes à dominação portuguesa e influenciaram as produções de textos ao longo do século XIX. A partir do uso dessas imagens, o autor instituiu em sua obra uma relação de dominação legitimada pela idéia de superioridade racial do branco sobre as demais etnias do Novo Mundo. A diferença entre as raças assumiu uma forma binária e oposta, onde a civilidade (branco) se contrapõe à selvageria (negro/índio): a cultura do branco é organizada, ele tem discernimento, sabedoria, governo instituído, ciência e religião. Por outro lado, o índio e o negro se deixam levar pelos instintos, são irracionais, não têm leis que regem a vida social, são politeístas, poligâmicos e pagãos.

Outro tema que parece caro à obra de Diogo de Vasconcelos, que é recorrente em todos os momentos, mas sobretudo nas últimas páginas, é a preocupação em representar as figuras de relevo do período colonial que passaram pelo território mineiro ou que ali viveram. Quando lemos o índice da obra, podemos perceber que a maior parte do texto foi dedicada à apresentação de personagens importantes para a história regional. Todos eles são personalidades de projeção nacional, pois estão associados às narrativas das primeiras investidas dos aventureiros de outras províncias na região de Minas Gerais, quando esta ainda estava ligada à de São Paulo. Entre esses nomes, mereceram destaque Thomé de Souza, Espinosa, Fernão Dias, Borba Gato, Antônio Duas e os padres jesuítas Manoel da Nóbrega e João Navarro. Esses homens estão representados no texto com algumas características comuns que os investem de certo heroísmo. Eles são fortes, destemidos, emocionalmente equilibrados, responsáveis, religiosos, obedientes ao rei e corajosos. Além disso, alguns morreram realizando causas nobres, como nas batalhas contra os índios no momento de colonização do território. Esses homens ilustres, por todas as suas qualidades, são investidos de autoridade para lidar com as mazelas do país, combatendo os indivíduos responsáveis por elas.

Dessa forma, segundo Francisco Iglesias, Diogo de Vasconcelos insere sua obra no conjunto de outras que estavam interessadas em evidenciar as peculiaridades regionais, dentro da problemática da afirmação de identidades locais, mas que não perdiam de vista o projeto maior de construção de uma unidade nacional:

O papel atribuído aos Estados pelo novo regime nega a centralização do Império e a atenção às peculiaridades locais atende ao velho anseio, que se manifesta em lutas durante o período monárquico. A mudança de regime político tem mesmo nessa aspiração de autonomia das regiões um de seus fatores decisivos. A obra de Diogo de Vasconcelos inscreve-se na linha geral da época de interesse pelas diferentes partes, teoricamente consagrado pelo federalismo na ordem política da República. (IGLESIAS: 1999, 13)

4 – “Geografia do Estado de Minas e noções de História do mesmo Estado”,
de Francisco Lentz Araújo.



O livro que investigamos nesta parte do trabalho foi publicado pela primeira vez no ano de 1907, pela Editora Paes e Cia., de Belo Horizonte. Não encontramos informações a respeito de outras reimpressões, portanto não podemos afirmar se a obra teve outras versões.

Foram encontrados dois exemplares, um deles na *Coleção Mineiriana* da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em Belo Horizonte. O outro está no acervo da Biblioteca do Livro Didático da FEUSP. Nenhum deles possui a capa original e o estado de conservação das páginas é muito bom. No período aqui estudado, a Secretaria do Interior adquiriu 4.046 exemplares e distribuiu 728 às escolas públicas. Tem 12 x 17 cm, não possui imagens no corpo do texto.

O livro possui 437 páginas, sendo que apenas uma pequena parte é dedicada ao conhecimento histórico: as 389 primeiras páginas são dedicadas, conforme o título anuncia, ao ensino da Geografia do estado de Minas Gerais.

Encontramos nas primeiras páginas o relatório de um dos membros do Conselho Superior de Instrução, que registrou suas impressões a respeito da qualidade da obra. Em seguida, está reproduzido o parecer final do mesmo Conselho, redigido por todos os seus membros. Valem destacar os seguintes trechos:

A obra do Sr. Francisco Lentz Araújo é um trabalho que merece atenção do Conselho Superior de Instrução pela importância do assunto e pela necessidade que o Estado de Minas tem de uma obra desse gênero.

(...) O Conselho Superior de Instrução Pública, reunido em sessão de 11 de maio de 1907, aprova a obra do Sr. Francisco Lentz Araújo, julgando esse trabalho o melhor que temos tido em relação à matéria nele tratada e de urgente necessidade a sua adoção nas escolas primárias do Estado, principalmente como livro de consulta aos professores.

(...) Falta ao livro a metodização que o programa primário da reforma do ensino deu a essa disciplina; mas os professores terão nele os elementos necessários para essas lições. (ARAÚJO: 1907, 04)

Os fragmentos acima nos permitem afirmar, mais uma vez, que as escolhas dos manuais eram realizadas muitas vezes de acordo com a disponibilidade das obras. A urgência com que os membros do Conselho solicitam sua adoção e a falta de obras do gênero sobre Minas Gerais são apresentadas como motivos para que o governo o adquirisse, mesmo que não estivesse plenamente de acordo com o programa das disciplinas.

Encontramos um documento escrito pelo autor, enviado à Secretaria do Interior, onde ele apresenta as qualidades do livro e as vantagens de aquisição para o governo.

Entre as razões alegadas, encontra-se uma tentativa de acordo a respeito do valor de cada volume. O autor se dispôs a diminuir o valor de forma considerável, de acordo com a quantidade requisitada pelo governo. Essa estratégia também explica a opção do poder instituído pela sua compra e distribuição.

O texto foi elaborado com uma linguagem simples, mas traz evidências de que não foi pensado para ser lido pelos alunos do ensino primário. Em alguns trechos, encontramos sugestões de como o texto deveria ser apresentado às crianças.

Foi encontrado um registro de uso no exemplar da coleção *Mineiriana*, na folha de rosto, que se resume às seguintes palavras: *Martha Klein, Grupo Escolar de Barbacena*. Não há registro de data.

O conteúdo histórico do livro se inicia com o seguinte título: *Breves noções de história de Minas Gerais*. Foi dividido em vinte e duas partes, que não possuem título. Em cada uma delas há vários assuntos abordados, de forma bastante superficial e resumida. Inicia-se com a narração do episódio da chegada dos portugueses na América, a fundação de cidades no litoral, a divisão das primeiras capitanias. Aqui começa a história de Minas Gerais, quando ainda era capitania anexa ao Rio de Janeiro e São Paulo. Seguem narrativas dos primeiros aventureiros pelo interior, atrás de pedras preciosas, e os mesmos nomes se repetem, na qualidade de heróis daquele tempo: Mem de Sá, Thomé de Souza, Antônio Dias, Fernandes Tourinho, Fernão Dias, entre outros. Passa pelo período imperial, com dedicação especial a alguns acontecimentos e personagens expressivos. Encerra-se com a implantação do regime republicano e a participação de Minas Gerais nesse processo.

Assim como aconteceu com a obra de Estevam de Oliveira, o livro de Francisco Lentz Araújo apresenta vestígios de influência direta das autoridades reformistas na sua elaboração. Em um trecho denominado *Ao leitor*, podemos ler:

Preciso se faz render o devido preito ao ilustre Secretário do Interior do atual governo, Exmo. Dr. Carvalho Britto, o remodelador da instrução pública de Minas, pelos proveitosos conselhos ministrados ao autor, que ao tribunal da instrução – Conselho Superior – deve ainda a fineza dos conceitos expendidos sobre o livro. (ARAÚJO: 1907, 05)

Portanto, mais uma vez podemos afirmar que o ensino de História adquiriu importância no processo de reformulação do ensino, assumindo posição privilegiada junto a outras disciplinas do currículo. E podemos também reconhecer o papel do autor como sujeito envolvido em diferentes momentos de implantação da Reforma João

Pinheiro: no lugar de professor da escola normal, formando outros profissionais que atuaram na escola primária; escritor de obras didáticas que, conforme vimos anteriormente tiveram participação fundamental como instrumentos de organização da nova forma escolar; inspetor do ensino, categoria profissional responsável pela conexão entre a Secretaria do Interior e as salas de aula e, por isso, agente também produtor da escola naquele período.

O índio é representado de forma bastante superficial na obra de Francisco Lentz. Aparece somente no meio das narrativas de grupos de aventureiro em busca de pedras preciosas. Não há qualquer tentativa de caracterização do *gentio*. No entanto, a partir do uso de algumas expressões pelo autor, é possível identificar a reprodução de valores presentes nos livros analisados anteriormente. Em outras palavras, o índio não é personagem, não é sujeito histórico, não possui trajetória, não oferece elementos que construam narrativas. Sua atuação está limitada aos espaços cedidos pela elite branca. É representado como entrave à disseminação da civilização, que por isso teve que ser catequizado, domesticado, escravizado e exterminado:

Foi a Bahia, pela sua posição, escolhida para sede do governo geral. De lá deveria o governador geral atender a todas as necessidades das capitanias, repelindo ou civilizando o gentio e provendo a defesa do território em caso de agressão estrangeira. E, apesar da insignificância dos recursos de que podiam lançar mão, não tiveram pouco que fazer em um e outro sentido. (ARAÚJO: 1907, 395)

Por outro lado, ele também é uma espécie de extensão da elite branca, nos momentos que esta faz uso de sua força para combater diferentes etnias:

A notícia dessa expedição, levada a efeito por 12 homens, resolutos e alguns indígenas, no ano de 1552 ou 1553, foi deixado pelo jesuíta padre Navarro, que dela fazia parte, em uma carta impressa em 1555. por ela se vê que andaram por entre matas e pântanos, atravessando rios e serras, donde baixaram até as margens do São Francisco, onde fizeram umas canoas, nas quais se lançaram ao rio. (ARAÚJO: 1907, 398)

Mas o elemento indígena também é vítima da exploração do branco, quando sujeito à escravidão:

Desde o ano de 1504 se declarara em Castela legítimo o cativo dos canibais; no Brasil os jesuítas Nóbrega e Anchieta eram partidários da mesma doutrina, chegando aquele a escrever ao governador geral, Thomé de Souza: “Enquanto o gentio não for senhoreado por guerra e sujeito, como fazem os castelhanos nas

terras que conquistam e se o deixam em liberdade e à vontade, como é gente brutal, nada se faz com ele, como vimos em todo esse tempo que com ele tratamos, com muito trabalho, sem nele tirarmos mais fruto que poucas algumas inocentes que aos céus mandamos”. Baseados em tais pareceres os colonos entraram a prender e a escravizar indígenas, organizando para tal fim *bandeiras*, que se embrenhavam para o interior e que apesar de serem feitas com o intuito principal de *resgatar* escravos, não deixavam de ser exploradoras. (...) Tal foi o número de cativos, que os bandeirantes fizeram no espaço de 25 anos (1614-1639), que os jesuítas os avaliaram em 300.000! e alguns procederam de modo tal, vendendo, como vil mercadoria, os cativos em mercado do Rio de Janeiro. (ARAÚJO: 1907, 396)

A crítica à escravidão não se estendeu aos negros, e podemos perceber isso nos raros momentos em que o negro escravo apareceu no livro. Para ser exato, duas vezes, ocupando dois pequenos parágrafos. Um deles faz parte do capítulo XVIII, e se refere a um levante de quilombolas ocorrido em 1756:

Em 1756 reuniram-se em grande número escravos foragidos e planejaram, para reconquistar sua perdida liberdade, dar a morte a todos os homens brancos e de cor que caíssem ao seu alcance. Contra esse formidável *quilombo*, cuja sede era grande parte da região compreendida entre os rios Grande e das Mortes, foi mandado por José Antônio Freire de Andrade, governador interino, o intrépido paulista Bartolomeu Bueno do Prado, que fez nos infelizes negros tão grande mortandade que deles foram contados 3.900 cadáveres! (ARAÚJO: 1907, 424)

O outro momento que o negro aparece é no último capítulo do livro, por ocasião do evento da Lei Áurea:

Em 1888 a princesa imperial, regente na ausência do imperador, sancionou a áurea lei de 13 de maio, que declarou extinta a escravidão no Brasil. Limpou-se assim a negra mancha que maculava o nosso glorioso pendão e manifestou-se aos olhos do mundo civilizado o caráter generoso e benevolente da maioria do povo brasileiro. (ARAÚJO: 1907, 435)

Podemos notar que a abolição do trabalho escravo foi entendido como um ato de benevolência do povo brasileiro, sugerindo que o trabalho forçado pudesse se justificar por alguma razão. Semelhante afirmação também nos faz pensar que o elemento negro não era considerado parte constituinte do *povo brasileiro*. Assim, mesmo diante das críticas aos maus tratos sofridos pelos negros, em nenhum momento o autor se mostrou contrário à prática da escravidão.

A maior parte da obra é dedicada à narração de episódios de aventureiros em busca de pedras preciosas na região do território português onde seria criada a capitania de Minas Gerais. Para ser mais exato, essas narrativas ocupam dezoito dos vinte e dois

capítulos e somente se encerram quando a capitania é separada de São Paulo, em 1720. Portanto, o livro é quase todo dedicado ao período colonial. O império se inicia já na página 430 e foi reduzido em apenas cinco páginas. Com as seguintes palavras o autor encerrou e se pronunciou sobre o período colonial:

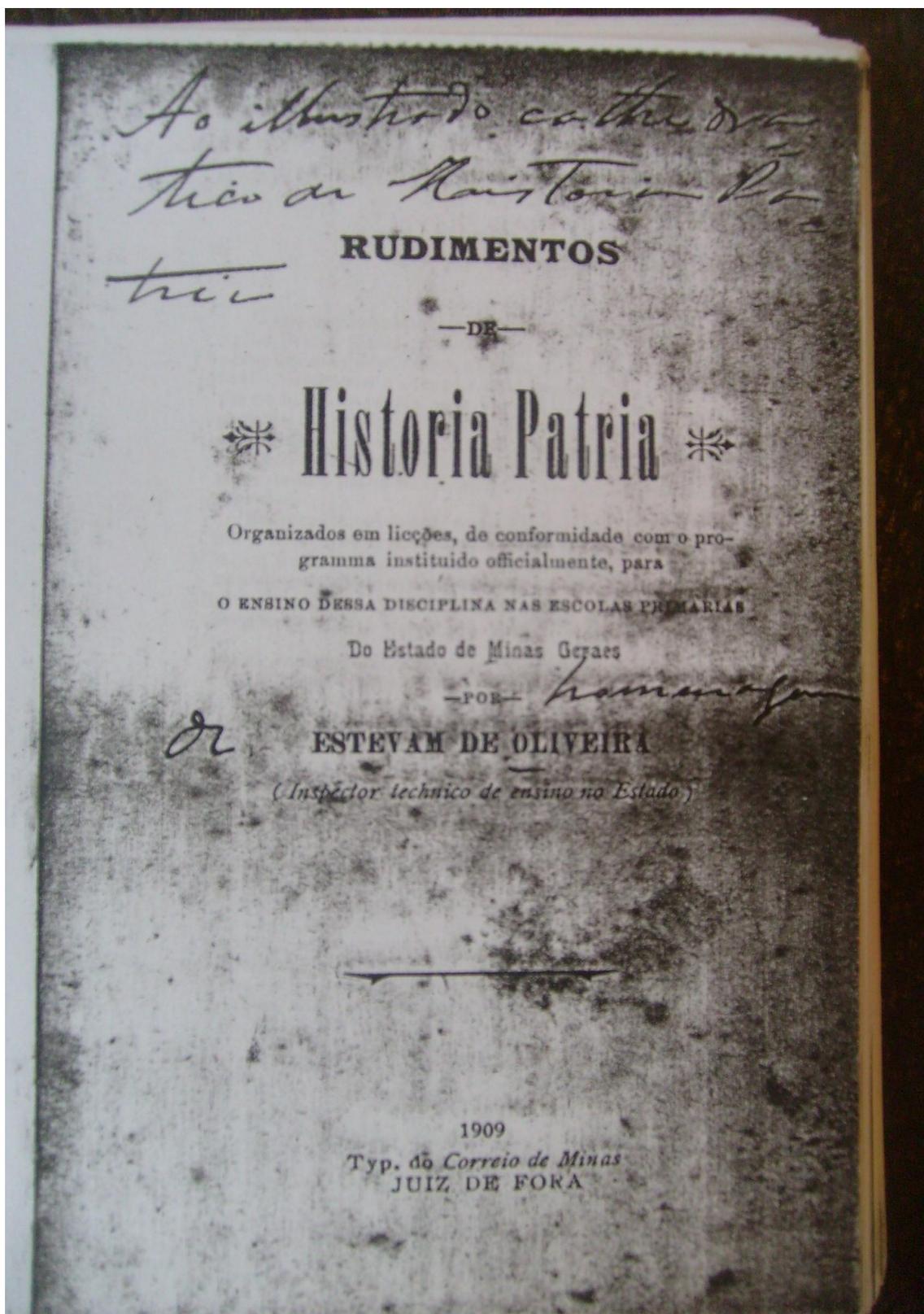
Aqui termina o ciclo dos governadores capitães-mores. Elevada a categoria da administração de Minas, eleva-se também sua importância política. O estudo de sua existência como província do reino e do império não apresenta mais o cunho bárbaro dos ominosos tempos coloniais; o evoluir do século, a transformação das ciências, o progresso das artes, a reforma dos costumes, uma compreensão mais nítida dos deveres e direitos de cidadãos, tornam Minas uma das mais importantes divisões do país. (ARAÚJO: 1907, 430)

A história do Brasil foi abordada paralelamente à história local, em forma de apêndice. Os acontecimentos de abrangência nacional estão presentes para explicar a história local e toda sua narrativa se encontra ao redor da órbita do eixo central, que é Minas Gerais. Como exemplo, está o alvará português que proibiu a produção de manufaturas no país, em 1785. Esse episódio foi citado para, em seguida, ser apresentado como uma das razões que levaram os inconfidentes a se organizarem no movimento que se encerrou em 1792. Na última página do texto, encontramos um trecho que reforça essa idéia: “*É com esses predicados que Minas Gerais se apresenta nos umbrais da história pátria reclamando o seu quinhão nos louros conquistados*” (ARAÚJO: 1907, 437).

A forma resumida e superficial da escrita fica mais evidente quando o autor abordou a Inconfidência Mineira. Ao contrário das demais obras analisadas, o evento ocupou apenas uma página e não recebeu a atenção que lhe foi dedicada nas outras. Não foi o principal evento da história do Brasil, não provocou repercussões a longo prazo, não foi o precursor da independência e nem da república: a responsabilidade pela independência foi delegada à transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, “*a monarquia portuguesa, aportando às plagas brasileiras, trouxe ao povo maiores vexames assim como o gérmen fecundo da independência nacional*” (ARAÚJO: 1907, 429); enquanto a república foi resultado “*natural*” da trajetória da nação, espécie de destino ao qual “*viu assim realizada sua secular aspiração*” (ARAÚJO: 1907, 436). Tiradentes não foi apresentado como o grande herói da nação e sua morte não foi dramatizada. O autor se restringe à narração simples dos fatos, sem realizar julgamentos ou elevar à categoria de grande momento da história nacional.

O livro se encerra com a instalação da república, evento este que ocupa duas páginas. O autor delega a responsabilidade do movimento ao exército e à armada nacionais, que agiram para cumprir a vontade do povo. Uma revolução pacífica, onde “*as flores substituíram as balas no próprio campo de batalha*” (ARAÚJO: 1907, 436).

5- "Rudimentos de História Pátria", Estevam de Oliveira.



O livro de Estevam de Oliveira foi publicado pela primeira vez no ano de 1909, pela Tipografia do *Correio de Minas*, periódico da cidade de Juiz de Fora, localizada na circunscrição literária onde o inspetor atuava. Foram encontrados três exemplares desse manual, todos pertencentes à mesma edição, o que não nos permitiu realizar afirmações a respeito de outras possíveis edições. Foi encontrado em um sebo na cidade de Belo Horizonte, em condições precárias de conservação. Os outros dois exemplares fazem parte do acervo da *Coleção Mineiriana* da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em Belo Horizonte, e da biblioteca do Arquivo Público Mineiro.

Sobre suas características físicas, o livro possui 258 páginas escritas, sem informações iconográficas. Tem 13 x 21 cm. Não sabemos se os exemplares encontrados mantiveram as capas originais. O restante das folhas é composto de papel comum, bastante degradado pelo tempo. A folha de rosto, conforme podemos observar na figura acima, possui uma dedicatória, feita pelo autor, a um *Ilustrado catedrático de História Pátria*, sem data definida. Além desse registro de uso, também encontramos no início do *Prefácio* o nome de *Augusto F. Magalhães*, escrito à mão, datado no Rio de Janeiro em 16/11/1918. Esses são os únicos registros de uso encontrados em todo o volume.

O livro seguiu à risca o programa da disciplina *História do Brasil* para o ensino público primário. Foi dividido em quatro grandes partes, correspondentes aos quatro anos do ensino primário. Cada ano foi subdividido em dois semestres que, por suas vezes, sofreram novas divisões, de acordo com o número de lições que lhes era correspondente. No início de cada ano escolar, há um *sumário* das lições, que nada mais é do que a reprodução do programa da disciplina, conforme explicitamos no capítulo anterior deste trabalho. A única diferença do programa oficial foi justificada pelo próprio autor logo na primeira página do texto:

Não podem figurar neste livrinho didático as lições relativas ao primeiro semestre do primeiro ano, porque o estudo de história pátria nas escolas primárias deve começar pela história da sede escolar, durante aquele período. (OLIVEIRA: 1909, 03)

O livro possui uma linguagem simples, sugerindo que o texto possa ter sido produzido para ser lido diretamente pelas crianças. No entanto, no próprio corpo do texto, há inúmeras recomendações feitas pelo autor dirigidas aos professores, espécie de

roteiro de leitura para que esses profissionais se orientassem no momento de *traduzir* o texto para os alunos:

Escritas estas lições para serem transmitidas oralmente pelos professores às crianças que mal começam a ler pequenos capítulos de historietas, só devem ser redigidas em linguagem que elas entendam, despida de roupagem erudita. Os senhores professores, ao exporem aos seus alunos a presente lição, devem mostrar-lhes no mapa as costas da África e o dito Cabo. Na falta de mapa, traçarão no quadro preto a configuração daquele continente, para tirarem da lição ministrada o caráter de simples *lição decorada*. (OLIVEIRA: 1909, 3-4)

Assim como o programa da disciplina *História do Brasil*, o livro obedeceu a uma seqüência cronológica de acontecimentos, iniciando com a narração de episódios referentes à chegada dos portugueses na América e encerrando com narrativas sobre os primeiros presidentes da república. Os temas que se encontram nesse intervalo estão encadeados de maneira que os acontecimentos se sucedem visando uma condição ideal, representada pela inauguração do regime republicano. Em alguns momentos, no entanto, o autor realizou recortes nessa lógica cronológica, quando se faz necessário voltar ou adiantar a narrativa, com intenção de tornar o texto mais claro. E assim o autor trabalhou com o tempo ao longo de toda obra. No *Prefácio*, encontramos as seguintes palavras:

Na coordenação do livro não pôde ser observada a ordem cronológica, porque tive de obedecer à sistematização das lições, que procurei organizar em linguagem clara, apropriada à idade infantil, e já dispostas de modo a poderem fornecer aos professores os resumos orais que tiverem de transmitir aos alunos. (OLIVEIRA: 1909, 01)

Diversas são as recorrências aos textos de outros autores, especialmente a dois deles, que também foram investigados neste trabalho: *Efemérides Mineiras*, de Xavier da Veiga e *História Antiga das Minas Gerais*, de Diogo de Vasconcelos. Também no *Prefácio*, o autor assim se manifesta sobre suas referências:

Se fiz coisa útil e proveitosa, cabe ao professorado dizer em última instância. Serão estes os críticos a cujo laudo me submeterei. Em todo o caso recorri a boas fontes: foram os trabalhos eruditos de Xavier da Veiga, Diogo de Vasconcelos, César Cantu, Joaquim de Macedo, João Ribeiro, Mattoso Maia, Aníbal Mascarenhas e Pereira da Silva, historiadores, uns, historiógrafos outros, que me forneceram o preciso material para o livro, ora entregue ao uso das escolas mineiras. Coube-me apenas a sistematização das lições, subordinadas ao

critério exclusivo do programa oficial. Faça coisa melhor quem o puder.
(OLIVEIRA: 1909, 01)

Portanto, apesar da tentativa de criar uma seqüência cronológica, o texto se prendeu às prescrições do currículo. Assim, os temas encontram-se relativamente dispersos dentro da obra, conforme veremos a seguir.

O elemento indígena aparece representado na *Terceira Lição* do primeiro ano, com o título *Habitantes que os descobridores encontraram*. Expressões como *primitivo* e *não civilizado* são recorrentes na caracterização dos povos, e a *lenda* de Caramuru surge como o momento de inauguração da civilidade entre as nações indígenas, início do povoamento do território conquistado, devido à miscigenação com o europeu:

Seu modo de viver era primitivo, às vezes nômade ou errante. (...). Havia tribos mais civilizadas do que outras, embora fosse esta civilização muito mal esboçada ainda, muitíssimo rudimentar e embrionária. (...) E assim se formou em nosso país a primeira família brasileira meio civilizada, como daí também se originou a grande influência de Caramuru sobre o espírito inculto daqueles nossos primitivos antepassados. (OLIVEIRA: 1909, 11 - 18)

O índio é representado de forma contraditória ao longo do texto. É vítima e herói quando o assunto é a exploração colonial portuguesa. Mas também é um elemento nocivo, que se recusa a ceder aos projetos de civilização e expansão territorial. Há descrições de rituais de canibalismo, onde a prática é apresentada como um hábito bárbaro, selvagem e violento:

Quando uma tribo tinha de sacrificar o prisioneiro, reuniam-se todos, homens, mulheres e crianças, em redor da vítima, e aí, depois de muitos cânticos e danças, em que não raro era forçado o condenado a tomar parte, esmigalhavam-lhe o crânio com um golpe de *tangapema*. Da carne moqueada as mulheres preparavam manjares. (OLIVEIRA: 1909, 12)

O autor seguiu apresentando outras características das tribos indígenas brasileiras, sua forma de organização, a hierarquia, as crenças, as formas de relacionamento poligâmicas. Sempre numa posição julgadora, seu discurso é dotado de juízo de valor e condenatório, baseando-se muitas vezes em valores cristãos. As condições de vida dos nativos são apresentadas como primitivas, sempre à espera da intervenção do europeu para civilizar, ensinar bons costumes, a moral cristã e outras formas de organização política. Mas os índios também foram apresentados como

vítimas da falta de cuidado dos portugueses em lidar com a diferença cultural, e devido a essa falta de habilidade surgiram os conflitos entre os dois povos:

Foi, portanto, a inabilidade de alguns donatários que determinou a série de lutas sangrentas que se desenrolaram ao longo litoral, entre selvagens e descobridores, durante os primeiros anos de nossa história. (OLIVEIRA: 1909, 75)

O negro escravo aparece em duas partes do texto: na *Terceira Lição* do segundo semestre do terceiro ano; e na *Sexta Lição* do mesmo semestre e ano. No primeiro caso, ele foi representado pela figura do escravo de Domingos de Abreu Vieira, chamado Nicolau que, segundo o autor, foi um indivíduo *que mereceu destaque na tragédia da Conjuração Mineira* (OLIVEIRA: 1909, 185). Assim se encontra o título da *lição*: *A dedicação africana do escravo de Domingos de Abreu Vieira*. Esse escravo, de acordo com o autor, se ofereceu para pagar as penas do seu dono, que foi condenado à prisão e ao degredo na África por sua participação na Inconfidência. Por esse ato *de abnegação e sacrifício voluntário*, Nicolau é digno de admiração.

Antes de narrar o episódio, Estevam de Oliveira fez breves considerações a respeito dos negros africanos, onde podemos perceber um discurso que nos remete à idéia de superioridade racial:

Resume esse nobre negro, com a sua dedicação, todos os sentimentos de afeto desinteressado de uma raça inteira amaldiçoada; de uma raça perseguida ainda hoje pela fatalidade histórica da evolução humana e que, todavia, não se deixou crestar no coração lá pelas regiões adustas da África. (OLIVEIRA: 1909, 185)

O comportamento nobre do escravo é narrado como uma exceção ao comportamento dos demais negros, acostumados à vida errante, pervertidos pela moral dos ritos pagãos, rebeldes, responsáveis por conflitos com seus senhores. No entanto, ele também é, ao mesmo tempo, um dos responsáveis pelo crescimento do Brasil: (...) *a ela (raça negra) deve o Brasil de agora a sua constituição econômica, quando foi explorada com desamor e desumanidade pelo senhor*. (OLIVEIRA: 1909, 185).

O segundo momento de aparição do negro escravo no livro é na *lição* intitulada *Pedro I e a Independência; tráfico africano; a menoridade e José Bonifácio*. Nesta parte, foi feita uma breve descrição de como acontecia o tráfico negreiro, as leis que antecederam a Lei Áurea, seguida do movimento abolicionista. A imagem do negro não é mais mencionada, e a narrativa se restringe aos tramites do tráfico e à sua qualificação

como algo negativo e prejudicial que deixou vestígios indesejáveis nas páginas da nossa história:

(...) mais hediondo comércio que tivemos outrora, ao comércio de carne humana, isto é, ao transporte de negros habitantes das costas da África para serem vendidos no país. (...) os portugueses começaram a introduzir africanos no país, muito embora violando sagrados princípios de moral, de justiça, de religião. Constituindo o Brasil em nação independente, incorporou ao direito pátrio essa horrorosa chaga social. Dessa nódoa social indelével que se chamou no Brasil “escravidão” haveis sempre de ler, jovens alunos, páginas tristes e dolorosas. (OLIVEIRA: 1909, 207).

Em relação aos heróis nacionais e regionais, podemos encontrar diversas referências na obra de Estevam de Oliveira. Aparecem em toda a narrativa, nos diferentes momentos da história do Brasil. A começar por Pedro Álvares Cabral, o célebre navegador português que aportou no continente americano e foi responsável pelo início de toda trajetória gloriosa da nação que era *descoberta* naquele momento:

Afastando-se das costas africanas, por causa das calmarias ali reinantes, segundo as instruções recebidas, como ainda para se livrar das moléstias que haviam atacado as tripulações de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, foi a esquadra arrastada pelas correntezas do mar e a 21 de abril começou a gente de Cabral a avistar sinais de terra. No dia seguinte, 22, estava o Brasil descoberto. (OLIVEIRA: 1909, 06)

A lista de heróis do período do descobrimento segue com Pero Vaz Caminha (*o nosso primeiro historiador*), Thomé de Souza, padres Manoel da Nóbrega e José de Anchieta. Todos responsáveis por grandes feitos que produziram afeitos nos séculos seguintes da história nacional. Também os bandeirantes e Mem de Sá são citados como grandes personagens que contribuíram para o engrandecimento da nação:

A história dos bandeirantes paulistas, jovens alunos, é uma verdadeira epopéia. Merece as honras de um poema heróico e não pode ser descrita com justeza em um resumo de narrativa histórica rudimentar. Porque esses foram de fato os descobridores, povoadores e civilizadores de uma grande e extensíssima porção do território pátrio. O heroísmo, a bravura, a resignação dos bandeirantes, em luta constante contra a própria natureza, através de um país imenso, inteiramente desconhecido e infestado de selvagens, tudo isso cabe mais nas estrofes de um poema heróico, do que nas linhas singelas de uma simples narrativa escrita para crianças escolares. (OLIVEIRA: 1909, 55)

Entre os bandeirantes, recebeu destaque Fernão Dias, responsável pelas primeiras investidas no território de Minas Gerais. Além dele, também são citados Borba Gato e Garcia Rodrigues.

Já no século XVII, o heroísmo ficou sob responsabilidade dos primeiros descobridores de ouro na região de Minas Gerais. A façanha foi delegada a nomes como Salvador Fernandes de Mendonça, Miguel Garcia e Antônio Dias, sendo este último o *descobridor* da cidade de Ouro Preto. Também no século XVIII, o heroísmo estava associado à descoberta e extração de pedras preciosas, desta vez os diamantes, no Vale do Rio Jequitinhonha. Nomes de aventureiros de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia são citados com honras de heróis pelos feitos na extração de diamantes.

Os inconfidentes mineiros receberam especial atenção como heróis do século XVIII. É o evento que mereceu o maior número de páginas da obra de Estevam de Oliveira. Os conjurados tiveram honras de heróis, e nomes como Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto, Antônio Gonzaga, Freire de Andrade, Toledo Piza, padre Toledo e Mello, Domingos Vidal, padre Rolim, entre outros, são apresentados como personagens da história do Brasil, com projeção que extrapola os limites locais. Seus atos contra a coroa portuguesa fazem parte de um conjunto de acontecimentos que colaboraram para a constituição de uma nação independente e moderna, repercutindo até mesmo fora dos limites do Brasil:

Como se vê, fora a fina flor da capitania de Minas Gerais que se empenhara na Conjuração Libertadora do Brasil. E esta se havia estendido a todos os seus pontos habitados. (...) Mas, se a Inconfidência, pelos seus intuítos e desígnios, constitui de fato o ponto culminante da história pátria, maiores fulgurações assume perante a posteridade que a julga, pelo sofrimento inaudito dos conjurados. Busquemos ali, jovens alunos, ensinamentos salutares de civismo, para sabermos dar à soberania e integridade do Brasil os sacrifícios que de nós exija. (...) Fora triunfante a Inconfidência Mineira e seus fastos grandiosos se estenderiam em linha paralela com os da grande Revolução Francesa. (...) foi a Inconfidência Mineira o fundamento e o alicerce primórdio de nossa nacionalidade; foi ela o primeiro brado que das serranias de Minas se ergueu pelos Direitos do Homem e pela dignidade política das nações. (OLIVEIRA: 1909, 139 - 140)

Tiradentes foi o herói que recebeu maior destaque no livro. Foi responsável pelo mais importante movimento de libertação nacional. O principal idealizador, executor e mártir da Inconfidência. É apresentado como um homem forte, leal, fiel, corajoso, detentor de todas as virtudes, capaz de perdoar até mesmo seus traidores do movimento, resignado quando era necessário, audacioso, destemido e também vítima das

circunstâncias que o levaram à morte. É constantemente associado a figuras católicas, especialmente Jesus Cristo:

Já distanciados pelo tempo dessa epopéia, ainda hoje contemplamos, estupefatos, a grandeza do suplício e do martírio de Tiradentes, só e resignado, firme na sua crença religiosa e na sua fé política, a sobressair dentre as fulgurações inofuscáveis de tão extraordinária tragédia. (...) por onde passava Tiradentes ia deixando o rastilho sagrado de suas idéias novas. (...) E o Grande Mártir, constante de sua fé, sereno e tranqüilo, sorriu para os companheiros de infortúnio, ele que nunca teve palavras para acusa-los, e com eles se congratulou pela merecida clemência. No dia seguinte subiu a patíbulo, resignado e forte, sem que um traço fisionômico sequer lhe traísse desfalecimento de espírito. Foi no atual Campo da aclamação que sofreu a pena glorificadora o precursor da República. (OLIVEIRA: 1909, 162)

A independência, o período imperial e o movimento republicano são entendidos como conseqüências da Inconfidência Mineira. O movimento encabeçado por Tiradentes deixou vestígios que surtiram efeito muitos anos depois, ao ponto de desencadear a independência e, décadas depois, incentivar a luta dos republicanos no Brasil:

A fundação do Império, jovens alunos, foi o epílogo da Conjuração Mineira: virtualmente separado o Brasil de Portugal após o regresso de D. João VI, foi memorável o “Fico”, de 09 de janeiro de 1822, que lançou o fundamento básico da independência, proclamada meses depois. (...) Desde a Inconfidência Mineira não mais arrefeceu no Brasil o ideal republicano federativo. (OLIVEIRA: 1909, 213 - 239)

O autor deu seguimento a narrativa apresentando, em seqüência cronológica, o desencadear dos grandes acontecimentos da história nacional, em quatro *lições* destinadas ao quarto ano do ensino primário, sendo a última delas para o segundo semestre. Personagens como Rio Branco, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Afonso Penna e outros políticos mineiros merecem destaque, inseridos na narrativa do evento republicano.

O livro se encerra com o episódio da transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte. O evento aparece como o grande feito dos republicanos, a racionalidade materializada na nova cidade construída para servir aos propósitos dos novos líderes políticos, inspirados nos valores do novo regime, no centro do Estado de onde partiu todo o processo de libertação nacional que incentivou a instalação da república.

6 – “Fastos da História de Minas”, de Pedro Bernardo Guimarães.



O livro de Pedro Bernardo Guimarães foi publicado em 1911 pela tipografia da Papeleria Mendes, do Rio de Janeiro. O exemplar que tivemos acesso pertenceu à sua segunda edição. Não sabemos se foi editado outras vezes, e também não tivemos acesso à sua primeira edição.

O volume foi encontrado na coleção *Mineiriana* da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em Belo Horizonte. Devido ao seu precário estado de conservação, não pudemos manuseá-lo, mas somente fotografar algumas páginas. Optamos por registrar a folha de rosto, o enunciado de cada capítulo e uma dedicatória intitulada *Aos meus jovens leitores*, que serviu como introdução ao texto. Além disso, também registramos as oito páginas do episódio da *Guerra dos Emboabas*, que ocupou duas das *Lições* do texto e completava o número de páginas que nos foi permitido fotografar.

Entre todas as obras consultadas, esta foi a de mais difícil acesso. Tivemos dificuldade tanto para encontrá-la como para consultá-la. De acordo com nota oficial do governo, a Secretaria do Interior adquiriu 1.490 exemplares entre os anos de 1911 e 1912, distribuindo apenas 57 deles para as escolas públicas. Talvez isso explique a dificuldade de acesso. Não possui ilustrações ou registros de usos.

O livro possui 139 páginas, divididas em trinta e três *lições*, todas intituladas de acordo com o tema tratado. Essas, por sua vez, se dividem em dois grandes grupos. O primeiro deles trata da história local e, em menor proporção, a título de explicação da história local, também trata da história nacional. Inicia-se com a narração das investidas dos primeiros exploradores na região de Minas Gerais e termina com a apresentação dos primeiros governadores e presidentes da república:

Este livro não é mais do que a reprodução resumida das diversas fases atravessadas pelo nosso torrão natal, desde que os primeiros exploradores pisaram este solo abençoado, onde Deus reuniu tantas riquezas, até o seu desenvolvimento atual. (GUIMARÃES: 1911, VII)

A segunda parte o autor dedicou à narração de *ligeiras notas históricas* a respeito da fundação de algumas cidades mineiras: Ouro Preto, Mariana, Sabará, Minas Novas, São João d'El Rei, Caeté, Serro, Pitangui, Diamantina, Campanha, Abaeté, Araxá, Araçuaí, Aiuroca, Baependi, Barbacena, Cristina, Januária, Queluz e Itabira. Estas ocupam os oito últimos capítulos.

No final de cada capítulo encontramos notas explicativas, referentes a algumas expressões utilizadas no texto ou a curiosidades a respeito de determinadas cidades.

Nas últimas páginas, encontramos indicações de outras leituras, que se referiam a mais cinco obras de autoria de Pedro Bernardo. Entre elas, estão: um livro de crônicas e contos; uma conferência feita por ocasião dos vinte anos de promulgação da lei Áurea, intitulada *A escravidão – conferência lida no dia 13 de maio de 1908*; e mais três obras sobre a geografia de Minas Gerais.

Logo na nota introdutória o autor deixou claras as razões para as quais o livro havia sido escrito e suas intenções pedagógicas de uso de exemplos para educar as novas gerações:

Livro exclusivamente dedicado aos meus estudiosos alunos, lembra imperfeitamente bem o sei, o passado dessa grande região que atualmente se prolonga desde as margens do dos rios Carinhanha e Verde-Grande, até as lombadas nevoentas da Mantiqueira e bacia povoada do Rio Grande. (...) Oxalá que Deus inspire aos meus jovens amigos, dando-lhes forças para imitarem, honrando o Estado de Minas, que tudo deles espera, seguindo-lhes o exemplo varonil, os grandes heróis de nossa história. (GUIMARÃES: 1911, VI)

Portanto, o livro foi escrito para corresponder às expectativas do programa da disciplina *História de Minas Gerais*, da escola normal. Vale lembrar que o autor foi responsável pela cadeira das disciplinas de História em cidades do interior do estado. Outra evidência sobre seu público-alvo pode ser revelada quando comparamos o conteúdo da obra às prescrições do currículo. Os capítulos tentam seguir a seqüência das atividades sugeridas pelo programa, apesar de não o fazerem por completo.

As obras de Xavier da Veiga e Diogo de Vasconcelos foram suas principais referências:

Baseei-me nos grandes mestres, rebuscadores infatigáveis de nosso arquivos, entre os quais estão o Dr. José Pedro Xavier da Veiga, de saudosa memória, e o ilustrado mineiro Dr. Diogo de Vasconcelos. (GUIMARÃES: 1911, VIII)

O episódio da *Guerra dos Emboabas* ocupou duas das *lições* do livro, as de número VI e VII. O autor inicia a narrativa explicando a origem do termo que deu nome ao conflito:

Emboabas era o nome pelo qual os paulistas designavam uma espécie de galinhas calçadas, ou de pernas revestidas de penugem. Motivava assim se chamarem os forasteiros ou portugueses, por trazerem o costume de sempre andarem calçados de botas, ao passo que os paulistas, mais resistentes talvez à dureza do solo, se achavam constantemente descalços. Daí se originou esse

nome de emboabas, aplicado a todos os estrangeiros pelos naturais.
(GUIMARÃES: 1911, 33)

O episódio ocupa seis páginas do livro. Assim como aconteceu na obra de Francisco Lentz, sua forma de narração é superficial, bastante resumida, não apresenta referências bibliográficas precisas e nenhuma documentação. Não há vítimas, heróis ou vilões. Tanto os paulistas quanto os portugueses envolvidos no conflito foram apresentados como sujeitos capazes de praticar todo tipo de atitude. Receberam destaques enquanto personagens de vulto Nunes Viana, líder dos portugueses, seu seguidor Bento Amaral Coutinho, o paulista Thomaz Corço e os *governadores* da província Fernando Lencastre e Antônio Albuquerque.

A *lição* número III foi dedicada aos índios do estado de Minas Gerais. De acordo com as informações do título desse trecho, o autor se preocupou em descrever as comunidades que ali viviam. As etnias são as mesmas que encontramos na obra de Diogo de Vasconcelos, o que nos remete novamente à idéia de que o autor da *História Antiga das Minas Gerais* foi um importante referencial para a escrita desta obra.

Como não tivemos acesso às demais páginas das outras *lições*, não pudemos realizar maiores considerações a respeito dos conteúdos. E os enunciados dos títulos nos serviram de principais referências.

A *lição* número V é dedicada à apresentação dos *governadores* de Minas Gerais desde Antônio Paes de Sande, passando por Lourenço de Almeida - pelo primeiro líder da capitania independente - até o Conde de Assumar.

A Revolta de Vila Rica ocupa duas *lições*, logo em seguida à Guerra dos Emboabas. Ela divide espaço com relatos a respeito do Conde de Assumar e de Felipe dos Santos. A *lição* número X é dedicada à criação da capitania independente de Minas Gerais, o Conde de Bobadella e o *primeiro bispo mineiro*.

A Inconfidência Mineira ocupa quatro *lições*, sendo o tema que mereceu maior número de páginas. A República aparece no final do livro, na *lição* que antecede o início da narração da história de criação de algumas cidades mineiras.

A análise dos conteúdos dos manuais encerra a investigação acerca da produção do conhecimento histórico presente nas salas de aula da escola pública mineira nos

primeiros anos da república. Quando pensamos esses conteúdos, associados às prescrições do programa, às trajetórias dos autores, ao conhecimento institucional do Arquivo Público e IHGMG, podemos afirmar, baseados na idéia de circulação cultural de Carlos Ginzburg (1989), que houve intensa troca entre os sujeitos envolvidos nesses processos. Em meio a essas trocas, pudemos perceber como a circulação desse conhecimento se reconfigurou de acordo com a participação dos diferentes sujeitos, com a diferente maneira que cada um imprimiu suas características, alterando e re-significando o conhecimento histórico a todo instante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de institucionalização da escola primária em Minas Gerais, com a criação dos Grupos Escolares, significou, entre outras mudanças, a introdução da escola graduada, com uma nova organização escolar. Neste trabalho, enfatizamos a divisão do ensino primário em quatro anos, introduzido com a Reforma João Pinheiro, em 1906, e os seus desdobramentos nas práticas escolares a partir da investigação da constituição da disciplina *História do Brasil* e do conhecimento histórico presente nos manuais didáticos.

O exame de tais mudanças exigiu um quadro de análise que contemplou, por um lado, as prescrições legais e, por outro, as tensões entre essas prescrições e as exigências muitas vezes contraditórias do cotidiano escolar.

A partir do exame das prescrições oficiais para a escola pública e da bibliografia produzida em Minas Gerais sobre o assunto, traçamos um panorama da educação primária no âmbito da Reforma João Pinheiro. Mas essa análise logo nos instigou sobre a necessidade de pensar essa reforma a partir do interior da escola, da produção desse espaço pelos sujeitos que vivenciaram seu cotidiano. Tal perspectiva colocou o problema da ampliação das fontes e novas formas de indagar sobre os documentos produzidos pelas instituições públicas e oficiais da educação. Uma delas: os elaboradores das políticas públicas educacionais possuíam alguma relação com a produção didática?

Além disso, realizamos investigações a respeito da projeção da escola no seio da sociedade, enquanto instituição que foi alimentada por ela e também que forneceu subsídios para sua formação.

Para realizar semelhante pesquisa, optamos pela investigação do programa da disciplina escolar *História do Brasil*. Os manuais didáticos utilizados como suportes do conhecimento histórico se apresentaram como nossas principais referências para as análises. Essa opção foi feita pelo fato desse objeto se encontrar no centro de toda a transformação pretendida pela elite republicana mineira e ficou evidenciada o novo posicionamento da disciplina no cenário curricular das escolas primárias e dos cursos de formação dos professores. Conforme demonstramos, o livro didático se configurou enquanto principal instrumento de formação do corpo docente e também das crianças do ensino primário. Estavam relacionados diretamente à formação dos professores e às suas práticas.

Para se alcançar esse objetivo, foram necessárias diversas incursões pela história dos diferentes agentes que estiveram envolvidos com os processos de produção e circulação desse material. Entre estes, destacaram-se as trajetórias dos autores dos livros, que também apresentaram características que os diferenciavam entre si e nos proporcionaram ocasiões de reforçar a idéia a respeito da multiplicidade de situações que prevaleceu durante o processo de imposição da nova cultura escolar.

A escolha pelo período foi feita considerando-se que a escola mineira encontrava-se em momento de crise e conflito. É nesse tempo, *“mais que nos tempos de calma, (...) que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola”* JULIA (2001: 19). Diante das outras maneiras de se investigar o cotidiano dos grupos escolares, essa se apresentou bastante reveladora das resistências às imposições por parte dos atores e das contradições entre as prescrições e o vivido na escola. É que nesse espaço foram impostas as finalidades da escola e do ensino almejadas pelas prescrições normativas, mas, também, evidenciaram-se as culturas, os valores, as práticas dos atores que conheciam a sua realidade e que, por isso, trabalhavam também para alcançar as finalidades requisitadas por suas experiências particulares:

A cultura escolar que se produziu com essas várias participações foi se sedimentando ao longo da constituição da escola, no conjunto das idéias, dos princípios, das normas e das práticas. De fato, o grupo escolar mineiro somente se tornou possível porque muitos atores contribuíram para que essa cultura, esse modo de fazer e de pensar, se tornasse realidade. (GONÇALVES: 2004, 258)

Entre as resistências dos sujeitos, destacamos o não cumprimento do programa de ensino e dos métodos exigidos: mútuo e intuitivo. As queixas passaram a fazer parte dos relatórios de inspetores e de outras autoridades, que se mostravam contrariadas pelo não-cumprimento das exigências legais e de práticas tradicionais do ensino, como o ensino pautado na memória e o uso de diferentes métodos de leitura e escrita. Dessa maneira, destacamos, assim como SOUZA (1998a), o problema central de toda inovação educacional, isto é, as possibilidades de gerar mudanças efetivas na prática educativa. E foi o que encontramos por intermédio do estudo da disciplina escolar.

Quando analisamos a constituição do programa das disciplinas históricas do currículo da escola normal e primária, o conhecimento histórico produzido pelos institutos mineiros e o conteúdo dos manuais didáticos, percebemos que os saberes produzidos fora e dentro do espaço escolar se confundiram e foram complementares no

processo de formação do conhecimento que circulou naquelas instituições. O conceito de circularidade cultural elaborado por Carlo Ginzburg (1989) foi bastante elucidativo para se pensar essa possibilidade.

Dessa maneira, pela análise adotada neste trabalho, foi possível perceber o processo criativo das práticas escolares adotadas pelos diferentes sujeitos. Se, por um lado, havia uma preocupação em cumprir as determinações legais, principalmente no que se refere aos aspectos mais estruturais da organização escolar, por outro, havia maneiras não autorizadas de contrapor as imposições legais, principalmente no que diz respeito às práticas escolares, relacionadas à transmissão dos saberes, através das disciplinas escolares, dos métodos de ensino e dos manuais didáticos. Percebemos, assim, que projetos inovadores, racionalizadores e controladores esbarraram nas ações dos sujeitos, do cotidiano dos grupos escolares e das escolas isoladas.

REFERÊNCIAS

• *Bibliografia*

ÁLVAREZ-URÍA, Fernando. A conquista do outro: da destruição das índias à descoberta do gênero humano. In: LARROSA, Jorge & LARA, Nuria Pérez. *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes. p 97-114. 1998.

BARBOSA, Francisco de Assis. *Idéias Políticas de João Pinheiro*: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

BITTENCOURT, Circe Maria F. *Pátria, civilização e trabalho*: o ensino de História nas escolas paulistanas (1917-1939). São Paulo: Edições Loyola, 1990.

_____. (org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Identidade nacional e ensino de história do Brasil. In: KARNAL, Leandro (org). *História na sala de aula*. São Paulo: Contexto. p 185-204. 2003.

_____. *Ensino de História*: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo: volume 30, número 3, p. 475-491, set./dez. 2004a.

_____. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do Patronato de Dom Pedro II à construção do Tiradentes. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 21, n. 40, p. 59-82, 2001.

CARNEIRO, Edilane M. de A. & NEVES, Marta E. Melgaço. Introdução à quarta edição das Efemérides Mineiras. In: VEIGA, Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998.

CARVALHO, Marta Maria C. de. Por uma História Cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUZA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (Orgs.). *Práticas Educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras Editoras, II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. p 31-40. 1998.

CATANI, Denice e SOUZA, Cynthia. A imprensa periódica educacional e as fontes para a história da cultura escolar brasileira. São Paulo, *Revista do IEB*, n°. 37. p177-183. 1994.

CHAMON, Carla Simone. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora – 1869/1914*. Tese de doutoramento. Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte, 2005.

CHOPPIN, Alain. Manuais escolares – da produção aos modos de consumo. In: CASTRO, R. V. et al. (orgs.). *Manuais escolares, estatuto, funções, história. Atas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 1999.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, USP, v. 5, n. 11, jan./abr. 1991.

_____. *A história cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1992.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria e Educação*. Porto Alegre: n. 2, p. 177 - 229, 1990.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CUNHA, Alexandre Eulálio Pimenta. Apresentação e nota biográfica de Joaquim Felício dos Santos. In: SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. São Paulo: Edusp, 1976.

FARIA, Maria Auxiliadora. *A política da gleba: as classes conservadoras mineiras: discurso e prática na Primeira República*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Ana Amélia B. de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; XAVIER, Maria do Carmo. *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

_____ & GONÇALVES, Irlen Antônio. Processo de escolarização e obrigatoriedade escolar: o caso de Minas Gerais (1835-1911). In: FARIA FILHO (Org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica. p 159-179. 2004.

_____ & VAGO, Tarcísio Mauro. A Reforma João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de, PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Orgs.). *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2000. p 33-47.

_____ & VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14. p 19-34. 2000.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens/Vega, 2002.

GAMA, José Joaquim Carmo. Biografia de Xavier da Veiga. In: *Revista da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte, v. 3, 1925.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONÇALVES, Irlen Antônio. *Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)*. Tese de doutoramento. Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte, 2004.

GOODSON, Ivor. *Currículo: teoria e história*. Tradução de Attílio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HÉBRAD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, nº 2. p. 65-110. 1990.

IGLESIAS, Francisco. Reedição de Diogo de Vasconcelos. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Editora Itatiaia: Belo Horizonte, 1999.

ISOBE, Rogéria Moreira Resende. *Moldando as práticas escolares: um estudo sobre os Relatórios da Inspeção Técnica do Ensino no Triângulo Mineiro (1906-1911)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

JINZENJI, Mônica Yumi. Ideais de crianças mineiras no século XX: mudanças e continuidade. In: *Teoria e Pesquisa*. Brasília: v. 16, p 41-46. 2000.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, nº 1, jan./jun., 2001.

_____. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, Alice C. & MACEDO, Elizabeth (orgs.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

KLINKE, Karina. *Escolarização da leitura no ensino graduado*. Minas Gerais, 1906-1930. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa em Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: 1995.

MACHADO, Sandra Maria Caldeira. *Os serviços estatísticos em Minas Gerais na produção, classificação e consolidação da instrução pública primária (1871-1931)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

MACIEL, Francisca P. *Livraria Francisco Alves em Minas Gerais*. I Seminário Brasileiro Sobre Livro e História Editorial. Rio de Janeiro: UFF, novembro de 2004.

_____. & FRADE, Isabel C. A. S. *Cartilhas escolares: ideários, práticas pedagógicas e editoriais*. Minas Gerais/Mato Grosso/Rio Grande do Sul (1834-1996). 2003.

MAGALHÃES, Basílio de. Introdução à segunda edição da História Antiga das Minas Gerais. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

MARGOTTO, Lílian Maria L. Leituras sobre o lugar da memória e das práticas de memorização no método intuitivo. In: VIDAL, Diana G. & SOUZA, Maria C. C. (orgs.). *A memória e a sombra – a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MOREIRA, Antônio Flávio B. *Currículos e programas no Brasil*. Campinas: Papirus, 1990.

MOURÃO, Paulo K. Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

_____. João Pinheiro e a Instrução. In: COELHO, Copérnico Pinto (Org.). *Coletânea do Centenário de nascimento de João Pinheiro da Silva*. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. 1960.

MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1997.

NEVES, José Teixeira. Estudo Biográfico de Joaquim Felício dos Santos. In: SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro. p 19-30. 1956.

OLIVEIRA, Estevam. *Reforma de Ensino público primário e normal em Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902.

_____. *Rudimentos de História Pátria*. Juiz de Fora: Tipografia do Correio de Minas, 1909.

RESENDE, Fernanda Mendes. O domínio das coisas: o método intuitivo em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas. In: GOUVÊA, Maria C. S. & VAGO, Tarcísio M. *História da educação, histórias de escolarização*. Belo Horizonte: Edições Horta Grande, 2004.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo Partido Republicano Mineiro (1889 – 1906)*. Tese de livre-docência. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG. Belo Horizonte, 1982.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1868.

_____. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1956.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial. Os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989.

SILVA, Rodrigo Machado. Diogo de Vasconcelos e o pensamento sebastianista na transição da capital mineira (1891-1894). In: *Anais eletrônicos do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-MG*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares de. *O legado educacional do século XIX*. Araraquara: UNESP, 1998.

_____. *Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910)*. São Paulo: Unesp, 1998a.

_____. *Cultura Escolar e Currículo: aproximações e inflexões nas pesquisas históricas sobre conhecimentos e práticas escolares*. In: *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação*. Natal, 2002.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares de. *O legado educacional do século XIX*. Araraquara: UNESP, 1998.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904.

_____. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918.

VAZ, Florêncio Almeida. Ribeirinhos da Amazônia: identidade e magia na floresta. In: *Revista de Cultura Vozes*. Porto Alegre: v. 90, n. 2. 1996.

VEIGA, Cynthia Greive. *Projetos urbanos e projetos escolares – aproximação na produção de representações de educação em fins do século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação. 1997.

_____. Estratégias discursivas para a educação em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Diana G. & SOUZA, Maria C. C. C. (orgs.). *A memória e a sombra - a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 137-157.

_____. *Cidadania e Educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

_____. A escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, nº 21. p 90–103. 2002a.

VEIGA, Xavier da. Palavras preliminares. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, v. 1, número 1, 1896.

_____. *Efemérides Mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1897.

_____. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard & THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. In: *Educação em Revista*. Belo Horizonte: n. 33. p 7- 48. 2001.

• *Fontes impressas*

MINAS GERAIS. Lei n. 439 de 28 de setembro de 1906. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1906.

MINAS GERAIS. Decreto n. 1.947 de 30 de setembro de 1906. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1906.

MINAS GERAIS. Decreto n. 1960 de 16 de dezembro de 1906. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1906.

MINAS GERAIS. Decreto n. 1.969 de 03 de janeiro de 1907. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1907.

MINAS GERAIS. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1907.

MINAS GERAIS. Decreto n. 2.735 de 11 de janeiro de 1910. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1910.

MINAS GERAIS. Decreto de n. 3.191 de 9 de junho de 1911. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto n. 3.405 de 15 de janeiro de 1912. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1912.

MINAS GERAIS. *Leis Mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1906/1916.

MINAS GERAIS. *Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.

MINAS GERAIS. Programa do Ensino Público Primário no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.

MINAS GERAIS. *Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1908.

SILVA, João Pinheiro. Mensagem dirigida ao Congresso Mineiro. 1907. Universidade de Chicago.

Disponível em: <<http://wwwcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u291/index.html>>. Acesso em: maio de 2006.

SILVA, João Pinheiro. Mensagem dirigida ao Congresso Mineiro. 1908. Universidade de Chicago.

Disponível em: <<http://wwwcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u292/index.html>>. Acesso em: maio de 2006.

GOMES, Wenceslau Braz Pereira. Mensagem dirigida ao Congresso Mineiro. 1909. Universidade de Chicago.

Disponível em: <<http://wwwcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u293/index.html>>. Acesso em: maio de 2006.

• *Fontes manuscritas*

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatórios de Diretores de Grupos Escolares. 1909. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatórios de Diretores de Grupos Escolares. 1910. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatórios de Diretores de Grupos Escolares. 1911. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatórios de Diretores de Grupos Escolares. 1912. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatórios de Diretores de Grupos Escolares. 1913. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatórios dos Inspectores Técnicos de Ensino. 1902. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatórios dos Inspectores Técnicos de Ensino. 1909. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatórios dos Inspectores Técnicos de Ensino.1910. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatórios dos Inspectores Técnicos de Ensino.1911. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatórios dos Inspectores Técnicos de Ensino.1912. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatórios dos Inspectores Técnicos de Ensino.1913. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatório do Secretário do Interior.1905. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatório do Secretário do Interior.1906. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatório do Secretário do Interior.1907. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatório do Secretário do Interior.1908. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatório do Secretário do Interior.1909. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatório do Secretário do Interior.1910. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatório do Secretário do Interior.1911. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatório do Secretário do Interior.1912. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatório do Secretário do Interior.1913. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatório do Secretário do Interior.1914. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatório do Secretário do Interior.1915. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Termos de visita dos Inspectores Técnicos de Ensino. 1910. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Termos de visita dos Inspectores Técnicos de Ensino. 1911. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Termos de visita dos Inspectores Técnicos de Ensino. 1912. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Termos de visita dos Inspectores Técnicos de Ensino. 1913. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Ofícios recebidos e enviados. 1909. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Ofícios recebidos e enviados. 1912. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Ofícios recebidos e enviados. 1913. (APM)